

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

-----Mandato 2017-2021-----

----- **SESSÃO ORDINÁRIA DE JUNHO - PRIMEIRA REUNIÃO REALIZADA NO DIA TRINTA DE JUNHO DE DOIS MIL E VINTE.** -----

-----**ATA NÚMERO CENTO E ONZE**-----

----- Aos trinta dias do mês de junho de dois mil e vinte, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo sétimo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos vigésimo quinto e trigésimo sexto do seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, por Videoconferência, em Sessão Ordinária, primeira reunião, sob a presidência do seu Presidente efetivo, Excelentíssimo Senhor José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão, coadjuvado pelo Excelentíssimo Senhor António Miguel Silva Avelãs e pela Excelentíssima Senhora Maria Virgínia Martins Laranjeira Estorninho, Primeiro Secretário e Segunda Secretária, respetivamente.-----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Aline Gallash Hall de Beuvink, Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Margarida Mota Vieira da Silva de Morais, Ana Maria de Campo Pedroso Mateus, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias Figueiredo, André Nunes de Almeida Couto, António Manuel Pimenta Prôa, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Augusto Miguel da Gama Antunes de Albuquerque, Carla Cristina Ferreira Madeira, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Davide Miguel Santos Amado, Fábio Martins de Sousa, Fernando Garcia Lopes Correia, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Francisco Américo Maurício Domingues, Gabriel Maria Simplício Baptista Fernandes, Graciela Lopes Valente Simões, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Hugo Miguel Mateus Gaspar, Isabel Cristina Rua Pires, Joana Margarida Durão Ferreira Alegre Duarte, João Diogo Santos Moura, João Luís Valente Pires, Jorge Manuel Jacinto Marques, José Alberto Ferreira Franco, José António Barbosa Borges, José António Cardoso Alves, José Inácio da Silva Ramos Antunes Faria, José Luís Sobreda Antunes, José Manuel Rodrigues Moreno, Mafalda Ascensão Cambeta, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Margarida Isabel Paulino Bentes Penedo, Maria Alexandra Almeida da Cunha Cordeiro da Mota Torres, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luisa de Aguiar Aldim, Maria Simoneta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Teresa Craveiro Pereira, Mário Jorge Paulino de Oliveira de Almeida Patrício, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Patrocínia da Conceição Alves Rodrigues Vale César, Paulo Jorge Velez Muacho, Pedro Filipe Mota Delgado Simões Alves, Pedro Miguel Tadeu Costa, Raúl Jorge Gouveia da Silva Santos, Ricardo de Sant’Ana Godinho Moreira, Ricardo João de Oliveira Marques, Rodrigo Maria Santos de Mello Gonçalves, Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo, Rui Pedro Costa Lopes, Silvino

Esteves Correia, Vasco André Lopes Alves Veiga Morgado, José Roque Alexandre, Rodrigo Brito dos Reis da Costa Brito, Tiago Maria Sousa Alvim Ivo Cruz, Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista, Natacha Machado Amaro, John Law Rosas da Costa Jones Roque Baker, Diana Isabel Bechet Gonçalves Vale, Luís Duarte de Albuquerque Carreira, Ana Filipa Carvalho Neto e Susana Maria da Costa Guimarães.

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais:-----

----- Carlos de Alpoim Vieira Barbosa e Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira. --

----- Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- José António Nunes do Deserto Videira (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Susana Maria da Costa Guimarães. -----

----- Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Olivais, por um dia, tendo sido substituída pelo substituto legal Deputado Municipal Luís Duarte de Albuquerque Carreira.-----

----- Diogo Leão (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal José Roque Alexandre.-----

----- João Maria Condeixa (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal John Rosas Baker.-----

----- Maria Cristina Castel Branco Alarcão Júdice (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Diana Bechet Vale-----

----- Ana Margarida de Carvalho (PCP), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista.-----

----- António Modesto Navarro (PCP), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Natacha Machado Amaro. -----

----- Rita Calvário (BE), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Tiago Ivo Cruz.-----

----- Inês Sousa Real (PAN), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Ana Carvalho Neto. -----

----- Patricia Carla Serrano Gonçalves (IND), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Rodrigo Craveiro dos Reis da Costa Brito.-----

----- O Presidente de Junta de Freguesia de Campo de Ourique (PS), Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho, membro da Assembleia Municipal de Lisboa por inerência, renunciou ao respetivo mandato, nos termos do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 76.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do n.º 1 do artigo 9.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, sendo substituído por Pedro Miguel Tadeu Costa que assumiu funções como

Presidente de Junta de Freguesia de Campo de Ourique a partir do dia 19 de junho de 2020. -----

----- A Câmara esteve representada pelo Senhor Vice-Presidente João Paulo Saraiva. --

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: Maria da Assunção Oliveira Cristas, João Pedro Gonçalves Pereira, Nuno Correia da Silva, Nuno da Rocha Correia e João Pedro Abreu Costa. -----

----- Às quinze horas e três minutos, constatada a existência de quórum, **o Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, declarou aberta a reunião. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Vamos começar a nossa sessão, antes de mais, tenho também uma informação para comunicar que é a seguinte: o Doutor Pedro Miguel Sousa Barrocas Martinho Cegonho, renunciou ao mandato de Presidente da Junta de Freguesia de Campo de Ourique, no passado dia 19 de Junho, sendo sido substituído nos termos legais pelo anterior vogal Doutor Pedro Miguel Tadeu Costa.-----

----- Nesta sequência o Doutor Pedro Costa passa a exercer funções nesta Assembleia Municipal, na qualidade de membro efetivo por inerência, nos termos do disposto no artigo nº 251 da Constituição e do n.º 1 do artigo n.º 42 da Lei 169/99 de 18 de Setembro na sua redação atual, já foi por mim verificada a respetiva identidade e legitimidade, portanto, para além desta informação, restam-me dar as boas vindas ao Senhor Deputado Pedro Costa.”-----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Dito isto, dou a palavra ao António Avelãs, para dar a palavra ao público, que está inscrito, estão inscritas cinco pessoas hoje, e portanto peço, ao António Avelãs, com a ajuda dos serviços, vá dando a palavra ao público.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário António Avelãs**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente.-----

----- Nestes termos, eu chamo para intervir, a Senhora Dona Ermelinda ■■■ Proença, cinco minutos por favor.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Fala para Assembleia toda, é bem-vinda e temos todo o gosto em ouvi-la.”-----

----- **A Múncipe, Senhora Ermelinda ■■■ Proença**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa tarde.-----

----- *Vinha falar que há dois anos, a sete do oito, pedimos o dístico de deficientes para o ■■■ poder estacionar, há um ano e qualquer coisa, depois dera-nos o dístico, só que o ■■■, portanto, ficou com ■■■, para estacionar em espinha.-----*

----- *Portanto, daí, deram-lhe um lugar na Avenida da Igreja, a intenção deve ter sido boa, porque era mais perto de casa, do que aquilo que eu pedi, mas eu pedi um*

lugar, logo a seguir [REDACTED] também, uns metros, a seguir à Garagem do Rio de Janeiro, o [REDACTED], porque era de entrar e sair, em espinha, porque é o que ele precisa, e ali [REDACTED].-

----- O meu filho já fez uma exposição por email.-----

----- Tem que [REDACTED], é [REDACTED], e queríamos ver se faziam o favor de mudar para onde a gente pediu, porque, para já há menos confusão, não há tantos autocarros, não há os taxistas, ali, não é tão chato, também. Na Rio de Janeiro, onde eu pedi há menos movimento e é mais simples.-----

----- A Senhora foi excepcionalmente muito boa, e ela disse-nos mesmo: "não se precipitem", que me recebeu no Campo Grande, "os papéis ficam feitos, vá com o seu marido e que com os seus filhos ver o lugar se é mesmo este que lhe convém, e depois vêm, e metemos depois os papéis."-----

----- Depois de oito dias depois, ou isso, eu fui-lhe dizer que sim, que ali seria bem, ou o lugar oposto até.-----

----- Depois, faltou um pouco, porque lhe deram um lugar a subir, e que [REDACTED].-----

----- Há quinze dias disseram que sim, que iam ser breves a mudar a placa, só que agora voltaram a telefonar, talvez a semana passada, salvo erro, para o meu filho, a dizer, já ficava ali, ora nós ficámos muito dececionados, porque não dá jeito.-----

----- Se fizessem o favor de mudar, não quer dizer que seja o terceiro também na Avenida Rio de Janeiro, mas também pode ser em frente, ali não há muito movimento, portanto dá."-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- "Senhora Ermelinda muito obrigado, eu vou pedir ao meu gabinete para entrar em contacto com a Câmara, para ver se é possível resolver esse problema, foi muito clara, a sua exposição foi muito clara, vamos ver o que é que é possível fazer.-----

----- Se quiser deixar alguma coisa escrita, algum elemento escrito, cópia de alguma correspondência, se faz favor, o que quiser entregar, combine com o Senhor da Assembleia Municipal que está ao seu lado.-----

----- Muito obrigado."-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário António Avelãs**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- "Muito obrigado.-----

----- Tem a palavra o Senhor João [REDACTED] Moucheira, por favor, cinco minutos, Senhor João [REDACTED] Moucheira? Senhor João [REDACTED] Moucheira? Presumo que não está.-----

----- Vou passar ao número três, depois tentarei voltar ao Senhor João Manuel, nesse caso tem a palavra, e chamo para intervir o Senhor Pedro [REDACTED] Aparício.-----

----- Senhor Pedro Aparício, por favor."-----

----- **O Município, Senhor Pedro [REDACTED] Aparício**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- "Boa tarde, não sei se me conseguem ouvir."-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- "Estamos a ouvi-lo perfeitamente."-----

----- **O Múncipe, Senhor Pedro [REDACTED] Aparício**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Não foi possível fazer teste de som, feitas as diligências, com os lagartinhos e afins, não que eu tenha qualquer preferência clubística, mas já agora eu gostaria só de perguntar qual é que é o tempo de duração que está estipulado, uma vez que estas novas tecnologias podem ter ditado alguma alteração do Regimento, não sei?-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Não, não, são cinco minutos, a sua intervenção.”-----

----- **O Múncipe, Senhor Pedro [REDACTED] Aparício**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Então, Senhor Presidente, Senhores elementos da Mesa da Assembleia Municipal de Lisboa, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, estimados Membros do Executivo da Câmara Municipal de Lisboa, caso estejam presentes.-----

----- Como acredito que saibam, tenho intervindo nesta Assembleia, infelizmente, de forma recorrente, pela situação que é vivida na Escola Básica-101-Teixeira de Pascoaes, infelizmente, já de longa data, desde 2018, usaria até as palavras da Senhora Presidente da 7ª Comissão desta Assembleia em 11 de junho de 2019, “trata-se de uma situação desagradável, o facto daquela escola ter uma situação de espera, digamos assim, mas isto são acontecimentos que se sucedem nesta Lisboa que mudou bastante, em que os custos das obras subiram e, portanto, os concursos quando são lançados não correspondem às expectativas dos empreiteiros, certamente que têm muitas solicitações e, portanto, os concursos ou ficam desertos, ou são tomados por pessoas menos competentes”, e foi o que aconteceu nesta escola.-----

----- Permitam-me também recuperar desta mesma intervenção da Senhora Presidente, que não continuo a ser o Presidente da Associação de Encarregados de Educação, se para vós é importante atribuir-se e distinguir-se os cidadãos, posso partilhar que sou Representante dos Encarregados de Educação no Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Alvalade, intervindo apenas na direção estratégica deste Agrupamento de Escolas.-----

----- Para mim tem sido um peso de quem espera integralmente há dois anos letivos que a Autarquia se digne a cumprir com as suas obrigações em matéria das competências que tem, e que até à data de hoje sem obra iniciada, já percebe que a permanência da [REDACTED], se tudo correr bem, ditará uma vida em contentores, pelo menos durante mais dois anos letivos. -----

----- Aqui, se calhar, acrescentaria também, a indignação do Presidente da Junta de Freguesia, José António Borges, que julgo que estará presente na sessão e que partilhará certamente comigo esta indignação.-----

----- Passado um ano, desde a última vez que falámos, acredito que tenho melhores notícias para vós, o concurso saiu muito atrasado, mas teve onze concorrentes, conseguimos, de facto, atrair empreiteiros, face diria à duplicação do valor da obra.

----- Neste momento, o valor singelo de quatro milhões, noventa e oito mil, quatrocentos e vinte um euros e dez cêntimos, estranho o facto de esta ter sido

contratualizada a 30 de abril de 2020, curiosamente, foi incrementado cerca de 15% ou mais de 15% do valor inicial, mas talvez pela celeridade com que são dados os esclarecimentos, bom é melhor não especular, mas antes afirmar que, neste momento, temos um impasse entre o Tribunal de Contas a solicitar esclarecimentos à SRU- Sociedade de Reabilitação Urbana, e a SRU a dizer que aguarda o visto prévio do Tribunal de Contas para iniciar a obra.-----

----- Mas, desde setembro de 2018 na Assembleia Municipal de Lisboa, recebo expressões como: “diligencie uma solução que resolva com a máxima urgência a situação das obras da escola”, ponto nº 1, da Recomendação nº73/01, que esta Assembleia aprovou em 20 de maio de 2019.-----

----- “Sejam feitas reuniões de acompanhamento com a comunidade educativa escolar de onde a Direção da Escola e Agrupamento, Associação de Pais e Encarregados Educação e Junta de Freguesia estejam presentes”, facto que até hoje, é de facto, uma situação inconclusiva.-----

----- “Se procure minimizar o impacto das obras no dia-a-dia da comunidade educativa, em particular dos seus professores e alunos”, de facto tem sido procurado pelos encarregados de educação e pelo pessoal docente e não docente, os poderes autárquicos encontro-os ausentes.-----

----- “Determine-se se a solução que passe pelo encerramento temporário da escola para acelerarmos as obras pode consubstanciar uma solução intermédia desejável”, nunca tal foi sequer equacionado, “a Câmara deve informar a Escola, Associação de Pais, a Junta de Freguesia de Alvalade, a Assembleia Municipal do calendário previsto.”-----

----- Bom, escuso-me de alongar, estou aqui basicamente a partilhar os cinco pontos da Recomendação da Assembleia Municipal de Lisboa, e se os Senhores tiverem alguma notícia atualizada que possam partilhar, eu agradeço, mas hoje gostava apenas também de devolver-vos às vossas cinco recomendações, cinco questões simples.-----

----- Primeira, o que tem a Assembleia Municipal de Lisboa feito para efetivamente conseguir concretizar a sua Recomendação n.º 73/01, em particular...-----

----- Peço desculpa, alguém tem o microfone ligado, não sei se o tempo continua a contar”.-----

*----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:*-----

----- “Eu peço que desliguem os microfones.”-----

*----- **O Município, Senhor Pedro [REDACTED] Aparício**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:*-----

----- “Se calhar, vou só repetir as perguntas para que fiquem bem claras.-----

----- Número um.-----

----- O que tem feito a Assembleia Municipal para concretizar a sua Recomendação n.º 73/01, em particular, os cinco pontos que, acima descrevi e que foram assumidos como por unanimidade, como relevantes por esta Assembleia?-----

----- Como tem zelado a Assembleia Municipal de Lisboa, para que se concretize com

a mesma qualidade, todos os programas de ensino da nossa cidade, sabendo que nesta escola em particular, não podemos considerar como uma situação normal?-----

----- Ponto número três, ou questão número três, como tem sido cumprido o mandado de fiscalização do poder executivo deste órgão deliberativo, que tem como missão proteger os interesses de todos nós munícipes? Nem me atrevo sequer nesta questão a colocar-vos uma escala de avaliação.-----

----- Questão número quatro.-----

----- Quais os próximos passos que equaciona a Assembleia Municipal dar, e em particular cada um dos Grupos Municipais, que têm assento nesta Câmara para darmos uma real solução a este problema?-----

----- Questão número cinco.-----

----- A aceleração prometida pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa em reunião pública de Câmara, com a minha pessoa presente, foi que de facto, a SRU iria acelerar este processo das obras, infelizmente, esta Empresa Municipal, que simultaneamente é uma Sociedade Anónima, neste momento não conseguiu acelerar nada.-----

----- Senhores Deputados, agradeço a vossa atenção, diligência e se possível alguma resposta a alguma destas questões, aproveito ainda o tempo suplementar que me sobra para dar nota que, desde 10 de março, quando tentei intervir e que acabei por dizer que não poderia estar por questões de confinamento, que a Mesa teve a gentileza de partilhar em canal aberto que eu estaria infetado com Covid-19, infelizmente, foram feitos da Assembleia Municipal de Lisboa, e de certa forma posso dizer-vos e garanti-vos que o bicho ainda...”-----

*----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----*

----- “Bem, será respondida às questões solicitadas, e nomeadamente a esse último comentário.”-----

*----- **O Senhor Primeiro Secretário António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----*

----- “Muito obrigado.-----

----- Não sei se o Senhor João ■■■ Moucheira já está? Senhor João ■■■ Moucheira? Continua ausente, pelo que chamo para intervir o Senhor Paulo Galvão, por favor, tem cinco minutos para intervir.”-----

*----- **O Município, Senhor Paulo Galvão**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----*

----- “Então, muito boa tarde.-----

----- Boa tarde a todos.-----

----- Boa tarde, Senhor Presidente, Senhores Representantes da Câmara.-----

----- A minha intervenção é uma intervenção muito simples, não vou utilizar o tempo que me concedem.-----

----- Eu habito atualmente em ■■■, tenho verificado com algum agrado a evolução da nossa cidade do ponto de vista da sustentabilidade, tenho verificado que têm sido feitas melhorias aos níveis dos acessos, aos níveis daquilo que são as ciclovias,

portanto, estamos a ficar com uma cidade sem dúvida com ar mais respirável.-----
----- No entanto, há um espaço em particular que eu já visitei com a minha família, é um espaço que me agrada bastante, que é o Monsanto, em que existe um espaço aí que já tem algum tempo, e que existiam e já tiveram projetos a funcionar nesse espaço, que é o Panorâmico de Monsanto, e eu tenho registado que ao longo do tempo têm sido adiadas as decisões relativamente ao Panorâmico de Monsanto, então achei que seria oportuno, agora participar nesta reunião para saber qual é o ponto de situação, tendo em conta que no mandato anterior do Doutor Fernando Medina era suposto, do Presidente Fernando Medina era suposto haver alguma resolução em relação a esse espaço, e eu gostaria de saber qual é o ponto de situação em que estamos?-----

----- E se eventualmente, há espaço para se apresentar projetos, se há algum espaço dedicado para se colocarem ideias em cima da mesa, e o meu contributo aqui era exatamente esse, era ver até que ponto é que poderei participar neste concurso de ideias, e contribuir com alguma ideia que me persegue já algum tempo, e que eu poderei, acho em momento oportuno, tendo em conta os momentos que estamos a viver relativamente, a esta questão de saúde, em que a terra de uma forma geral está doente com este vírus que nos assola e que nos confina, acho que era importante olharmos para o pulmão de Lisboa, era importante olharmos para o Panorâmico de Monsanto, porque é, de facto, um espaço inspirador, é um espaço que está dado ao abandono, e está completamente vedado, aquilo que seria alguma utilização segura, e uma utilização até turística e com alguma atração.-----

----- Mas a minha pergunta é, qual é o ponto de situação?-----

----- E se é possível marcar uma reunião com o Senhor Presidente no sentido de lhe apresentar também a minha ideia.-----

----- Muito obrigado pela vossa atenção, e continuação da boa reunião.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, vamos entrar em contacto com a Câmara, pedindo respostas aos esclarecimentos e depois daí tirarmos as conclusões.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado.-----

----- Recebi a informação que o Senhor João ■■■ Moucheira desistiu da sua intervenção, pelo que chamo para intervir o Senhor António ■■■ Miguel.-----

--- Senhor António ■■■ Miguel, por favor, tem cinco minutos.”-----

- **O Município, Senhor António ■■■ Miguel**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa tarde.-----

----- O meu nome é António ■■■ Miguel.-----

--- E no início da crise do Covid-19, numa reunião entre operadores e a Câmara

Municipal de Lisboa reunidos no mercado, espontaneamente, como muitas vezes já aconteceu, eu e vários operadores aqui presentes, mas que não podemos entrar, que não puderam entrar e muitos que não puderam vir, fomos informados pela Senhora Dona Graça, responsável do Mercado da Ribeira, que não pagaríamos as taxas de ocupação vulgo/rendas, de março, abril, maio e junho, e disse mais, quem já tinha pago a renda de março, o dinheiro seria devolvido o que parece que também não é verdade, porque parece que há uns esquemas complicados de devolução de dinheiro.-

----- Nós acreditámos na informação que nos estavam a transmitir, em linha com a comunicação do Senhor Presidente Fernando Medina, que dia 25 de março, disse que teríamos isenção total do ponto três de um comunicado, que não houve ninguém que não tivesse publicitado.-----

----- Eu conheço a Senhora Dona Graça há mais de 30 anos, todos nós conhecemos a Senhora Dona Graça, e não acreditamos que ela tenha dito o que disse, sem ordens superiores para passar a informação que nos passou.-----

----- Recordo que de acordo com o Regulamento, e a tradição dos mercados, nem tudo terá de estar escrito, e muitas situações são comunicadas aos operadores, oralmente.-----

----- Esperamos a vossa melhor atenção, pois alguns de nós não têm dinheiro para vos pagar, porque há três meses e meio que não temos vendas e pelo andamento da crise, comunicado hoje da Organização Mundial de Saúde, por exemplo, no futuro também a situação não melhorará, e temos de pagar aquilo que nos disseram à anteriori e que iríamos estar isentos, parece errado, eu repito, o que nos disseram à anteriori que íamos estar isentos, agora estão a cobrar.-----

----- Provavelmente, está errado, perceberam que eu disse, isto cara a cara é mais fácil, mas enfim, não sei se perceberam, parece-me estar errado.-----

----- Recordo que nos foi pedida ajuda para manter as nossas lojas abertas em metade do horário combinado, do nosso horário, todos nós temos um horário e pediram-nos para estarmos abertos, nesse horário e agora recebemos como recompensa, Vossas Excelências terem alterado a palavra dada, e nos debitarem a totalidade das rendas.-----

----- Aproveito também para informar, que ao contrário da Lei, nem todos os operadores foram intimidados a pagar os mesmos valores, e não recebemos qualquer documento dos períodos que dizem que não teremos que pagar, ou seja, ou seja, nada nos garante que de futuro não apareça uma qualquer fatura em relaxe, que vamos ter que pagar em relação aos períodos que disseram que também não tínhamos que pagar, portanto, ou seja, enfim.-----

----- Vários operadores me pediram para eu dizer isto, e ainda só tenho três minutos e dezoito segundos, parece-me a mim, estamos a ser claramente discriminados de outros comerciantes, de lojas municipais e de associações desportivas, que estão instaladas também, em instalações municipais e esses não vão pagar nada, por exemplo, disseram para eu não dizer isto, mas, por exemplo, para o Benfica e para o Sporting, esses não vão pagar taxas nenhuma, mas nós vamos.-----

----- Parece-me que está errado, mas é só o meu palpite, gostava da vossa melhor

atenção, mas acho que não serve nada, e acho que vocês vão-nos pôr todos a tribunal e vão ficar com as lojas que é o que vocês pretendem.-----

----- Muito obrigada.-----

----- O Senhor está ali a dizer que não, o Senhor José Leitão, está a dizer que não, mas a experiência diz-nos outras coisas.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Vamos entrar em contacto com a Câmara, para ver o que é que é possível fazer relativamente à questão que apresentou, se quiser enviar algum documento escrito ou por *email*, esteja à vontade, para completar.”-----

----- **O Município, Senhor António Miguel**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Eu esqueci-me de dizer, desculpe interrompe-lo.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Se faz favor.”-----

----- **O Município, Senhor António Miguel**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “É que já enviei três emails à Câmara por causa deste assunto, e não obtive resposta de nenhum deles.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Mande-os para nós, que é para ver o que é que é possível.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Município, Senhor António Alves Miguel**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Também lhe recorde que já lhe enviei à antiga Presidente, que me disse que ia enviar para o Senhor Presidente e parece que também não enviou.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Pois não sei, envie, é aqui o *email* da Assembleia Municipal, pode usar esse *email*.”-----

----- **O Município, Senhor António Miguel**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, foi um prazer.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Eu tenho, neste momento aqui a indicação que o cidadão Pedro Aparício está a pedir a palavra, Senhor Presidente, o Senhor cidadão Pedro Aparício, já terá esgotado o tempo que tinha.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Não, já usou o seu tempo.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Nesse caso acabaram as intervenções do público, uma vez que o Senhor João Moucheira prescindiu da sua intervenção.”-----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Secretário, vamos prosseguir.”-----

----- **VOTO DE PESAR N.º 111/01 (CDS-PP) – (SUBSCRITO PELO GRUPO MUNICIPAL DO CDS-PP) VOTO DE PESAR “VOTO DE PESAR PELO CÓNEGO LUÍS MANUEL PEREIRA DA SILVA”;** -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Portanto, neste momento, temos dois votos pesar, o voto pesar 111/01 do CDS-PP, pelo falecimento do Cónego Luís Manuel Pereira da Silva, e o voto pesar 111/04 do PPM, pelo falecimento de João Paiva Raposo de Almeida.-----

----- Queria antes disso, também comunicar aos Senhores Deputados, que dentro do desenvolvimento tecnológico que temos vindo a tentar promover, esta sessão está a ser pela primeira vez transmitida em direto e, portanto, para além da participação do público, foi possível também assegurar a transmissão em direto.-----

----- Muito obrigado, portanto, e pedia à Senhora Secretária, que lesse os votos de pesar para procedemos à sua votação.”-----

----- *(O Voto de pesar n.º 111/01 (CDS-PP) começou por ser lido pela Senhora Segunda Secretária Virgínia Estorninho, mas por dificuldades técnicas, acabou por ser lido pelo Senhor Primeiro Secretário António Avelãs).*-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, procedeu à leitura do **Voto de Pesar n.º 111/01 (CDS-PP)**: -----

----- *“Voto de pesar pelo Cónego Luís Manuel Pereira da Silva.*-----

----- *Faleceu, no passado dia 12 de Junho, aos 63 anos, o cónego Luís Manuel Pereira da Silva, prior da Sé Patriarcal de Lisboa.*-----

----- *Nascido a 2 de Setembro de 1956, na freguesia de São José, Luís Manuel Pereira da Silva decidiu que queria ser padre aos 10 anos. Estudou durante três anos no seminário menor de Santarém, então parte da diocese de Lisboa, mas regressou a Lisboa quando o seminário fechou, na fase pós-Concílio Vaticano II.*-----

----- *Estudou nos liceus Passos Manuel e Camões, formou-se em Filosofia e deu aulas de Moral em Loures e em Lisboa, na antiga Escola Machado de Castro.*-----

----- *A questão vocacional “vinha sempre, como hipótese”. “Sentia que Deus me tocava. E tocava principalmente pelo anúncio do Evangelho e pela liturgia. As celebrações eram momentos altos, em que eu me sentia mesmo interpelado”, referiu.*

----- *Aos 32 anos voltou para o seminário, tendo sido ordenado padre em 1993, no*

Mosteiro dos Jerónimos, pelo cardeal António Ribeiro. Antes, esteve em Roma a estudar Liturgia.-----

----- *Além de prior da Sé, o padre Luís Manuel era diretor do Departamento de Liturgia do Patriarcado de Lisboa, assistente na Associação de Professores Católicos, professor de Liturgia na Universidade Católica e mestre-de-cerimónias patriarcais. Como mestre-de-cerimónias ou como pároco da Sé, entrou muitas vezes na casa de milhares de portugueses, através das transmissões televisivas dos casamentos de Santo António. Como professor, ajudou a formar dezenas de padres. --*

----- *Em 2018, celebrou 25 anos de ordenação sacerdotal e afirmou ao jornal Voz da Verdade, do Patriarcado de Lisboa, a “profunda gratidão” pela vocação e o trabalho pastoral, nomeadamente na Paróquia da Sé de Lisboa.*-----

----- *Lutou com fé e serenidade contra uma doença ingrata. “Nascemos na Páscoa e vamos de Páscoa em Páscoa até à Páscoa eterna!”, dizia muitas vezes.*-----

----- *Assim, a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida a 30 de Junho de 2020, presta homenagem ao Cónego Luís Manuel Pereira da Silva, guardando um minuto de silêncio em sua memória e endereçando à sua família, amigos, paroquianos, alunos e a toda comunidade católica de Lisboa as mais sentidas condolências.*-----

----- *Lisboa, 23 de junho de 2020, o Grupo Municipal do CDS-PP, Diogo Moura.”*-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- *“Vamos passar à votação deste voto de pesar”.*-----

----- *Vamos passar à votação do **Voto de Pesar 111/01 (CDS-PP)**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, dos Deputado (as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, José Alberto Franco, Joana Alegre, Paulo Muacho, Raul Santos, Miguel Graça, Rodrigo Brito, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. O **Voto de Pesar 111/01 (CDS-PP)** foi aprovado **por unanimidade**.*-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- *“Este voto de pesar foi aprovado por unanimidade, faremos oportunamente, um minuto de silêncio, portanto, peço para ler o último voto de pesar:”*-----

----- **VOTO DE PESAR N.º 111/04 (PPM)-(SUBSCRITO PELO GRUPO MUNICIPAL DO PPM) – “VOTO DE PESAR JOÃO PAIVA RAPOSO DE ALMEIDA”**-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, procedeu à leitura do **Voto de Pesar n.º 111/04 (PPM)**:-----

----- *“Pelo Grupo Municipal do Partido Popular Monárquico, um voto de pesar sobre João Paiva Raposo de Almeida.*-----

João de Almeida, arquiteto e pintor de renome, faleceu no passado dia 22 de Junho de 2020 com 92 anos no Hospital de São Francisco Xavier.-----

Nasceu a 24 de novembro de 1927, em Lisboa, e na década de 50 foi ordenado padre no Seminário dos Olivais. No entanto, a sua vocação estava orientada para o mundo das artes.-----

----- Ingressou na Escola de Belas Artes de Lisboa e terminou o percurso académico na Escola do Porto. Durante este percurso, estagiou em países como a Suíça, Alemanha e Barcelona. Foi na Suíça que conheceu Hermann Baur (1894-1980), uma das grandes referências da arquitetura sacra na Europa Central.-----

----- Foi ainda no tempo de estudante que o arquiteto João de Almeida e Nuno Teotónio Pereira fundaram o Movimento de Renovação da Arte Religiosa (MRAR, 1953-65) ao qual, mais tarde, Nuno Portas se associou. Este foi um movimento de extrema importância, tanto a nível arquitetónico como artístico, no Estado Novo.-----

----- A sua tese de arquitetura foi o projeto da Igreja da Sagrada Família em Paço de Arcos, orientado pelos princípios estéticos do MRAR. Foi ainda autor do projeto da Igreja de Santo António de Moscavide, com a colaboração do arquiteto António Freitas Leal.-----

----- No seu atelier, João de Almeida é coautor e autor de inúmeros projetos com grande destaque na região da Grande Lisboa, entre eles, a renovação do Museu Nacional de Arte Antiga e a reabilitação e conservação do Convento das Bernardas.-----

----- Em 1990, João de Almeida com a colaboração de Pedro Ferreira Pinto e Pedro Emauz e Silva, com o plano de um condomínio privado entre as Ruas do Século e da Academia das Ciências e a Travessa da Horta, recebe o Prémio Valmor. Em 1997, com a mesma equipa, recebe uma menção honrosa deste prémio atribuído pela Câmara Municipal de Lisboa pelo edifício administrativo da Parque Expo '98. -----

----- Foi ainda autor da renovação parcial dos Paços do Concelho de Lisboa após o incêndio de 1995, que teve a colaboração no campo das artes plásticas do pintor Jorge Martins.-----

----- Nas últimas três décadas, João de Almeida dedicou-se à pintura a pastel seco sobre papel. Começou por expor em Lisboa na Galeria Antiks Design, 1994; Casa-Museu Medeiros e Almeida, 2012, entre outros, tendo também mostrado a sua obra em cidades como Londres em 1996 e 2006, em Pequim em 1997 e 2007 e Zurique em 2015.-----

----- O Grupo Municipal do Partido Popular Monárquico propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em sessão plenária no dia 30 de junho de 2020, manifeste o seu mais profundo pesar, guardando um minuto de silêncio e dando conhecimento à família.-----

----- Pelo Grupo Municipal do PPM,-----

----- Lisboa, 14 de junho de 2020-----

----- A Deputada do Grupo Municipal do PPM-----

----- Aline Hall de Beuvink”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado.-----

----- Vamos passar à votação do **Voto de Pesar 111/04 (PPM)**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, dos Deputado (as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar,

José Alberto Franco, Joana Alegre, Paulo Muacho, Raul Santos, Miguel Graça, Rodrigo Brito, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. O **Voto de Pesar 111/04 (PPM)** foi aprovado **por unanimidade**. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

---- “Muito obrigado, este voto de pesar foi também aprovado por unanimidade, e portanto, vamos fazer um minuto de silêncio relativamente, ao dois votos de pesar.----

----- (Neste momento fez-se um minuto de silêncio pelos dois voto de pesar) -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhores Deputados.-----

----- Antes de pedir à Senhora Segunda Virgínia, que ela leia o Expediente, queria apenas fazer aqui uma breve saudação, que estou certo que acompanham.-----

----- O Arquitecto Pedro Formosinho Sanches vai aposentar-se, a partir deste fim deste mês e, portanto, cessando as funções como coordenador do NAC- Núcleo de Apoio às Comissões.-----

----- Eu queria manifestar a minha gratidão, e o meu agradecimento pela sua colaboração, que estou certo, também que me acompanham neste agradecimento.-----

----- Queria também aproveitar para dizer que não foi tomada nenhuma decisão quanto à sua substituição como coordenador do NAC-Núcleo de Apoio às Comissões, essa decisão terá lugar em setembro, não há necessidade de nos precipitarmos neste momento, e naturalmente, neste período para já fica a exercer as funções o Doutor Paulo Carvalho, que o substituíra nas suas ausências, portanto, e continuará a fazer, portanto, essa substituição.-----

----- Muito obrigado, uma vez mais, ao Arquitecto Pedro Formosinho Sanches, que tem uma vida dedicada à Assembleia e à Câmara, não apenas exerceu funções na Assembleia Municipal a partir da Senhora Presidente Helena Roseta, mas antes disso tinha já um todo grande historial em diversos serviços da Câmara, e portanto, em nome de todos exprimo os nossos agradecimentos.-----

----- Passemos à leitura do Expediente.”-----

----- **LEITURA DO EXPEDIENTE:**-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, procedeu à leitura do expediente: -----

----- “Dar conhecimento da correspondência entrada neste período.-----

----- Normalmente, nós fazemos um pequeno resumo e a correspondência está para ser consultada, agora para a consultarem têm que vir à Assembleia. -----

----- Iniciativas do Grupo Parlamentar “Os Verdes”. -----

----- Dar conhecimento:-----

----- Aos cidadãos sobre as melhores práticas de disposição de resíduos, como as máscaras e luvas protetoras.-----

----- Obras de requalificação do Conservatório Nacional. -----

----- Da Área Metropolitana de Lisboa. -----

----- Reunião Ordinária de 16 de Abril de 2020. -----

----- Deliberação da Reunião Ordinária de 28 de Maio, Editais nº 13 a 16/2020. -----

----- Assembleia Municipal de Sesimbra-----

----- Edital nº 79/2020.-----

----- Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica.-----

----- Voto de louvor aos funcionários e colaboradores da Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica.-----

----- Assembleia Municipal de Odivelas.-----

----- Envio de Moção “ Pelo regresso à normalidade da oferta do serviço de transporte público de passageiros em toda a Área Metropolitana”.-----

----- Associação Nacional de Assembleias Municipais.-----

----- Dar conhecimento dos assuntos em sequência do contato telefónico com a Senhora Ministra da Modernização do Estado e da Administração pública.-----

----- Fórum Cidadania-----

----- Dar conhecimento:-----

----- Estado lamentável do Pavilhão de Portugal.-----

----- Pedido de obras urgentes e pedido de expropriação do prédio do tijolo.-----

----- Requalificação da Rua Bartolomeu Dias.-----

----- Ampliação de edifício junto aos antigos banhos de São Paulo.-----

----- Apelo ao Presidente da Câmara de Lisboa de envio de máscaras a Municípes.-----

----- Carta aberta ao Tema “Um novo Aeroporto em Lisboa”.-----

----- E esta foi a correspondência recebida, neste período.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado.” -----

----- **APROVAÇÃO DA ATA Nº 97, DE 28.01.2020.**-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Agora vou pôr à votação, a Ata nº 97 de 28 de Janeiro de 2020. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, dos Deputado (as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, José Alberto Franco, Joana Alegre, Paulo Muacho, Raul Santos, Miguel Graça, Rodrigo Brito, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. A Ata n.º 97 foi **aprovada por unanimidade**, não tendo participado na votação os Senhores Deputados que estiveram ausentes na Reunião. -----

----- De forma a dar cumprimento ao disposto no DL. n.º 4/2015, de 07 de Janeiro, que aprova o novo Código de Procedimento Administrativo, mais precisamente no n.º 3 do seu artigo 34.º, não participaram na votação da **Ata 97**, os Senhores Deputados Municipais que abaixo se referenciam, em virtude de não terem estado presentes na reunião a que a mesma respeita.-----

----- **Ata n.º 97** Sessão Extraordinária, realizada em vinte e oito de janeiro de dois mil e vinte, não estiveram presentes os seguintes Senhores Deputados Municipais: Augusto Miguel Gama (PS), José Cardoso Alves (PS), Pedro Delgado Alves (PS), Ricardo João Oliveira Marques (PS), Mafalda Cambeta (PSD), Vasco Morgado

(PSD), John Rosas Roque Baker (CDS-PP), Diana Isabel Gonçalves Vale (CDS-PP), Ana Páscoa (PCP), Natacha Amaro (PCP), Ana Filipa Neto (PAN) e Rodrigo Brito (IND). -----

----- **INTERVENÇÕES DOS GRUPOS MUNICIPAIS E DOS DEPUTADOS INDEPENDENTES, PARA APRESENTAÇÃO DE VOTOS, MOCÇÕES E RECOMENDAÇÕES (GRELHA B – MÁXIMO 60 MINUTOS)** -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada, pedia ao Senhor Primeiro Secretário António Avelãs, que conduzisse a reunião, portanto, dando a palavras aos diversos Grupos Municipais e Deputados Independentes inscritos, para os votos e moções apresentadas.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Presidente.-----

----- Relativamente às moções ou recomendações que foram entregues, para este ponto da ordem de trabalhos, eu queria dizer que tenho a seguinte inscrições, e certamente faltarão alguns, portanto, pedia que se inscrevessem, pelo PCP: Natacha Amaro e Fábio Sousa, do PEV, Cláudia Madeira, do CDS-PP, Diogo Moura, dos Independentes, Paulo Muacho e Teresa Craveiro, do Bloco de Esquerda, Ricardo Moreira, do PAN, Miguel Santos e Ana Carvalho Neto e agora José Inácio Faria.-----

----- Portanto, se alguém agora mais se quiser inscrever, faça favor do ir fazendo.-----

----- Dou portanto, a palavra à Senhora Deputada Natacha Amaro e Fábio Sousa, que que usarão como entenderem o tempo que o Partido Comunista Português tem, que são de cinco minutos, e prepara a Deputada Cláudia Madeira.-----

----- Deputada Natacha Amaro, por favor.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Natacha Amaro (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigada.-----

----- Boa tarde a todos.-----

----- Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhoras Deputados, deixar primeiro uma saudação particular para o público que regressou às nossas sessões, aqui da Assembleia Municipal, e deixar uma nota particular ao munícipe Pedro Aparício, que aqui trouxe uma vez mais a questão da Escola Teixeira de Pascoaes, aproveitando ainda para reiterar a solidariedade do PCP, com os pais, pelas crianças e com os trabalhadores desta escola, bem como reforçar a nossa preocupação relativamente a todo este processo.-----

----- O PCP traz ao PAOD de hoje uma Moção sobre a habitação e a população em Lisboa.-----

----- Por considerarmos que o acesso à habitação, com a captura da cidade por interesses especulativos e financeiros, atingiu, nos últimos anos, níveis de elevada gravidade social consubstanciados quer em preços inacessíveis à esmagadora maioria das camadas sociais, quer nos processos de despejo e de exclusão de famílias e comunidades do lugar onde sempre residiram. Soma-se a isto a demissão de

sucessivos governos de cumprir o dever constitucional de garantia de acesso à habitação aliada a uma famigerada Lei dos Despejos que se mantém em vigor.-----

----- Em fevereiro de 2018 foi aprovada na Câmara Municipal a proposta do PCP de criação do Programa Municipal de Arrendamento a Custos Acessíveis o PACA, mas continua “na gaveta” e o contributo que poderia dar para a alteração no acesso à habitação na cidade permanece por cumprir, este foi apenas um exemplo.-----

----- Mas os preços da habitação em Lisboa, para compra ou arrendamento, também sofreram um impacto feroz por via do crescente turismo, à medida que fogos habitacionais se transformavam em alojamentos locais e prédios de habitação eram convertidos em unidades hoteleiras.-----

----- Com a pandemia, muitos dos problemas económicos e sociais da cidade se agigantam. Assistimos à falência do modelo de cidade exaustivamente dedicada ao turismo, que soçobra perante as consequências de uma política dedicada aos interesses dos mercados e não das necessidades das pessoas que aqui vivem e trabalham. Mesmo com propostas aprovadas que poderiam contribuir para a inversão do rumo, as políticas aplicadas na cidade insistem em não se aproximar das necessidades de habitação da sua população nem em recuperar os milhares de habitantes perdidos nos últimos anos. -----

----- Assim, esta Moção procura contribuir para um conjunto de medidas que, pensamos, são essenciais para reverter a saída de muitos lisboetas, procurando alternativas de habitação para as famílias.-----

----- Na generalidade estamos de acordo com as restantes propostas apresentadas neste PAOD, com uma ou outra exceção. Gostaríamos, no entanto, de fazer referência às duas propostas do PSD. A Moção pela Subsistência dos Menores merecerá a nossa abstenção, por considerarmos que é francamente redutora em vista de um conjunto de necessidades amplamente identificadas relativamente aos menores. -----

----- Sobre a Recomendação da Cultura na Cidade, porque preconiza um programa alternativo de intervenção nesta área, mas com meses de atraso! Do nosso ponto de vista, esta recomendação mistura propostas que já foram discutidas e aprovadas, algumas delas até estão em prática, com propostas que ficam totalmente fora do âmbito de intervenção municipal, com ainda outras propostas que são francamente contrárias a tudo o que defendemos para a cultura na cidade. Assim, iremos votar genericamente contra por considerarmos que ela revela falta de conhecimento da realidade existente, dos apoios já atribuídos e das necessidades nesta área. -----

----- A seguinte intervenção não será feita pelo Fábio Sousa, mas pelo Fernando Correia, aproveitando os dois minutos que sobram. -----

----- Obrigado.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Deputado Fernando Correia, faça favor.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Fernando Correia (PCP-Independente)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Ora boa tarde, Senhor Secretário.-----

----- Boa tarde, ao Senhor Presidente, a toda a Mesa, aos Senhores Deputados, já percebi que estão todos bem e fico satisfeito com isso.-----

----- O que nos traz aqui hoje é uma recomendação à Câmara, a esta Assembleia, uma recomendação à Câmara, sobre a reabertura da Esquadra de Carnide, que genericamente pretende o seguinte:-----

----- Pretende recomendar à Câmara, que realize as obras de requalificação da esquadra, criando as condições que possibilitem a sua reabertura, tal como deliberou em fevereiro deste ano, e que continue a defender junto do Governo a manutenção destas instalações como Esquadra da PSP em Carnide, independentemente dos planos, que possam existir no que respeita à reorganização das esquadras da cidade de Lisboa.

----- Temos conhecimento há poucos dias, que a PSP e finalmente terá entregue as chaves à Câmara, lamentavelmente, houve um hiato de tempo de nove meses e que seguramente atrasou este processo e, portanto, a Câmara já está na posse das instalações e, portanto, pode avançar com as obras, tanto mais tratando-se de um edifício que é propriedade municipal, e que portanto os problemas, nomeadamente o saneamento terão que ser, obviamente rapidamente resolvidas.-----

----- Relembramos que esta esquadra foi fechada há nove meses, sensivelmente mais de nove meses, a dezasseis de outubro de 2019 e que, em fevereiro de 2020, o Ministério da Administração Interna anunciou a pretensão de construir uma nova esquadra da PSP em Carnide. A Câmara Municipal de Lisboa na altura defendeu, nomeadamente, em moção aprovada que esta esquadra deve ser requalificada e reaberta independentemente dos planos do Governo quanto à reorganização das esquadras da cidade.-----

----- Relembramos, ainda que é um compromisso do PCP e julgo que de outras forças políticas com a população de Carnide e com os agentes e os agentes operacionais daquela esquadra, nós participámos todos numa iniciativa da Junta de Freguesia há uns meses atrás e, portanto, temos esse compromisso e, portanto, julgamos que é altura de dar maior celeridade a este processo.-----

----- Boa tarde a todos e obrigado.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.-----

----- Tem a palavra a Senhora Deputada do PEV, Cláudia Madeira, e prepara o Deputado Diogo Moura.-----

----- Deputada Cláudia Madeira, tem quatro minutos por favor.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Sim, muito obrigada.-----

----- Boa tarde a todos.-----

----- “Os Verdes” apresentam hoje uma recomendação para que sejam garantidas as condições dignas de funcionamento da Provedoria Municipal dos Animais de Lisboa.

----- Este cargo tem uma grande importância na proteção dos direitos dos animais e quem o exerce merece ser valorizado e ter as ferramentas necessárias para

desempenhar a sua função de forma autónoma e imparcial.-----

----- Propomos também que a 4.^a Comissão acompanhe este assunto, através da audição da Provedora dos Animais.-----

----- Não basta criar cargos, é preciso garantir que funcionam com as condições necessárias. Todos teremos a ganhar com estas medidas que permitirão respostas mais assertivas e um relacionamento institucional fortalecido, que se vão traduzir em passos importantes para o bem-estar dos animais.-----

----- “Os Verdes” apresentam também uma recomendação sobre a acessibilidade digital para que a Câmara aprofunde as medidas, que garantam igualdade de oportunidades a todos.-----

----- O nosso objetivo é que a acessibilidade digital seja realmente inclusiva e não deixe ninguém de fora, quer se trate de pessoas com alguma incapacidade ou deficiência, ou simplesmente com pouca experiência no uso da tecnologia.-----

----- Desta forma, os *sites* da Câmara Municipal e das empresas municipais devem estar aptos e acessíveis para serem usados por pessoas com e sem deficiência, e com maiores ou menores dificuldades, de forma segura e autónoma.-----

----- Deixamos ainda algumas observações sobre os documentos apresentados pelas outras forças políticas. -----

----- A recomendação do Bloco sobre os direitos dos animais também aborda o funcionamento da Provedoria dos Animais, à semelhança da nossa proposta, além de se focar na abertura do LX-Cras cumprindo as devidas medidas de segurança e higiene, pelo que votaremos a favor.-----

----- Também sobre este assunto, a recomendação do PAN deu entrada por arrastamento da nossa e, apesar de concordarmos com o conteúdo, pouco vem adiantar aos documentos que já constavam desta ordem de trabalhos, e consideramos que, pegando num assunto já inscrito numa reunião, é sempre desejável termos mais matéria nova para complementar as deliberações.-----

----- Votaremos a favor da recomendação do CDS sobre o cumprimento das velocidades de atravessamento de peões, recordando que entregámos um requerimento precisamente sobre esta matéria, e que tanto em 2014 como mais recentemente, em fevereiro deste ano, apresentámos propostas sobre a sinalização sonora e a necessidade de alargamento do tempo de sinal verde nos semáforos onde era insuficiente, principalmente para peões com mobilidade condicionada. Agora, é preciso corrigir essas situações.-----

----- Votaremos a favor da recomendação dos Deputados Independentes do Movimento Cidadãos Por Lisboa, realçando que, mais uma vez, estamos perante um atraso de um projeto do Orçamento Participativo e a Câmara deve dar mais atenção a estas propostas, como forma de valorizar e respeitar a participação dos cidadãos.-----

----- Sobre o projeto em si, ou seja, um memorial da escravatura e um centro interpretativo, “Os Verdes” consideram que é importante haver na cidade uma homenagem às pessoas escravizadas, à resistência à escravatura, que denuncie essa atrocidade e que reforce a urgência de respeito por todos os seres humanos.-----

----- Por fim, partilhamos as preocupações referidas pelo MPT sobre a população

idosa, mas consideramos que a solução não deve ser uma bolsa de voluntários para identificar, acompanhar e suprir as suas necessidades.-----

----- O voluntariado é importante, deve ser valorizado e é um complemento em muitas situações, principalmente quando há carências. No entanto, a Câmara tem responsabilidades para com a população mais vulnerável, e tem de estar capacitada para responder. As pessoas não podem estar dependentes da disponibilidade ou da vontade de quem queira fazer voluntariado.-----

----- E dizemo-lo com toda a consideração que o voluntariado nos merece, mas não nos revemos totalmente nesta visão do MPT, pelo que solicitamos a votação em separado deste primeiro ponto.-----

----- Obrigada.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhora Deputada.-----

----- Tem a palavra o Senhor Deputado Diogo Moura do CDS, e prepara o Independente Paulo Muacho, tem seis minutos por favor.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Secretário.-----

----- Senhor Presidente da Assembleia, Caros Deputados, Caros Vereadores, Caros Funcionários.-----

----- Queria, obviamente, em primeiro lugar dirigir uma palavra de apreço ao Arquitecto Formosinho Sanches, ele não cessa apenas hoje as suas funções enquanto Coordenador do Núcleo de Apoio às Comissões, mas encerra também o percurso profissional de décadas na Câmara Municipal, e portanto, de trabalho pela cidade e para a cidade e, portanto, deixamos aqui em nome do CDS uma palavra de apreço e de reconhecimento pelo seu trabalho e pela sua dedicação.-----

----- Relativamente, aos documentos que hoje o CDS traz a este plenário.-----

----- Em primeiro lugar, a questão da UITI, a Universidade Internacional da Terceira Idade, este tema já foi discutido, é do conhecimento dos Senhores Deputados, há três anos através, de uma petição apresentada por vários alunos.-----

----- A UITI existe em Lisboa desde 1971, e encontra-se desde essa data, há mais de quarenta anos instalada na Rua das Flores em propriedade municipal.-----

----- Em 2007 e face à deterioração do edifício onde também é partilhado por uma Associação de Bombeiros, é necessário proceder a uma intervenção por parte do proprietário, neste caso a Câmara Municipal de Lisboa e, portanto, o que foi conciliado na altura e consensualizado com a Direção da UITI, foi a transferência para um outro edifício municipal, obviamente, com um espaço menor, na Rua Maria Andrade em Arroios.-----

----- Na altura foi assegurado, não só através de acordo com a UITI mas também, em reunião de Câmara, através das palavras do Senhor Presidente do Município, Doutor Fernando Medina, de que a UITI voltaria para este edifício na Rua das Flores, quando as obras tivessem, obviamente, concluídas.-----

----- A verdade é que, durante este tempo todo a UITI utilizava o r/c e primeiro andar da Rua Maria Andrade deixou de poder usar um dos edifícios, estamos no último dia do mês de junho, e até hoje foram apresentadas várias datas, que foram sucessivamente alteradas para entrega do edifício da Rua das Flores. Começou em novembro de 2017 e depois teve seis propostas da data da entrega, sendo a última agora a de junho, portanto deste mês.-----

----- Convém também, dizer ainda que esta ausência de respostas leva a que dezenas de professores e alunos, tenham-se que deslocar para além da ação de cidadania através da petição que apresentaram nesta Assembleia Municipal, a desloquem-se não só como pública a Assembleia Municipal, mas também à Câmara Municipal para que houvesse uma resposta efetiva e clara sobre a data de entrega e posse do imóvel conforme ficou acordado, e, portanto, é hoje e neste fórum, nós vimos apresentar esse pedido à Câmara Municipal de Lisboa. Sabemos que as obras têm vindo a decorrer a entrega tem sido adiado e, portanto, o que pedimos é que a Câmara informe quer a Assembleia Municipal, mas também a Direção da UITI do ponto de situação das obras que estão a decorrer na Rua das Flores. Se o imóvel foi adaptado às condições de mobilidade, nomeadamente, dos alunos desta universidade, e portanto, que possibilite um acesso a estas pessoas, quer ao piso um, quer ao piso dois e, obviamente, que se compromete com uma data para entrega das chaves do referido espaço, até porque temos que nos lembrar, que por um lado falta assinar um protocolo com a UITI, e por outro lado, é preciso preparar desde já o ano letivo que começa em setembro deste ano.-----

----- Em segundo lugar, apresentámos uma recomendação sobre o cumprimento da velocidade na passagem de peões nas passeadeiras.-----

----- Esta matéria vem novamente a lume com base num estudo que foi publicado sobre aquilo que são os tempos encurtados de atravessamento junto às vinte e seis passeadeiras que ficam junto ao Hospital Curry Cabral, através de um estudo que foi feito aos idosos, que acederem às consultas externas deste hospital e, portanto, o que vimos pedir à Câmara é que avalie esta situação, verifique a veracidade, se for caso de alterar os tempos para cumprimento da Lei das Acessibilidades, que o faça e que obviamente, posso fazer um levantamento de outras situações na cidade.-----

----- Para terminar, sobre os outros documentos que nos são apresentados por outros partidos.-----

----- Dizer que votaremos a favor, relativamente, à recomendação do PPM sobre a Liga dos *Champions*, a verdade é que o Presidente da Câmara diz que não haverá grande afluência, mas sabemos que haverá, nomeadamente as esplanadas e, portanto, é importante acautelar esse mesmo número de pessoas e de afluência que pode haver em Lisboa.-----

----- Sobre a Provedoria dos Animais, nós levantámos esta questão na última Informação Escrita do Presidente, o Senhor Presidente da Câmara, não respondeu.-----

----- Iremos acompanhar os três textos que nos são apresentadas pelo PAN e pelo PEV, nomeadamente, e a verdade é que a Provedoria dos Animais, daquilo que já foi explicado e que está nos vários documentos, neste momento, não tem capacidades

para levar a cabo aquilo que é o seu mandato e, em particular num regime que se pretende de independência.-----

----- Por fim, sobre a Esquadra de Carnide.-----

----- Relembrar que, em fevereiro de 2020, este ano tivemos várias forças políticas numa concentração, junto à quadragésima segunda esquadra, tivemos junto da população, há um consenso de todas as forças não só que estão representadas em Carnide, mas também daquelas que têm assento na Assembleia Municipal, que fizeram questão de estar presente e de apoiar esta causa, portanto, não só da Assembleia de Freguesia, há um consenso por todas as forças para que haja uma solução.

----- Sabemos também que o MAI..”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Acabou o seu tempo, Senhor Deputado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Falta um minuto, Senhora Secretária, segundo dizem os serviços.-----

----- Portanto, mesmo para terminar, segundo a indicação dos serviços, tenho um minuto.-----

----- Apenas para terminar, dizer que este consenso existe, entretanto, a Câmara vai também achou, as chaves já estão do lado da Câmara e, portanto, falta que a Câmara nos diga qual é a calendarização destas obras, mas também, há algo mais importante, que é perceber do lado do MAI, se pretende que estes agentes policiais, das forças de segurança se querem que eles voltem àquele espaço, portanto, a Câmara deve sim, fazer obras naquele espaço, mas tem de ter uma resposta clara e formal por parte da Direção Nacional da PSP ou do Ministério da Administração Interna, em último lugar se pretende voltar a utilizar aquele espaço uma vez que existe nos projetos do Ministério da Administração Interna criar uma nova esquadra ou construir uma nova esquadra, e é esse repto que deixo para fim de intervenção, é aquele que também a Direção Nacional da PSP deixou, quer à Junta de Freguesia quer à Câmara, quer uma entidade, quer outra possam avaliar terrenos disponíveis na Freguesia de Carnide, que possam servir para a criação e instalação da nova superesquadra desta Freguesia.-----

----- Muito obrigada.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.-----

----- Tem a palavra o Senhor Deputado Independente Paulo Muacho, e prepara os Deputados do Partido Socialista André Couto e Hugo Gaspar.-----

----- Deputado Paulo Muacho, tem um minuto e dez segundos por acumulação de tempo de dois Deputados.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Muacho (IND),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado.-----

----- Muito boa tarde a todos, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.-----

----- Nós saudamos a iniciativa da recomendação apresentada pelos Cidadãos por Lisboa, pela concretização do Memorial à Escravatura em Lisboa, e também como já comunicamos à Mesa, pretendemos também subscrever esta proposta.-----

----- Consideramos que os monumentos e as estátuas da nossa cidade devem ser uma escolha coletiva e consciente acerca das pessoas ou dos momentos da nossa História, que queremos exaltar, celebrar ou recordar, e consideramos também que esta é também uma reflexão profunda e que é bastante necessária fazer em Lisboa e em Portugal e curiosamente, discutimos hoje também esta questão no dia em que nesta Assembleia há também uma força política que pretende também apresentar aqui um voto para saudar a Exposição do Mundo Português que recorde-se, foi uma criação por propagandística do regime fascista português e que pretendia exaltar o colonialismo, e inclusivamente recriava em Belém, a selva com crianças negras fazendo-se passar por selvagens.-----

----- Aparentemente, o MPT recorda com nostalgia estes tempos, nós não embarcaremos nestas efabulações daquilo que foi efetivamente, a Exposição do Mundo Português, e daquilo que foi o colonialismo português e o regime da ditadura do Estado Novo e, portanto, esta proposta terá o nosso repúdio e terá o nosso voto contra.-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Queira terminar, Senhor Deputado, que já terminou o seu tempo.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Muacho (IND),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhora Secretária, tinha ainda aqui uns segundos, mas já terminei.-----

----- Obrigado.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.-----

----- Tem a palavra então o Deputado André Couto e Hugo Gaspar do Partido Socialista, que dispõem de oito minutos, e prepara a Deputada Teresa Craveiro.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal André Couto (PS),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- "Muito obrigado, Senhor Secretário.-----

----- No campo das minorias assumir o apoio do Grupo Municipal do Partido Socialista às que são visadas em múltiplos documentos neste plenário, faz parte do património histórico do PS, e vamos pois votar nesse sentido.-----

----- Referimos-mos aqui às mensagens sobre o repúdio, às inscrições nazistas em escolas de Lisboa, à Saudação do Dia do Orgulho, e também à Saudação do Dia Nacional da Pessoa Cigana”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Deputado, não estamos a ouvir muito bem.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal André Couto (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----
----- “Não consegue ouvir bem?”-----
----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----
----- “Agora já.”-----
----- **O Senhor Deputado Municipal André Couto (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----
----- “Assim, o Partido Comunista Português no seu documento, onde diz “*que Lisboa precisa de mais habitação e mais população*”, dizer que votaremos contra, e queremos recordar ao Partido Comunista que este executivo municipal, tem lançado múltiplos programas e respostas no campo da habitação social e não só. Desdobrando-se em diligências e em conquistas, junto da administração central, mas também, mais recentemente, junto de proprietários privados, qualquer voto sobre este tema, neste momento, na nossa visão só pode ser de louvor e não de crítica, e queremos também por isso deixar aqui o louvor ao Presidente Fernando Medina e à Vereadora Paula Marques que tão bem têm trabalhado estes *dossiers*.-----
----- Dizer ainda ao Partido Comunista Português, que o PS votará sempre pela salvaguarda da propriedade privada, tanto quanto criticará desocupações realizadas à margem da lei. O PS tem acompanhado a questão do Seara, e mantém o foco como ainda agora acabei de dizer na resolução do problema da falta de habitação a preços acessíveis na cidade.-----
----- No que diz respeito ao trabalho junto das pessoas na condição de sem-abrigo, o trabalho da Câmara Municipal de Lisboa, muito em particular e das Juntas de Freguesia e saudar aqui em especial a Junta de Freguesia de Arroios, São Vicente e Santa Maria Maior, para não falar noutras, que falam por si.-----
----- Quanto a reanimar na cultura uma cidade, dizer ao Grupo Municipal do Partido Social Democrático, que a nossa vacina foi um Fundo de Emergência Social, para a cultura no valor de um milhão e meio de euros, entre outras medidas, como a disponibilização das galerias municipais de arte, para que artistas contemporâneos possam expor as suas obras e vendê-las sem que lhe seja cobrada qualquer taxa, de qualquer forma não deixamos de saudar a iniciativa que aqui trazem hoje.-----
----- Ao CDS e acerca da sua recomendação, do cumprimento das velocidades de atravessamento de peões, esclarecer que obtivemos junto da EMEL a informação que esta Empresa Municipal vai reavaliar os tempos das passadeiras nas imediações do Hospital Curry Cabral, e que se encontra também, a modernizar a rede semafórica da cidade e com esta modernização de cada interseção a equipa de engenharia de tráfego está a proceder à otimização dos tempos de cada fase com base no novo modelo de tráfego da cidade e respeitando também a legislação em vigor, sabemos que já foi no caso do eixo da Avenida Almirante Reis que tanta polémica tem dado, já foi essa modernização feita e com a implementação de ciclovia *pou-up* irão ainda esta semana ser otimizados os ciclos semafóricos em toda esta Avenida.-----
----- Disse-nos ainda esta Empresa Municipal, que está a lançar agora procedimento

de concurso público internacional, tudo isto poderá ser um bocadinho mais demorado, com vista à implementação do novo sistema de gestão centralizada rede semaforica cidade, que desta forma vai permitir uma capacidade de monitorizar e alterar de forma remota, logo muito mais rápida, todos os ciclos semaforicos.-----

----- Saudar aqui o Vereador Miguel Gaspar, também o Conselho Administração da EMEL porque, de facto, a mobilidade tem sido de forma absolutamente clara, uma prioridade deste executivo municipal.-----

----- Vamos estar contra a iniciativa do MPT, é um documento demonstrativo, a nosso ver da maior ignorância acerca do trabalho que tem sido feito pela Câmara Municipal de Lisboa, pela Santa Casa Misericórdia de Lisboa e muito especial também pelas Juntas de Freguesia, no apoio e proteção à população idosa da cidade. Os milhares de pessoas que tem desenvolvido este trabalho, correndo os maiores riscos, na maior dedicação não merecem esta desconsideração por parte desta Assembleia Municipal, merecem antes a nossa maior saudação e elogio.-----

----- O Grupo Municipal do Partido Socialista quer deixar aqui, que se coloca inequivocamente do lado, destes trabalhadores e trabalhadoras, quem têm dado para ver bem mais fortes os nossos mais fracos e desprotegidos.-----

----- Saudamos a iniciativa do PCP relativamente, à Esquadra de Carnide.-----

----- O PS e o governo da cidade e do país tem lutado por esta causa, e a recente entrega da chave da esquadra por parte da PSP à Câmara Municipal de Lisboa é o mais recente episódio desta história, que agora caminha a nosso ver para um desfecho bem positivo.-----

----- Acompanharemos os Deputados Municipais Independentes Eleitos pelos Cidadãos Por Lisboa, na intervenção de erigir o memorial de homenagem às vítimas da escravatura, bem como o Centro Interpretativo, mas em sentido contrário, temos de dizer que à História de Portugal diz respeito, que repudiamos iniciativa do MPT de saudar o octogésimo aniversário da Exposição do Mundo Português.-----

----- Pode ser esse o mundo ideal do MPT mas não é certamente o do PS e nós não vamos para patrocinar uma visão redutora da História, a apologia das artes e das obras públicas como forma de ocultar um Estado que foi autoritário, repressivo, que fomentava o analfabetismo, a miséria, a fome, a supressão de liberdades individuais. A saudação da exibição das colónias com inaceitável paternalismo como é feito, e como foi feito, é algo inaceitável para o PS, ainda mais em tempos em que líderes políticos desfilam pela avenida que é da liberdade, de braço levantado saudando velhos tempos dos quais nem as memórias queremos recordar.-----

----- Na nossa visão da sociedade, assente no socialismo e democrático, não se compadece com esta visão paroquial da História.-----

----- Para terminar, Senhor Secretário, Senhor Presidente, porque a fraternidade e a beleza são valores também do Partido Socialista, queremos saudar e deixar aqui o nosso muito obrigado, ao Arquitecto Pedro Formosinho Sanchez por tudo o que nos deu tanto na Assembleia Municipal como em décadas ao serviço da causa pública, muito obrigado Pedro.-----

----- Também obrigado, Senhor Secretário, obrigado Senhor Presidente.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado, Senhor Deputado.-----

----- Eu não sei se o Senhor Deputado Hugo Gaspar, quer intervir, ainda tem tempo para intervir.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Hugo Gaspar (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Quero sim, muito obrigado.-----

----- Muito boa tarde.-----

----- Em relação à recomendação n.º 111 do Partido Ecologista “Os Verdes”, “Pelo digno funcionamento da Provedoria dos Animais de Lisboa, votaremos favoravelmente, apesar de não concordarmos com algumas das afirmações que foram escritas, uma vez que consideramos que é do interesse desta Assembleia Municipal e do Município, que debate baixe à 4.ª Comissão conforme proposto no segundo ponto deliberativo da recomendação e não queremos inviabilizar esta discussão com o nosso voto desfavorável.-----

----- Também votaremos favoravelmente a recomendação n.º 111/12 do Bloco de Esquerda, “Direitos dos animais em tempo de crise”, saudando que fração moderada do Bloco que se tenha sobreposto desta vez em relação à fração radical, que deve andar entretida em meter foice em seara alheia.-----

----- Finalmente, votaremos contra a recomendação n.º111/14 do PAN, “Por mais apoios às instituições municipais de bem-estar animal na cidade de Lisboa”, votaremos contra, porque não obstante concordarmos com um dos pontos deliberativos da recomendação, que diz respeito à criação de rubrica orçamental no orçamento de 2021, há um conjunto de afirmações na recomendação, que não nos parecem corretas, que estão datadas e que estão descontextualizadas, é redundante, recomendar algo, a saber as funções de Provedora são autonomizadas e remuneradas, a Provedoria é um lugar apolítico e apartidário, aliás, como a Senhora Deputada Municipal Inês Sousa Real militante do PAN e antiga Provedora bem sabe e pode testemunhar.-----

----- O PAN afirma, que a Casa dos Animais de Lisboa tem falta de condições adequadas, o PS não concordo e sabemos que esta posição do PAN é mais para consumo interno.-----

----- O PAN quer a criação de um hospital veterinário municipal, o PS não concorda, não considera justificável, e considera que isto é só um debate eleitoral, mais uma vez para consumo interno. O PAN considera que não são cumpridas as recomendações e pareceres emitidos pela Provedora. O PS gostaria de lembrar PAN que o programa o político sufragado favoravelmente pelos lisboetas e do PS, e não o programa do PAN, e é com a governação do Partido Socialista que Lisboa deu os principais avanços no que diz respeito ao bem-estar animal.-----

----- As recomendações devem ter sido em conta, mas não são mandamentos obrigatórios.-----

----- Finalmente, o PS recorda ao PAN, que a ortodoxia pode servir os interesses de

muita gente, mas certamente não serve os interesses do bem-estar dos animais em Lisboa.-----

----- Disse!”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.-----

----- Tem a palavra a Senhora Deputada Independente Teresa Craveiro, e prepara o Deputado Ricardo Moreira.-----

----- A Deputada Teresa Craveiro dispõe de três minutos e trinta segundos por acumulação de tempo de seis Deputados Independentes, Senhor Deputada Teresa Craveiro, por favor.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Teresa Craveiro (IND),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa tarde, Senhores Deputados.-----

----- Os Deputados Cidadãos por Lisboa também querem, enfim, louvar todo o papel do Arquiteto Formosinho esteve nesta Assembleia, na sua própria carreira à causa pública e desejar-lhe as maiores felicidades para a continuação, enfim, das suas futuras atividades.-----

----- Trouxemos aqui a questão de concretizar o projeto de Memorial de escravatura da Cidade de Lisboa, não só ligada a toda uma movimentação internacional após a morte brutalista do cidadão afro-americano, mas também porque é um projeto que está neste momento a ser desenvolvido por um afrodescendente, e que consideramos que devemos homenagear as vítimas da escravatura numa cidade como Lisboa, que foi um centro importante deste repugnante negócio, mas que exatamente temos que nos reconciliar com a História, e ao reconciliarmos com História, teremos sempre também aquilo que são o reverso exatamente do que foi todo este movimento, o movimento, de que Lisboa também fez parte e que gostaríamos de ver desenvolvido ainda neste mandato.-----

----- Relativamente, e agradecendo também aos restantes Deputados que vieram manifestar o seu acordo, porque sabemos que isso irá levar-nos com certeza, vai ser um projeto que podemos orgulhar-nos todos quando chegámos ao final do mandato.---

----- Relativamente, às outras, algumas iremos votar a favor, mas eu queria realçar aqui algumas, das que votaremos a favor.-----

----- Aproximadamente, que seja aqui identificado o Dia Nacional da Pessoa Cigana, sabemos que ela tem tido, de facto, há aqui toda uma população que tem problemas, que ela foi trabalhada em momentos e que, de certo modo, precisa de ser novamente trabalhada, não como uma discriminação, mas como respeito à sua cultura e à sua comunidade e às suas capacidades e potencialidades que tem e, portanto, apraz-nos que o Bloco de Esquerda tenha trazido exatamente e relevado esse dia nacional, como também a questão do Fundo de Garantia dos Alimentos para os Menores, que nos parece tudo o que, neste momento de encurtar a burocracia, nós estamos com isso, porque efetivamente, é um problema que não pode estar dependente dos tribunais.-----

----- E ligado à questão que o PC coloca, eu acho que o PC coloca bem ser uma

moção, não é uma recomendação interna para a Câmara. O problema da habitação, é um problema que extravasa efetivamente, só o que o município que quer fazer, ele tem que ser um trabalho em que se olhe o que são as debilidades de habitação em Lisboa, no ponto de vista de inserção na Área Metropolitana de Lisboa. Com vários programas em que, nomeadamente se tem que reequacionar na área metropolitana, um novo PER. No fundo, há muitos, bairros que sabemos agora que são a marca da pobreza, portanto, extravasar como Lisboa a questão, de facto, de uma moção, uma moção trabalhada no âmbito da área metropolitana na questão de habitabilidade.-----

----- E por último, relevávamos a questão da acessibilidade digital, que já temos levantado aqui, que é fundamental para que também neutralizar o que são as assimetrias urbanísticas e sócio urbanísticas das populações onde vivem.-----

----- Quanto ao votar contra.-----

----- Votaremos contra o voto do MPT, porque não se pode utilizar aquilo que é as memórias patrimoniais deixadas, evocando um voto de saudação pela exposição. A exposição que já foi aqui falado por vários Deputados como monumento de exotismo e de monumento de colonialismo.-----

----- Por último, também somos contra e com lamento que o MPT, venha trazer a questão dos idosos como se nada tivesse feito, como se não houvesse Radar, como se não houvesse o trabalho das Juntas de Freguesia e, portanto, sempre como sempre em Portugal, no fundo partir da estaca zero.-----

----- Muito obrigada.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhora Deputada.-----

----- Tem a palavra o Senhor Deputado do Bloco de Esquerda, Ricardo Moreira e prepara os Deputados do PAN, Miguel Santos e Ana Carvalho Neto.-----

----- Deputado Ricardo Moreira dispõe de quatro minutos e trinta segundos.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Moreira (BE)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, boa tarde a todas e a todos.-----

----- Antes de mais o Bloco de Esquerda quer saudar a Assembleia Municipal por ter sido possível ouvir o público e por estar a ser transmitido em direto, o Bloco já o havia proposto e, por isso só podemos parabenizar a Mesa.-----

----- Queremos saudar também a intervenção dos comerciantes dos mercados da Ribeira e de Campo de Ourique, de facto, a solução de dar o dito por não dito é muito ingrata para estas pessoas que estão com enormes quebras de venda e que se mantiveram a prestar um serviço durante o estado de emergência merecem toda a atenção.-----

----- Depois, o Bloco de Esquerda traz a esta Assembleia dois votos e uma recomendação.-----

----- O primeiro voto sobre o Dia do Orgulho LGBTI que se celebrou no passado sábado. Esta data baseia-se na revolta de *Stonewall* a 28 de junho de 1969 em Nova Iorque e é considerado um dos acontecimentos mais importantes para o movimento de

defesa dos direitos LGBT.-----

----- A revolta de *Stonewall* originou marchas do orgulho LGBTI logo em 1970 e agora a reivindicação dessas comunidades ouve-se por todo o mundo.-----

----- Este ano devido à situação de emergência provocada pela pandemia foram canceladas as marchas por todo o país, mas Lisboa não deve esquecer esta luta pela igualdade até porque o João Pedro Anjos desceu a Avenida da Liberdade, cheio de coragem, nesse mesmo dia para dizer que amores é amor.-----

----- Apresentamos ainda um voto de saudação e de comemoração do Dia Nacional da Pessoa Cigana, que se celebrou no passado dia 24 de junho.-----

----- A comunidade cigana tem enfrentado os maiores desafios, são cerca de 37.000 mil pessoas em todo o país que vivem na sua maioria com graves carências habitacionais e de pobreza é, por isso, que é preciso um olhar mais atento a estas comunidades, mais ainda no momento de pandemia que sabemos que está a afetar muito as pessoas que têm mais problemas de habitação e menores rendimentos.-----

----- É preciso lutar contra a discriminação das pessoas ciganas, defender a tolerância e o respeito por todas as pessoas, como diz um provérbio cigano, ” *não se pode ir reto quando a estrada curva*”.-----

----- Finalmente, em tempos de pandemia ou de crise, social, económica, sanitária, é preciso reforçar os meios que dispomos para garantir os direitos dos animais.-----

----- O LxCras é o único equipamento municipal vocacionado para a recolha tratamento e libertação de animais pertencentes à fauna autóctone portuguesa, e recebemos denúncias de que está fechado, não existindo atualmente nenhum local onde entregar esses animais.-----

----- A Provedoria de Municipal dos animais de Lisboa, que é designada pela Assembleia Municipal sobre proposta da Câmara, deve ter a sua ação e a sua missão prosseguindo de forma independente autónoma e imparcial relativamente, a todos os órgãos autárquicos, mas tem sido público que a Provedoria está com poucos meios humanos e logísticos para prosseguir os seus objetivos, por isso, apresentamos uma recomendação.-----

----- Disse!”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.-----

----- Tem a palavra o Senhor Deputado Miguel Santos e Ana Carvalho Neto do PAN, e prepara a Deputada Ana Mateus.-----

----- Deputado Miguel Santos, por favor, o PAN dispõe de quatro minutos.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Secretário.-----

----- Senhor Presidente, Colegas Deputados Municipais, Imprensa, Público em geral.-----

----- Hoje trazemos duas recomendações.-----

----- Uma relativamente aos apoios às instituições municipais de bem-estar animal na cidade de Lisboa, e a outra relativamente ao apoio das cidades protetores da Terra. ----

----- São dois temas importantes, o tema do bem-estar animal e destas instituições de apoio para o bem-estar animal será desenvolvido pela minha colega Ana.-----
----- Relativamente ao restante, eu queria dizer o seguinte, relativamente, antes de mais queria, mais uma vez saudar o Arquitecto Formosinho Sanches, que muito deu a todos nós e desejar-lhe o futuro mais risonho possível nesta nova etapa da vida.-----
----- Por outro lado, relativamente, à comemoração do Mundo Português, eu queria dizer o seguinte.-----
----- Esta exposição encerrou no ano em que eu nasci. Eu fui influenciado na minha juventude, na minha infância, por esta exposição, nomeadamente, naquilo que foi a narrativa, como agora se diz, que é contada relativamente, ao Mundo Português. -----
----- Acreditei como muitos outros, piamente na igualdade dos seres humanos, desde o Minho a Timor, que, aliás, ainda acredito, no entanto, fui completamente defraudado e apercebi-me disto ainda antes do 25 de Abril, quando me apercebi que os meus colegas de escola que estavam nas várias províncias ultramarinas à data não tinham as mesmas oportunidades que eu, e quando me apercebi que os colegas do exército, neste caso do meu pai, também não tinham as mesmas oportunidades do que ele, ou seja um embuste completo, que nos deixa hoje apenas a questão da arquitetura que saudamos, mas não podemos aprovar uma moção deste tipo só pela arquitetura, embora a arquitetura seja importante e, como tal iremos abster-nos, mas claramente aquilo que está subjacente a esta moção é um saudosismo que nos entristece.-----
----- Relativamente, à recomendação, da Rede das Cidades Protetoras da Terra.-----
----- A nossa recomendação, pede que Lisboa adira à rede das Cidades Protetoras da Terra e reconheça o crime do ecocídio, apoiando publicamente a sua inclusão no conjunto de crimes para os quais o Tribunal Penal Internacional tem competência.-----
----- A rede das cidades protetoras é um movimento internacional, entre cidades que se comprometem a cooperar com a sociedade civil para poder proteger os ecossistemas e a vida selvagem e a linha com pacto ecológico europeu.-----
----- No PAN atuamos sempre no binómio de pensar global, agir local, tendo a perfeita consciência de que tudo o que fazemos na nossa casa, na nossa rua, no nosso bairro, na nossa cidade, pode interferir positivamente em todo o planeta.-----
----- Passava agora a palavra à minha colega Ana.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Neto (PAN)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----
----- “Boa tarde a todos.-----
----- Boa tarde, Senhor Presidente, Membros da Mesa.-----
----- Com a presente recomendação pretendemos abordar três dos vários problemas existentes em Lisboa na área do bem-estar e proteção animal: Provedoria dos Animais de Lisboa, Casa dos Animais de Lisboa e Lx Cras.-----
----- Há mais de 3 anos que o Grupo Municipal do PAN através da sua, Recomendação “Para um melhor funcionamento da Provedoria dos Animais de Lisboa”, alertava para a falta de condições de trabalho que eram facultadas à Provedora de Animais de Lisboa para concretizar as suas atribuições, propondo à

Assembleia Municipal de Lisboa que recomendasse à Câmara Municipal de Lisboa, entre outros:-----

----- “*faculte ao Provedor Municipal dos Animais de Lisboa todos os meios administrativos e técnicos necessários ao desempenho das suas funções, bem como os que, a pedido do Provedor Municipal dos Animais de Lisboa venha a solicitar*”-----

----- Ora, a Provedoria tem por objetivo a proteção dos animais do município, no entanto, desde o início que executivo não tem proporcionado as condições necessárias ao seu adequado funcionamento, não disponibilizando serviços de apoio técnico na área do Direito necessários e adequados; não cumprindo as recomendações e pareceres emitidos; chegando mesmo o serviço a ser interrompido por falta de pessoal.-----

----- A Provedoria, independentemente da área funcional que lhe está cometida, é uma figura de génese histórica e de elevada confiança dos cidadãos!-----

----- Relativamente à Casa dos Animais de Lisboa, há anos que o PAN vem a alertar para a falta de condições adequadas para o cumprimento das atribuições deste equipamento e da respetiva equipa.-----

----- Só este ano, já apresentámos vários requerimentos.-----

----- Por fim, e quanto ao LX-Cras - Centro de Recuperação de Animais Silvestres de Lisboa, não só apresentámos recentemente o requerimento “Animais fugidos do LxCras” em maio de 2020, tendo a resposta sido clara quanto à necessidade de melhores condições para o seu adequado funcionamento, como fomos agora informados, por uma organização não-governamental sem fins lucrativos de proteção animal e ambiental, que o mesmo se encontraria encerrado há meses, não existindo informação disponível nem à população nem às organizações e associações de como proceder perante os casos que requerem a atenção do tipo de tratamento e acolhimento!-----

----- Ao proteger todos os animais, permitimos um equilíbrio e uma harmonia que a sociedade civil exige e para a qual a Câmara Municipal de Lisboa dispõe de recursos necessários. Assim disponha também de vontade política! -----

----- Obrigado:” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado.-----

----- Pedia que respeitassem os tempos de inscrição.-----

----- Tem a palavra a Senhora Deputada do PSD, Ana Mateus e prepara o Deputado José Inácio Faria.-----

----- A Deputada Ana Mateus, o PSD tem seis minutos e trinta segundos.-----

----- Deputada Ana Mateus, por favor.-----

----- Bom, a Deputada Ana Mateus, não está?-----

----- Nesse caso passaremos à intervenção do Deputado do MPT, José Inácio Faria e depois voltaremos a chamar a Deputada Ana Mateus.-----

----- O Deputado José Inácio Faria, o MPT, tem três minutos e trinta segundos.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Faria (MPT)**, no uso da palavra fez a

seguinte intervenção:-----
----- “Muito obrigado, Senhor Secretário.-----
----- Boa tarde a todos.-----
----- Antes de mais, gostaria de felicitar e agradecer ao Arquiteto Pedro Formosinho Sanches, o apoio que nos deu sempre ao longo destes últimos anos e desejar-lhe as maiores felicidades no seu percurso futuro.-----
----- Aproveito ainda para saudar o público presente aqui hoje, pela primeira vez, participa nestas sessões plenárias depois da interrupção pelo covid-19.-----
----- Quanto aos documentos que apresentamos nesta sessão, temos dois: o voto de saudação aos 80 anos da Exposição do Mundo Português, e a recomendação n.º 111/13, repensar a proteção da população idosa na cidade de Lisboa.-----
----- O Grupo Municipal do MPT, não quis deixar de assinalar os 80 anos da exposição comemorativa dos 80 anos do Mundo Português, uma das maiores exposições organizadas em Portugal, responsável pela transformação arquitetónica urbanística de Belém e evocativa da história marítima portuguesa como percussora da era da globalização.-----
----- Em 1940, a escolha da zona ribeirinha, o ano do nascimento do Deputado Miguel Santos, esta escolha, não foi gratuita, mas sim um lugar fundamental para evocar a era das Descobertas e a nossa História marítima, assim a vejo.-----
----- Iniciativa a partir daquele local a quando a partida e chegada de embarcações, de Descobrimientos, e de afirmar a afirmação de um país que se banhava si mesmo como multirracial, pluricontinental, através da inclusão das populações ultramarinas.-----
----- Caros Colegas, oito décadas depois e, no momento em que em Portugal e em várias partes do mundo assistimos a atos de vandalismo de estátuas e de monumentos como lei que motiva a descolonização, parece-nos que a invocação do aniversário da exposição do Mundo Português é uma excelente ocasião para afirmar, não apenas a importância da preservação da memória histórica e da era das Descobertas portuguesas, mas também para afirmar que o fanatismo ideológico, não são a solução para nenhum dos atuais problemas de racismo e da persistente de igualdade de direitos civis das comunidades residentes do nosso país.-----
----- Foi por estas razões, e porque não concordamos que a tão necessária mudança de mentalidades, comportamentos e a reposição da igualdade de direitos civis, se faça através da vandalização da nossa História e dos nossos monumentos, que o MPT decidiu apresentar este voto como protesto contra a tentativa sistemática de alguns em descredibilizarem o percurso histórico de Portugal.-----
----- Quanto às referências do Senhor Deputado Paulo Mucho, Deputado Independente, do Livre, gostar-lhe-ia de lhe dizer que no MPT, que nada recordamos com nostalgia, mas Senhor Deputado contrariamente ao seu partido, o nosso passado não o repudiamos e a nossa história, não repudiamos qualquer momento da nossa história coletiva, penso que podemos aprender com os erros do passado e trilhar um caminho diferente no presente, para não voltarmos a repetir esses mesmos erros, e essa é a mensagem que nós pretendemos a traduzir ou apresentar a todos vós, se não perceberam lamento.-----

----- Não precisamos deste tipo de postura nem atitudes, como foi o caso das referências deselegantes do Senhor Deputado do PS, a que já estamos habituados, aliás, diga-se de passagem e que não nos merece qualquer resposta, porque demonstra um tal desconhecimento da nossa história coletiva, e, no fundo, é uma tentativa de reescrever a nossa história com ignorância, diga-se de passagem, a nossa história, de mais de oitocentos anos.-----

----- O voto de saudação do MPT, nada tem que ver saudosismos e extremismos, e outros “ismos”, mas, com a mostrar aquilo que nós podemos sobre a nossa História, sobre os acontecimentos históricos sem traumas e sem complexos, falar e apresentar a nossa História com aquilo que ela tem de positivo e de negativo.-----

----- A História é! Ela não se refaz!-----

----- E por último e termino, referindo que apresentamos a recomendação repensar a proteção da população idosa na cidade de Lisboa, que entendemos como a Deputada do PEV, que não é a melhor solução para contornar esta situação, mas à falta, à falta, de quem tem responsabilidades, que não assume as suas responsabilidades nesta área, de quem mais precisa, que são os idosos têm de ter qualquer tipo de ajuda, e esta foi a nossa recomendação nesse sentido.-----

----- Não é pôr em causa o trabalho da Câmara, que temos vindo a dizer ao longo das várias sessões, que tem sido meritório nesta área, mas não chega, enquanto não há outra solução pelo menos que se avance com uma bolsa de voluntários.-----

----- Muito obrigado.-----

----- Disse!”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.-----

----- Tem então a palavra os Deputados do PSD, Ana Mateus e Vasco Morgado, têm seis minutos e trinta segundos, e prepara o Deputado Rui Costa.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Mateus (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa tarde.-----

----- Antes de mais, tive aqui um problema técnico, peço desculpa.-----

----- Antes, mas também queríamos aqui saudar o Arquiteto Pedro Sanches e desejar-lhe os maiores votos e deixamos aqui um abraço da parte do Grupo Municipal do PSD.-----

----- O PSD vem apresentar uma moção pela subsistência dos menores, uma vez que o Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores tem como objetivo garantir a subsistência dos menores e sendo a pensão providenciada no âmbito do Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores, a mesma é devida até o beneficiário atingir a maioridade, ou seja, até completar 18 anos.-----

----- Ora sabendo nós, que a atribuição da prestação de alimentos através do Fundo de Garantia deve ser efetuada quando a pessoa que ficou obrigada a pagar essa mesma prestação mas depois entra em incumprimento e devida a atual situação que nós estamos a viver, infelizmente, em consequência do vírus Covid-19, os procedimentos

continuam a ser exatamente os mesmos, antes que estavam antes desta pandemia, tornando então muito demorada a atribuição da pensão de alimentos ao progenitor que tem a guarda da criança. Nesse sentido torna-se de particular importância a bem da criança e em condições excepcionais simplificar estes procedimentos por forma, a que a sua atribuição seja o mais célere possível.-----

----- O que se pretende com esta moção é uma simplificação organizativa e funcional dos serviços da Segurança-Social perante situações atípicas como a que estamos a viver, tendo como objetivo não prejudicar ou agravar ainda mais a situação difícil em que certas crianças se encontram neste preciso momento.-----

----- Sabemos que muitas vezes que três meses parecem pouco, mas três meses é muito, e o tribunal, também compreendemos que o tribunal tem que seguir aquilo que é obrigatório por Lei, e tudo isto pode-se simplificar numa fase excepcional.-----

----- Nesse sentido, quando o progenitor judicialmente obrigado a prestar a pensão de alimentos se encontre em situação difícil, não podendo cumprir com as suas obrigações em consequência da pandemia, bastava para o efeito fazer prova de que entrou em incumprimento apenas junto dos Serviços da Segurança Social, libertando e dispensando assim os tribunais, nesta fase tão complicada e de difícil realização e cumprimento das respetivas diligências com o objetivo de proferir o devido despacho.

----- Quer assim o Grupo Municipal do PSD com esta moção, que se interpele o governo para que interceda excepcionalmente junto das instâncias judiciais, por forma a prestação de alimentos, através do Fundo de Garantia seja imediata, limitando-se o progenitor faltoso comprovar a sua drástica baixa de rendimentos.-----

----- Assim e também, não podendo as prestações de alimentos exceder mensalmente, por cada devedor, o montante de 1 IAS ou seja 438,81€, independentemente do número de filhos, sendo tal quantia atribuída ou calculada pelo tribunal, atendendo à capacidade económica do agregado, ao montante da prestação de alimentos fixada e às necessidades específicas do menor, pretende o Grupo Municipal do PSD com a presente moção, que este Fundo suporte o valor fixado e quando a prestação de alimentos fixada ultrapasse o valor do IAS, seja pelo menos atribuído o montante de 1 IAS, de acordo com a Portaria n.º 27/2020 de 31 de janeiro, sendo esse valor imediatamente atribuído ao progenitor que tem a guarda do menor, ficando assim dispensada a decisão do tribunal, que e independentemente dos esforços que tecem diariamente por uma maior celeridade e rapidez, tais procedimentos implicam sempre uma morosidade superior à simplificação supracitada.-----

----- Neste sentido, vem o Grupo Municipal do PSD propor que a Assembleia Municipal de Lisboa, interceda junto do Governo para que e excepcionalmente, a prestação de alimentos através do Fundo de Garantia Alimentos seja imediata, limitando-se o progenitor faltoso comprovar a sua drástica baixa de rendimentos ou a sua situação de desemprego como consequência da pandemia junto da Segurança Social, e que o Fundo de Garantia de alimentos suporte o valor fixado e quando a prestação de alimentos ultrapasse o valor do IAS, seja pelo menos atribuído o montante de 1 IAS (438,81€), de acordo com a Portaria n.º 27/2020 de 31 de janeiro, sendo esse valor imediatamente atribuído ao progenitor que tem a guarda do menor,

ficando assim dispensadas as diligências para averiguação e decisão do tribunal.-----
----- Muito obrigada, e também quero dar aqui um agradecimento muito especial ao Senhor Pedro Morais, que tem sido uma pessoa fantástica.-----
----- Obrigada.”-----
----- **O Senhor Deputado Municipal Vasco Morgado (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----
----- “Boa tarde, a todos, na presença na pessoa do Senhor Presidente, cumprimento todos aqueles aqui presentes nesta altura.-----
----- Começo por dizer que esta recomendação deu entrada do dia 28 de maio às catorze e dezasseis, portanto, só hoje é que foi a votos, será por questões de serviço, e como é óbvio, também não venho aqui explicar ao PCP, a diferença entre propaganda e realidades culturais de fazer acontecer.-----
----- Esta recomendação parte de reuniões com o setor e depois de ouvidos, muitos intervenientes no setor cultural. A cultura e não quer esmolas, quer trabalhar e é isto que esta recomendação pretende fazer a cultura trabalhar de novo.-----
----- Disse!”-----
----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----
----- “Muito obrigado.-----
----- Tem a palavra, então o Senhor Deputado Rui Costa, que dispõe de trinta e cinco segundos e preparar a Deputada Aline Beuvink.”-----
----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----
----- “Muito obrigado, Senhor Presidente.-----
----- Queria agradecer penhoradamente ao Senhor Deputado José Inácio Faria, o voto que nos traz de saudação à exposição do Mundo Colonial Português.-----
----- Porque deste voto resultará a posição inequívoca de cada Deputado Municipal desta Assembleia, aqueles que enaltecem uma atividade de carácter fascizante, o pior carácter fascizante do regime, e atenção, eu não sou dos que chamam ao regime um regime fascista e, portanto, hoje de forma inequívoca, dividir-se a esta Assembleia, entre aqueles que apoiam o enaltecimento de um acontecimento deste género, independentemente de conceções estéticas e aqueles que não apoiam e dizem não! Nos quais eu me enquadro. E ainda aqueles que não tem coragem para uma coisa nem outra, e eu lamento de ter esta intervenção aqui, terminarei, porque, como é bem público e notório sou daqueles que também criticam os excessos identitários de outras partes, mas este voto para um democrata genuíno é absolutamente intolerável, muito obrigado, Senhor Deputado José Inácio Faria, hoje ficaremos a saber quem é quem nesta Assembleia Municipal.”-----
----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----
----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.-----
----- Tem a palavra a Senhora Deputada Aline Beuvink do PPM que dispõe de três

minutos e trinta segundos e é a última inscrição que eu tenho registada, se porventura, falhou alguém faça favor de reclamar.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Aline Beuvink (PPM)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigada pela palavra, Senhor Secretário.-----

----- Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, em particular, o público que se junta a nós hoje.-----

----- Uma palavra de agradecimento ao cidadão Pedro Aparício, por lutar pelos direitos das crianças referente à situação que nos colocou, estando o PPM solidário com o mesmo.-----

----- Hoje o PPM apresenta a duas recomendações; uma sobre questões de segurança e outra sobre limpeza e segurança pública.-----

----- A UEFA anunciou oficialmente que tinha escolhido Lisboa para a realização em agosto, das últimas etapas da *Champions League* da época deste ano.-----

----- É expectável um grande número de adeptos que acompanharam as equipas que virão até Lisboa para as apoiar.-----

----- Na final da *Champions* de 2013 e 2014, igualmente disputada em Lisboa foram registados 70.000 visitantes e cinquenta mil dormidas. Não podemos esquecer que, neste momento ainda não sabemos qual será o protocolo sanitário a seguir face ao covid-19. E a recomendação do PPM indica que a Câmara Municipal de Lisboa deverá com a Direção-Geral de Saúde e o Governo, trabalhar no sentido de garantir todas as condições de saúde pública face à pandemia que vivemos, assegurando a sua eficaz aplicação, evitando um aumento de casos através de novos contágios. E esse controlo aos adeptos deve começar de forma eficaz no Aeroporto Humberto Delgado, devendo todos ser efetivamente vigiados em termos sanitários, como, por exemplo, através do controlo de temperatura.-----

----- A Câmara deverá ponderar e analisar a possibilidade de vir a solicitar ao Governo a aplicação de medidas extraordinárias que vigora no período da fase final da Liga dos Campeões, tendo como objetivo prevenir o aumento de casos de covid-19 e a segurança dos lisboetas e visitantes.-----

----- Quanto à outra recomendação, é fundamental preservar e manter os nossos espaços, os novos edifícios e assim dar efetivamente utilização ao que se crie de novo. O novo Museu dos Coches a tão esperada e desejada obra que pretendeu dar um maior e mais condigno espaço de exposição aquela que é uma das maiores coleções existentes no mundo de viaturas de gala e de passeio do Século XVII ao Século XIX a sua maioria provenientes da casa real portuguesa, para além de uma maior área de exposição o novo espaço do Museu permitiu criar todas as infraestruturas técnicas de apoio a novas valências para o espaço público.-----

----- O PPM propõe que a Câmara providencie no mais curto espaço de tempo, a limpeza urbana do espaço público, eventualmente, em diálogo com a Junta na envolvente do novo museu. Deve até no seguimento de programas anteriores ser realizado o controlo de população de pombos na zona envolvente. Já com a Direção do Museu deve ser encontrada solução arquitetónica ou soluções arquitetónicas, que

impeçam a constante permanência de pombos no seu edificado, não basta construir é preciso manter e preservar.-----

----- E acabo deixando um agradecimento penhorado, ao Senhor Arquiteto Pedro Formosinho Sanches, por todo o seu empenho, por toda a sua ajuda e pela sua dedicação à causa pública, bem-haja e obrigada por tudo.-----

----- Disse!”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhora Deputada.-----

----- O Senhor Deputado José Inácio Faria, invoca o direito de defesa de honra, faça favor. “-----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Faria (MPT)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção em defesa da honra:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Secretário.-----

----- É antes de mais, eu penso que terá sido mal interpretado o voto do MPT, e eu gostaria de responder ao Senhor Deputado Rui Costa, que não lhe admito os termos em que ele se me dirigiu.-----

----- Primeiro, não o conheço de lado nenhum, nunca andei com ele na escola, nem sequer num elétrico, primeiro!-----

----- Segundo, acho que é uma vergonha...”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhores Deputados, eu peço, que não tenha que interferir nas suas intervenções”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Faria (MPT)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção em defesa da honra: -----

----- “Senhor Presidente, eu tenho que defender a minha honra!-----

----- Gostaria de dizer, que pertença a um partido que foi presidido e foi fundado por um verdadeiro democrata português, o Arquiteto Gonçalo Ribeiro Telles, que ninguém pode negar isto!-----

----- Nunca o MPT, teve ou foi notícia de qualquer atitude antidemocrática, eu próprio na minha vida política no Parlamento Europeu, sempre defendi a igualdade de tratamento entre todas as pessoas, designadamente, até as minorias, fiz parte do intergrupos de minorias que as defendi, defendi! Portanto, não admito que venham para aqui atirar à cara que o Partido da Terra é um Partido, que é apologista ou nostálgico de um sistema antiquado de um sistema fascista! Isso não admito a ninguém! Mais este boxe não perceberam, não é nenhuma glorificação de um regime político passado, é sim, tentar demonstrar, que também podemos mostrar o Padrão dos Descobrimentos, a zona envolvente de Belém, como uma das manifestações portuguesas de arquitetura e de demonstração, que é que se tivessem lido o voto que foi apresentado pelo Partido da Terra, tinham percebido que nada lá elogia ou é nostálgico relativamente a um regime fascista, mas sim, glorifica a obra arquitetónica, e aquilo que nós representamos como navegadores, é isso que lá está, mas se não

sequer se deram ao trabalho de ler o voto apresentado pelo MPT, o que é uma vergonha, Senhores Deputados, deviam ter lido, porque eu li todas as vossas recomendações, todas as vossas moções, e todos vossos votos!-----

----- Disse!-----

----- Bom dia, boa tarde e boa noite, obrigado!”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Peço a palavra para dar explicações, Senhor Presidente.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “O Senhor Deputado Rui Costa pediu também a palavra, obviamente, têm direito a ela, mas seja breve.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente, para dizer o seguinte, eu li muito bem o voto, li muito bem o voto, e sublinho, e sublinho, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, a parte conclusiva do voto.-----

----- “Assim o Grupo Municipal do MPT, propõe à Assembleia Municipal reunida a 30 de junho que delibere”, e enfatizo, “saudar o 80º aniversário da Exposição do Mundo Português”-----

----- Senhor Deputado João José Inácio Faria, nunca andou comigo de eléctrico, e talvez nunca tenha tido o prazer ou desprazer de almoçar comigo, mas deixe-me que lhe diga uma coisa, eu tenho duas filhas, com doze e com dez anos, foram ao Portugal dos Pequeninos, portanto, eu não tenho complexos nenhuns em relação ao passado, sem ajuizar passado, e por saber ajuizar o passado, é que sei o que está neste voto.-----

----- E se o Senhor Deputado José Inácio Faria, tiver o mínimo de bom senso, retira de imediato este voto, se de facto, é aquilo que o Senhor diz, retire e rogo-lhe que retire este voto.-----

----- Quanto ao Presidente honorário do seu partido, é uma pessoa por quem tenho muita estima, como tinha muita estima pelo Senhor Doutor João Camossa Saldanha quer era do PPM, como tenho muita estima por uma série de figuras do PSD, do CDS e de direita. Eu não sou sectário, agora isto não consinto!-----

----- O Senhor não andou comigo no carro eléctrico, seguramente não vai andar, peço-lhe que tenha o bom senso de não nos tratar por parvos e de perceber no que está na parte conclusiva da sua moção.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhores Deputados, esta questão está encerrada, está mais que esclarecida, deram esclarecimentos, vamos passar as votações.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente, peço desculpa, falta a intervenção da Câmara.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Peço desculpa, sem prejuízo, peço desculpa à Câmara.”-----

----- **O Senhor Vice-Presidente, João Paulo Saraiva**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Eu percebo, Senhor Presidente.-----

----- Muito boa tarde a todos.-----

----- Eu percebo que quisesse já terminar a discussão, e eu gostava de começar por também saudar o Pedro Formosinho Sanches, um trabalhador do Município de Lisboa, com tantos anos de dedicação à causa pública e saudá-lo a ele em particular e a todos os trabalhadores do Município, que tendo contribuído para o desenvolvimento do trabalho e a causa pública através do Município nos últimos anos, está nesta sua reta final a desempenhar funções no Município, saudar com ele todos aqueles que, nos últimos seis meses também se aposentaram.-----

----- Depois dizer, sem querer alimentar nenhuma polémica, que certamente, o José Inácio Faria, um democrata, alguém que eu conheço o suficiente para saber que é uma pessoa democrata, mas, que infelizmente, eu também não percebi o sentido do seu voto, e dizer também que, independentemente da Câmara não fazer parte de um direito de voto sobre esta matéria, dizer que, quer pessoalmente, quer em nome do Município saudar a exposição do Mundo Português, que foi uma das manifestações de propaganda, de facto do regime fascista, também nos parece algo despropositado e de muito mau gosto, ideologicamente, completamente fora daquilo que é a visão de cidade e a visão que temos para o posicionamento de Lisboa no mundo.-----

----- Dito isto, dar dois ou três esclarecimentos, que podem ajudar os Senhores Deputados a compreender melhor e a tomarem posição sobre as diferentes recomendações.-----

----- Em primeiro lugar, dizer que a memória à escravatura, o projeto ganhador do orçamento participativo, só não está mais desenvolvido, não por nenhuma, vicissitude organizativa ou de decisão política, mas, infelizmente, porque a pandemia apanhou o escultor em Luanda, e tem sido bastante mais difícil que todas as questões técnicas a resolver para que seja possível executar este memorial, no fundo tenham o seu desenvolvimento, e, portanto, ele vai ser escutado no Campo das Cebolas como estava previsto, e esperamos todos, que é previsão como todas previsões nesta altura de pandemia é difícil de afinar e de dar grande probabilidade sobre ela, mas a intenção no máximo no primeiro trimestre de 2021, e já contando com alguma dificuldade que a pandemia nos vai continuar a trazer sobre esta interação, tínhamos a possibilidade de todos podermos contemplar este memorial no Campo das Cebolas.-----

----- Depois, dizer que a obra da Universidade Sénior, ou do edifício que vai ser devolvido à utilização da Universidade Sénior está quase concluído, ele ainda não foi concluída, porque foram pedidos algumas benfeitorias pela própria Universidade e contamos em julho ter a obra terminada para que o próximo ano letivo possa iniciar-se já nas instalações melhoradas.-----

----- Quanto às condições de trabalho da Senhora Provedora dos Animais, não quero

aqui alimentar nenhuma polémica e, aliás, eu próprio em face do que tem sido dito pelos Senhores Deputados, eu próprio me vou envolver um pouco mais neste assunto, porque, de facto, a única parte que eu acompanhei é da tentativa sistemática de apetrechar a Provedoria dos Animais do Município de Lisboa, dos recursos humanos necessários, mas, evidentemente, o Município tem que obedecer às regras, quer de contratação pública, quer de combate à precariedade laboral, onde estamos todos empenhados e, portanto, não podemos com facilidade, ceder a uma tentação que acontece muito na Administração Pública, que é queremos os recursos contratados por prestação de serviços, quando a Câmara Municipal tem um conjunto de recursos que pode disponibilizar, alguns já disponibilizou, houve aqui algumas dificuldades de adaptação como às vezes acontece, mas tudo faremos para que a Senhora Provedora tenha todas as condições de trabalho, e eu próprio me comprometo aqui a envolver-me pessoalmente, como, aliás, como o Vereador Carlos Castro tem feito, mas ajudando também com o Pelouro dos Recursos Humanos, para que isto seja mais célere, para que possamos ultrapassar esta fase.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **VOTAÇÕES**.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, portanto, penso que estão feitas todas as intervenções, portanto, iríamos passar à votação.”-----

----- **VOTO N.º 111/05 (BE) – (SUBSCRITO PELO GRUPO MUNICIPAL DO BE) – “VOTO DE SAUDAÇÃO 28 DE JUNHO – DIA DO ORGULHO LGBTI”**;-----

----- (O **Voto de Saudação n.º 111/05** fica anexado à presente ata como **Anexo I** e dela faz parte integrante) -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Portanto, vamos só passar ao Voto n.º 111/05, apresentado pelo Bloco de Esquerda.”-----

----- Vamos passar à votação do **Voto de Saudação n.º 111/05 (BE)**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, dos Deputado (as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, José Alberto Franco, Joana Alegre, Paulo Muacho, Raul Santos, Miguel Graça, Rodrigo Brito, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. O **Voto de Saudação n.º 111/05 (BE)** foi aprovado **por unanimidade**. -----

----- **VOTO N.º 111/06 – (BE) – (SUBSCRITO PELO GRUPO MUNICIPAL DO BE) – “VOTO DE SAUDAÇÃO 24 DE JUNHO – DIA NACIONAL DA PESSOA CIGANA”**;-----

----- (O **Voto de Saudação n.º 111/06** fica anexado à presente ata como **Anexo II** e dela faz parte integrante).-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Vamos passar à votação do voto n.º 111/06, do Bloco de Esquerda, o PSD solicitou a votação por pontos, são os três pontos em separado.” -----

----- **Deliberado por pontos:** -----

----- Vamos passar à votação do **Ponto 1 do Voto de Saudação n.º 111/06 (BE)**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, dos Deputado (as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, José Alberto Franco, Joana Alegre, Paulo Muacho, Raul Santos, Miguel Graça, Rodrigo Brito, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. O **Voto de Saudação n.º 111/06 (BE)** foi aprovado **por unanimidade**. -----

----- Vamos passar à votação do **Ponto 2 do Voto de Saudação n.º 111/06 (BE)**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, dos Deputado (as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, José Alberto Franco, Joana Alegre, Paulo Muacho, Raul Santos, Miguel Graça, Rodrigo Brito, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. O **Voto de Saudação n.º 111/06 (BE)** foi aprovado **por unanimidade**. -----

----- Vamos passar à votação do **Ponto 3 do Voto de Saudação n.º 111/06 (BE)**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, dos Deputado (as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, José Alberto Franco, Joana Alegre, Paulo Muacho, Raul Santos, Miguel Graça, Rodrigo Brito, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. O **Voto de Saudação n.º 111/06 (BE)** foi aprovado **por unanimidade**. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Estes dois votos foram aprovados por unanimidade, embora, havendo duas declarações de voto, uma será apresentada pelo PSD e outra pelo Deputado Rodrigo Mello Gonçalves.”-----

----- **VOTO N.º 111/07 (MPT)- (SUBSCRITO PELO GRUPO MUNICIPAL DO MPT) – “VOTO DE SAUDAÇÃO 80 ANOS DE EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS”**;-----

----- (O **Voto de Saudação n.º 111/07** fica anexado à presente ata como **Anexo III** e dela faz parte integrante).-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Vamos passar ao seguinte voto, apresentado pelo MPT, “Voto de Saudação 80 anos de exposição do Mundo Português.”-----

----- Vamos passar à votação do **Voto de Saudação n.º 111/07 (MPT)**. Votos contra: PS, PCP, BE, PEV, PPM e dos Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Paulo Muacho, Raul Santos, Rodrigo Brito, Rui Costa e Teresa Craveiro, abstenção: PSD, CDS-PP, PAN e do Deputado Municipal Independentes Rodrigo Mello Gonçalves, votos a favor: MPT. O **Voto de Saudação n.º 111/07 (MPT)** foi **rejeitado**. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “ O Voto nº 111/07 do MPT, “Voto de Saudação 80 anos de Exposição do Mundo Português, foi rejeitado por uma larga maioria, digamos, depois haverá declarações de voto no final, mas agora vamos continuar nas votações.”-----

----- **MOÇÃO N.º 111/01 (PSD) – (SUBSCRITA PELO GRUPO MUNICIPAL DO PSD) – “PELA SUBSISTÊNCIA DOS MENORES – FUNDO DE GARANTIA DE ALIMENTOS DEVIDOS A MENORES – FGAM – COVID – 19;”**-----

----- (A Moção nº 111/01 fica anexada à presente ata como **Anexo IV** e dela faz parte integrante).-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Vamos passar à moção n.º 111/01 do PSD, “Pela subsistência dos Menores-Fundo de Garantia de alimentos devidos a Menores FGAM- Covid- 19”-----

----- Vamos passar à votação da **Moção n.º 111/01 (PSD)**. Votos contra: PS, abstenção: PCP e do Deputado Municipal Independentes Miguel Graça, votos a favor: PSD, CDS-PP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM e dos Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco, Paulo Muacho, Raul Santos, Rodrigo Brito, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. A **Moção n.º 111/01 (PSD)** foi aprovada **por maioria**. -----

----- **MOÇÃO N.º 111/02 (PCP) – (SUBSCRITA PELO GRUPO MUNICIPAL DO PCP) – “LISBOA PRECISA DE MAIS HABITAÇÃO E MAIS POPULAÇÃO”;**-----

----- (A Moção nº 111/02 fica anexado à presente ata como **Anexo V** e dela faz parte integrante) -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Vamos passar à votação da próxima Moção, apresentada pelo PCP, “Lisboa precisa de mais habitação e mais população.”-----

----- **Deliberada por pontos:** -----

----- **Pontos 1 e 2 da Moção n.º 111/02.** Votos contra: PS, PSD, CDS-PP, PPM e do Deputado Municipal Independente Rodrigo Mello Gonçalves, abstenção: PAN, MPT, votos a favor: PCP, BE, PEV e dos Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Paulo Muacho, Raul Santos, Rodrigo Brito, Rui Costa e Teresa Craveiro. **Os Pontos 1 e 2 da Moção n.º 111/02 foram rejeitados.** -----

----- **Ponto 3 da Moção n.º 111/02.** Votos contra: PS, PSD, CDS-PP, PPM e do Deputado Municipal Independente Rodrigo Mello Gonçalves, não há abstenções, votos a favor: PCP, BE, PAN, PEV, MPT e dos Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Paulo Muacho, Raul Santos, Rodrigo Brito, Rui Costa e Teresa Craveiro. **O Ponto 3 da Moção n.º 111/02 foi rejeitado.** -----

----- **RECOMENDAÇÃO N.º 111/02 (PSD) – (SUBSCRITA PELO GRUPO MUNICIPAL DO PSD) – “VACINA” PARA REANIMAR A CULTURA NA**

CIDADE DE LISBOA”;-----

----- (A **Recomendação n.º 111/02** fica anexada à presente ata como **Anexo VI** e dela faz parte integrante).-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Vamos passar à **Recomendação n.º 111/02**, do PSD, “Vacina” para reanimar a cultura na cidade de Lisboa”, isto é por pontos, o Bloco de Esquerda, pediu a votação ponto por pontos, assim vamos votar.”-----

----- **Deliberada por alíneas:**-----

----- **Alínea a) da Recomendação n.º 111/02 (PSD)**. Votos contra: PCP, BE, PEV e dos Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco e Teresa Craveiro, abstenção: Deputados Municipais Independentes: Miguel Graça e Rodrigo Brito, votos a favor: PS, PSD, CDS-PP, PAN, MPT, PPM e dos Deputados Municipais Independentes: Paulo Muacho, Raul Santos e Rodrigo Mello Gonçalves. A **Alínea a) da Recomendação n.º 111/02** foi **aprovada por maioria**. -----

----- **Alínea b) da Recomendação n.º 111/02 (PSD)**. Votos contra: PS, PCP, PEV, abstenção: BE, MPT e dos Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Paulo Muacho, Raul Santos, Rodrigo Brito, Rodrigo Mello Gonçalves e Teresa Craveiro, votos a favor: PSD, CDS-PP, PAN, PPM. A **Alínea b) da Recomendação n.º 111/02** foi **rejeitada**. -----

----- **Alínea c) da Recomendação n.º 111/02 (PSD)**. Votos contra: PCP, PEV, abstenção: BE e dos Deputados(as) Municipais Independentes: Paulo Muacho e Miguel Graça, votos a favor: PS, PSD, CDS-PP, PAN, MPT, PPM e dos Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco, Raul Santos, Rodrigo Brito, Rodrigo Mello Gonçalves e Teresa Craveiro. A **Alínea c) da Recomendação n.º 111/02** foi **aprovada por maioria**. -----

----- **Alínea d) da Recomendação n.º 111/02 (PSD)**. Votos contra: PCP, PEV, abstenção: Deputado Municipal Independente Miguel Graça, votos a favor: PS, PSD, CDS-PP, BE, PAN, MPT, PPM e dos Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco, Paulo Muacho, Raul Santos, Rodrigo Brito, Rodrigo Mello Gonçalves e Teresa Craveiro. A **Alínea d) da Recomendação n.º 111/02** foi **aprovada por maioria**. -----

----- **Alínea e) da Recomendação n.º 111/02 (PSD)**. Votos contra: PCP, PEV, abstenção: Deputado Municipal Independente Miguel Graça, votos a favor: PS, PSD, CDS-PP, BE, PAN, MPT, PPM e dos Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco, Paulo Muacho, Raul Santos, Rodrigo Brito, Rodrigo Mello Gonçalves e Teresa Craveiro. A **Alínea e) da Recomendação n.º 111/02** foi **aprovada por maioria**. -----

----- **Alínea f) da Recomendação n.º 111/02 (PSD)**. Votos contra: PCP, PEV, abstenção: Deputados Municipais Independentes: Miguel Graça, Raul Santos e Rodrigo Mello Gonçalves, votos a favor: PS, PSD, CDS-PP, BE, PAN, MPT, PPM e dos Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana

Alegre, José Alberto Franco, Paulo Muacho, Rodrigo Brito e Teresa Craveiro. A **Alínea f) da Recomendação n.º 111/02** foi **aprovada por maioria**. -----

----- **Alínea g) da Recomendação n.º 111/02 (PSD)**. Votos contra: PCP, PEV e do Deputado Municipal Independente Rodrigo Brito, abstenção: Deputados Municipais Independentes: Miguel Graça, Paulo Muacho e Rodrigo Mello Gonçalves, votos a favor: PS, PSD, CDS-PP, BE, PAN, MPT, PPM e dos Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco, Raul Santos e Teresa Craveiro. A **Alínea g) da Recomendação n.º 111/02** foi **aprovada por maioria**. -----

----- **Alínea h) da Recomendação n.º 111/02 (PSD)**. Votos contra: PCP, PEV, abstenção: Deputado Municipal Independente Miguel Graça, votos a favor: PS, PSD, CDS-PP, BE, PAN, MPT, PPM e dos Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco, Paulo Muacho, Raul Santos, Rodrigo Brito, Rodrigo Mello Gonçalves e Teresa Craveiro. A **Alínea h) da Recomendação n.º 111/02** foi **aprovada por maioria**. -----

----- **Alínea i) da Recomendação n.º 111/02 (PSD)**. Votos contra: PCP, PEV, abstenção: Deputado Municipal Independente Miguel Graça, votos a favor: PS, PSD, CDS-PP, BE, PAN, MPT, PPM e dos Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco, Paulo Muacho, Raul Santos, Rodrigo Brito, Rodrigo Mello Gonçalves e Teresa Craveiro. A **Alínea i) da Recomendação n.º 111/02** foi **aprovada por maioria**. -----

----- **Alínea j) da Recomendação n.º 111/02 (PSD)**. Votos contra: PCP, PEV, abstenção: BE e dos Deputados Municipais Independentes: Miguel Graça, Paulo Muacho, Raul Santos e Rodrigo Brito, votos a favor: PS, PSD, CDS-PP, PAN, MPT, PPM e dos Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco, Rodrigo Mello Gonçalves e Teresa Craveiro. A **Alínea j) da Recomendação n.º 111/02** foi **aprovada por maioria**. -----

----- **Alínea k) da Recomendação n.º 111/02 (PSD)**. Votos contra: PCP, PEV e do Deputado Municipal Independente Rodrigo Brito, abstenção: Deputados Municipais Independentes: Miguel Graça e Rodrigo Mello Gonçalves, votos a favor: PS, PSD, CDS-PP, BE, PAN, MPT, PPM e dos Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco, Paulo Muacho, Raul Santos e Teresa Craveiro. A **Alínea k) da Recomendação n.º 111/02** foi **aprovada por maioria**. -----

----- **Alínea l) da Recomendação n.º 111/02 (PSD)**. Votos contra: PS, PCP, PEV, Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco, abstenção: Deputados(as) Municipais Independentes: Miguel Graça, Rodrigo Brito, Rodrigo Mello Gonçalves, votos favor: PSD, CDS-PP, BE, PAN, MPT, PPM e dos Deputados Municipais Independentes: Paulo Muacho, Raul Santos e Teresa Craveiro. A **Alínea l) da Recomendação n.º 111/02** foi **rejeitada**. ---

----- **Alínea m) da Recomendação n.º 111/02 (PSD)**. Votos contra: PCP, abstenção: Deputados Municipais Independentes Miguel Graça e Rodrigo Mello Gonçalves, votos a favor: PS, PSD, CDS-PP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM e dos Deputados(as)

Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco, Paulo Muacho, Raul Santos, Rodrigo Brito e Teresa Craveiro. A **Alínea m) da Recomendação n.º 111/02** foi aprovada por maioria. -----

----- **Alínea n) da Recomendação n.º 111/02 (PSD)**. Votos contra: PCP, abstenção: Deputado Municipal Independente Miguel Graça, votos a favor: PS, PSD, CDS-PP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM e dos Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco, Paulo Muacho, Raul Santos, Rodrigo Brito, Rodrigo Mello Gonçalves e Teresa Craveiro. A **Alínea n) da Recomendação n.º 111/02** foi aprovada por maioria. -----

----- **Alínea o) da Recomendação n.º 111/02 (PSD)**. Votos contra: PCP, abstenção: BE e dos Deputados Municipais Independentes: Miguel Graça, Paulo Muacho e Rodrigo Brito, votos a favor: PS, PSD, CDS-PP, PAN, PEV, MPT, PPM e dos Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco, Raul Santos, Rodrigo Mello Gonçalves e Teresa Craveiro. A **Alínea o) da Recomendação n.º 111/02** foi aprovada por maioria. -----

----- **Alínea p) da Recomendação n.º 111/02 PSD)**. Votos contra: PCP, BE, PEV e do Deputado Municipal Independente António Avelãs, abstenção: MPT e do Deputado Municipal Independente Miguel Graça, votos a favor: PS, PSD, CDS-PP, PAN, PPM e dos Deputados(as) Municipais Independentes: Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco, Paulo Muacho, Raul Santos, Rodrigo Brito, Rodrigo Mello Gonçalves e Teresa Craveiro. A **Alínea p) da Recomendação n.º 111/02** foi aprovada por maioria. -----

----- *O Deputado Municipal Independente Rui Pedro Costa Lopes não participou na apreciação e votação desta recomendação por ter solicitado escusa.* -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Bem esta forma de votação, talvez não permita avaliar totalmente as posições dos partidos, ou então permite esmiuçando até ao pormenor, esta votação está concluída.”-----

----- **RECOMENDAÇÃO Nº 111/03 (CDS-PP) – (SUBSCRITA PELO GRUPO MUNICIPAL DO CDS-PP) – “ CUMPRIMENTO DAS VELOCIDADES DE ATRAVESSAMENTO DE PEÕES**”;-----

----- (A **Recomendação n.º 111/03** fica anexada à presente ata como **Anexo VII** e dela faz parte integrante) -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Vamos votar a Recomendação n.º 111/03, do CDS-PP, “ Cumprimentos das velocidades de atravessamento de peões.”-----

----- Vamos passar à votação da **Recomendação n.º 111/03 (CDS-PP)**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, dos Deputado (as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, José Alberto Franco, Joana Alegre, Paulo Muacho, Raul Santos, Miguel Graça, Rodrigo Brito, Rodrigo Mello Gonçalves e Teresa Craveiro. A **Recomendação**

n.º 111/03 (CDS-PP) foi aprovada **por unanimidade**. -----
----- *O Deputado Municipal Independente Rui Pedro Costa Lopes não participou na apreciação e votação desta recomendação por ter solicitado escusa.* -----
----- **RECOMENDAÇÃO N.º 111/04 – (CDS-PP) – (SUBSCRITA PELO GRUPO MUNICIPAL DO CDS-PP) – “PELO GARANTE DOS DIREITOS E REGULAR FUNCIONAMENTO DA UITI”**.-----
----- (A **Recomendação n.º 111/04** fica anexada à presente ata como **Anexo VIII** e dela faz parte integrante) -----
----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----
-----"Vamos à Recomendação n.º 111/04 aqui o PS pediu em separado o ponto 2.-----
----- Vamos votar em primeiro o ponto 1 e depois o ponto 2."-----
----- **Deliberada por pontos**.-----
----- Vamos passar à votação do **Ponto 1 da Recomendação n.º 111/04 (CDS-PP)**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, dos Deputado (as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, José Alberto Franco, Joana Alegre, Paulo Muacho, Raul Santos, Miguel Graça, Rodrigo Brito, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. **O Ponto 1 da Recomendação n.º 111/04 (CDS-PP) foi aprovado por unanimidade**.
----- Vamos passar à votação do **Ponto 2 da Recomendação n.º 111/04 (CDS-PP)**. Não há votos contra, abstenção do PS, votos a favor: PSD, CDS-PP, PCP, BE, PEV, PAN, MPT, PPM e dos Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Paulo Muacho, Raul Santos, Rodrigo Brito, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. **O Ponto 2 da Recomendação n.º 111/04 (CDS-PP) foi aprovado por maioria**. -----
----- **RECOMENDAÇÃO N.º 111/05 (PPM) – (SUBSCRITA PELO GRUPO MUNICIPAL DO PPM) – “MANUTENÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO DO NOVO MUSEU DOS COCHES”**;-----
----- (A **Recomendação n.º 111/05** fica anexada à presente ata como **Anexo IX** e dela faz parte integrante) -----
----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----
----- “Vamos passar à votação da Recomendação n.º 111/05, do PPM.”-----
----- **Deliberada por pontos**:-----
----- **Ponto 1 da Recomendação n.º 111/05 (PPM)**. Não há votos contra, abstenção do PCP, votos a favor: PS, PSD, CDS-PP, BE, PEV, PAN, MPT, PPM e dos Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, Miguel Graça, Paulo Muacho, Raul Santos, Rodrigo Brito, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. **O Ponto 1 da Recomendação n.º 111/05 (PPM) foi aprovado por maioria**. -----
----- **Pontos 2, 3 e 4 da Recomendação n.º 111/05 (PPM)**. Votos contra do PAN, abstenção do PCP, BE, MPT, votos a favor: PS, PSD, CDS-PP, PEV, PPM, Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre,

Miguel Graça, Paulo Muacho, Raul Santos, Rodrigo Brito, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. Os **Pontos 2, 3 e 4 da Recomendação n.º 111/05 (PPM) foram aprovados por maioria**-----

----- (Ausência do Deputado Municipal Independente José Alberto Franco nestas votações) -----

----- **RECOMENDAÇÃO N.º 111/06 (PPM) – (SUBSCRITA PELO GRUPO MUNICIPAL DO PPM)- “FASE FINAL DA LIGA DOS CAMPEÕES 2019/2020 EM LISBOA”**; -----

----- (A **Recomendação n.º 111/06** fica anexada à presente ata como **Anexo X** e dela faz parte integrante) -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Vamos para a Recomendação n.º 111/06, “Fase Final da Liga dos Campeões 2019/2020 em Lisboa.”-----

----- **Deliberada por pontos:**-----

----- **Ponto 1 da Recomendação n.º 111/06 (PPM)**. Não há votos contra, abstenção: PCP, BE e dos Deputados Municipais Independentes: Miguel Graça e Paulo Muacho, votos a favor: PS, PSD, CDS-PP, PAN, PEV, MPT, PPM e dos Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, Raul Santos, Rodrigo Brito, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. **O Ponto 1 da Recomendação n.º 111/06 foi aprovado por maioria**. -----

----- **Ponto 2 da Recomendação n.º 111/06 (PPM)**. Não há votos contra, abstenção: PCP, BE e dos Deputados Municipais Independentes: Miguel Graça e Paulo Muacho votos a favor: PS, PSD, CDS-PP, PAN, PEV, MPT, PPM e dos Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, Raul Santos, Rodrigo Brito, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. **O Ponto 2 da Recomendação n.º 111/06 foi aprovado por maioria**. -----

----- **Ponto 3 da Recomendação n.º 111/06 (PPM)**. Votos contra: Deputados Municipais Independentes: Paulo Muacho, Rodrigo Brito e Rui Costa, abstenção: PS, PCP, BE, MPT e do Deputado Municipal Independente: Miguel Graça, votos a favor: PSD, CDS-PP, PAN, PEV, PPM e dos Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, Raul Santos, Rodrigo Mello Gonçalves e Teresa Craveiro. **O Ponto 3 da Recomendação n.º 111/06 foi aprovado por maioria**. -----

----- **Ponto 4 da Recomendação n.º 111/06 (PPM)**. Não há votos contra, abstenção: PS, PCP, BE, MPT e dos Deputados Municipais Independentes: Miguel Graça, Paulo Muacho e Rodrigo Brito, votos a favor: PSD, CDS-PP, PAN, PEV, PPM e dos Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, Raul Santos, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. **O Ponto 4 da Recomendação n.º 111/06 foi aprovado por maioria**. -----

----- **Ponto 5 da Recomendação n.º 111/06 (PPM)**. Não há votos contra, abstenção: PS, PCP, BE e dos Deputados Municipais Independentes: Miguel Graça e Paulo Muacho, votos a favor: PSD, CDS-PP, PAN, PEV, MPT, PPM e dos Deputados(as)

Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, Raul Santos, Rodrigo Brito, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. O **Ponto 5 da Recomendação n.º 111/06** foi **aprovado por maioria**.-----

----- **Ponto 6 da Recomendação n.º 111/06 (PPM)**. Não há votos contra, abstenção: PS, PCP, BE e dos Deputados Municipais Independentes: Ana Gaspar, Miguel Graça, Paulo Muacho e Rodrigo Brito, votos a favor: PSD, CDS-PP, PAN, PEV, MPT, PPM e dos Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Joana Alegre, Raul Santos, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. O **Ponto 6 da Recomendação n.º 111/06** foi **aprovado por maioria**.-----

----- **Ponto 7 da Recomendação n.º 111/06 (PPM)**. Não há votos contra, abstenção: PS, PCP, BE, MPT e do Deputado Municipal Independente Miguel Graça, votos a favor: PSD, CDS-PP, PAN, PEV, PPM e dos Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, Paulo Muacho, Raul Santos, Rodrigo Brito, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. O **Ponto 7 da Recomendação n.º 111/06** foi **aprovado por maioria**.-----

----- **(Ausência do Deputado Municipal Independente José Alberto Franco nestas votações)**-----

----- **RECOMENDAÇÃO N.º 111/07 (PEV) – (SUBSCRITA PELO GRUPO MUNICIPAL DO PEV) – “ACESSIBILIDADE DIGITAL PARA TODOS”**;-----

----- **(A Recomendação n.º 111/07 fica anexada à presente ata como Anexo XI e dela faz parte integrante)**-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Vamos só passar à Recomendação n.º111/07, do PEV, “Acessibilidade digital para todos.”-----

----- Vamos passar à votação da **Recomendação n.º 111/07 (PEV)**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, dos Deputado (as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, Paulo Muacho, Raul Santos, Miguel Graça, Rodrigo Brito, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. A **Recomendação n.º 111/07 (PEV)** foi aprovada **por unanimidade**.-----

----- **(Ausência do Deputado Municipal Independente José Alberto Franco nestas votações)**.-----

----- **RECOMENDAÇÃO N.º 111/08 (PEV) – (SUBSCRITA PELO GRUPO MUNICIPAL DO PEV) –“PELO DIGNO FUNCIONAMENTO DA PROVEDORIA DOS ANIMAIS DE LISBOA”**;-----

----- **(A Recomendação n.º 111/08 fica anexada à presente ata como Anexo XII e dela faz parte integrante)**-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Vamos só passar à Recomendação n.º111/08, do PEV, “Acessibilidade digital para todos.”-----

----- Vamos passar à votação da **Recomendação n.º 111/08 (PEV)**. Não há votos

contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, dos Deputado (as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, Paulo Muacho, Raul Santos, Miguel Graça, Rodrigo Brito, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. A **Recomendação n.º 111/08 (PEV)** foi aprovada **por unanimidade**.-----

----- (Ausência do Deputado Municipal Independente José Alberto Franco nestas votações).-----

----- **RECOMENDAÇÃO N.º 111/09 (PAN) –(SUBSCRITA PELO GRUPO MUNICIPAL DO PAN) – “ADESÃO DE LISBOA À REDE DAS CIDADES PROTETORAS DA TERRA”;**-----

----- (A **Recomendação n.º 111/09** fica anexada à presente ata como **Anexo XIII** e dela faz parte integrante) -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Vamos passar à Recomendação n.º 111/09, do PAN, “Adesão de Lisboa à Rede das Cidades Protetoras da Terra”.-----

----- Vamos passar à votação da **Recomendação n.º 111/09 (PAN)**. Não há votos contra, abstenção: PS, CDS-PP, PCP e do Deputado Municipal Independente Rodrigo Mello Gonçalves, votos a favor: PSD, BE, PAN, PEV, MPT, PPM e dos Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, Miguel Graça, Paulo Muacho, Raul Santos, Rodrigo Brito, Rui Costa e Teresa Craveiro. A **Recomendação n.º 111/09 (PAN)** foi **aprovada por maioria**.-----

----- (Ausência do Deputado Municipal Independente José Alberto Franco nesta votação).-----

----- **RECOMENDAÇÃO N.º 111/10 (PCP) – (SUBSCRITA PELO GRUPO MUNICIPAL DO PCP) – “REABERTURA ESQUADRA DE CARNIDE;”**-----

----- (A **Recomendação n.º 111/10** fica anexada à presente ata como **Anexo XIV** e dela faz parte integrante) -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Vamos passar à Recomendação n.º 111/10, do PCP, “Reabertura Esquadra de Carnide.”-----

----- Vamos passar à votação da **Recomendação n.º 111/10 (PCP)**. Não há votos contra, abstenção: Deputado Municipal Independente Miguel Graça, votos a favor: PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM e dos Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, Paulo Muacho, Raul Santos, Rodrigo Brito, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. A **Recomendação n.º 111/10 (PCP)** foi **aprovada por maioria**.-----

----- (Ausência do Deputado Municipal Independente José Alberto Franco nesta votação).-----

----- **RECOMENDAÇÃO N.º 111/11 (6 DM IND) – NOVA VERSÃO - (SUBSCRITA PELOS(AS) DEPUTADOS(AS) MUNICIPAIS INDEPENDENTES ANTÓNIO AVELÃS, ANA GASPAR, JOANA ALEGRE,**

JOSÉ ALBERTO FRANCO, MIGUEL GRAÇA E TERESA CRAVEIRO) – “CONCRETIZAR O PROJETO DE UM MEMORIAL DA ESCRAVATURA NA CIDADE DE LISBOA;”-----

----- (A **Recomendação n.º 111/11** fica anexada à presente ata como **Anexo XV** e dela faz parte integrante) -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Vamos passar à **Recomendação n.º 111/11**, é uma nova versão, “Concretizar o Projeto de um Memorial da Escravatura na Cidade de Lisboa”, portanto, já foram feitas várias considerações e várias declarações, portanto vamos votar.”-----

----- Vamos passar à votação da **Recomendação n.º 111/11 (6 DM IND)**. Votos contra: Deputado Municipal Independente Rodrigo Mello Gonçalves, abstenção: Deputado Municipal Independente Raul Santos, votos a favor: PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM e dos Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, Miguel Graça, Paulo Muacho, Rodrigo Brito, Rui Costa e Teresa Craveiro. A **Recomendação n.º 111/11 (6 DM IND)** foi **aprovada por maioria**.-----

----- (Ausência do Deputado Municipal Independente José Alberto Franco nesta votação).-----

RECOMENDAÇÃO N.º 111/12 (BE) – (SUBSCRITA PELO GRUPO MUNICIPAL DO BE) – “DIREITOS DOS ANIMAIS EM TEMPO DE CRISE”;-----

----- (A **Recomendação n.º 111/12** fica anexada à presente ata como **Anexo XVI** e dela faz parte integrante) -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Vamos passar à **Recomendação n.º 111/12**, do Bloco de Esquerda, “Direitos dos Animais em Tempo de Crise”.-----

----- Vamos passar à votação da **Recomendação n.º 111/12 (BE)**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, dos Deputado (as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, Paulo Muacho, Raul Santos, Miguel Graça, Rodrigo Brito, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. A **Recomendação n.º 111/12 (BE)** foi aprovada **por unanimidade**.-----

----- (Ausência do Deputado Municipal Independente José Alberto Franco nestas votações) -----

RECOMENDAÇÃO N.º 111/13 (MPT) - (SUBSCRITA PELO GRUPO MUNICIPAL DO MPT) – “REPENSAR A PROTEÇÃO DA POPULAÇÃO IDOSA NA CIDADE DE LISBOA”;-----

----- (A **Recomendação n.º 111/13** fica anexada à presente ata como **Anexo XVII** e dela faz parte integrante) -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Vamos passar à Recomendação n.º 111/13, “Repensar a proteção da população idosa na cidade de Lisboa”, há pedido do PEV, para votar por pontos.-----

----- **Deliberada por pontos:**-----

----- **Ponto 1 da Recomendação n.º 111/13 (MPT).** Votos contra: PS, PCP, Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Raul Santos, Rodrigo Brito, Rui Costa e Teresa Craveiro, abstenção: CDS, PEV, Deputados (as) Municipais Independentes: Joana Alegre, Ana Gaspar, Miguel Graça, Paulo Muacho e Rodrigo Mello Gonçalves, votos a favor: PSD, BE, PAN, MPT, PPM. **O Ponto 1 da Recomendação n.º 111/13 (MPT) foi rejeitado.**-----

----- **Ponto 2 da Recomendação n.º 111/13 (MPT).** Votos contra: PS, PCP, Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, Raul Santos, Rui Costa e Teresa Craveiro, abstenção: Deputados Municipais Independentes: Miguel Graça, Paulo Muacho e Rodrigo Brito, votos a favor: PSD, CDS-PP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, Deputado Municipal Independente Rodrigo Mello Gonçalves. **O Ponto 2 da Recomendação n.º 111/13 (MPT) foi rejeitado.**-----

----- **(Ausência do Deputado Municipal Independente José Alberto Franco nestas votações).**-----

----- **RECOMENDAÇÃO N.º 111/14 (PAN) NOVA VERSÃO – APRESENTADA NO ÂMBITO DA APRECIACÃO DA RECOMENDAÇÃO N.º 111/18 (PEV) – (SUBSCRITA PELO GRUPO MUNICIPAL DO PAN) – “POR APOIOS ÀS INSTITUIÇÕES MUNICIPAIS DE BEM-ESTAR ANIMAL NA CIDADE DE LISBOA”;**-----

----- **(A Recomendação n.º 111/14 fica anexada à presente ata como Anexo XVIII e dela faz parte integrante)** -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Vamos à Recomendação n.º 111/14, apresentada pelo PAN, “Por mais apoios às instituições municipais de bem-estar animal da cidade de Lisboa.”-----

----- Vamos passar à votação da **Recomendação n.º 111/14 (PAN).** Votos contra: PS, Deputado Municipal Independente Rui Costa, abstenção: Deputado Municipal Independente António Avelãs, votos a favor: PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, Deputados(as) Municipais Independentes: Ana Gaspar, Joana Alegre, Paulo Muacho, Raul Santos, Rodrigo Brito, Rodrigo Mello Gonçalves e Teresa Craveiro. **A Recomendação n.º 111/14 foi aprovada por maioria.**-----

----- **(Ausência dos Deputados Municipais Independentes José Alberto Franco e Miguel Graça nesta votação).**-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito bem, portanto, com isto chegámos ao fim deste conjunto de votos, não quer dizer que o voto se tenha esgotado, não se esgotaram, há mais, há declarações de voto, como é evidente.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Faria (MPT),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente, eu queria só referir, que o MPT irá apresentar uma declaração de voto por escrito, ao seu próprio voto, número 111/07, nada no Regimento nos impede e por isso assim o faremos.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Nada o impede, tem toda a razão, já verifiquei isso.-----

----- Portanto, há declarações de voto, há algumas que foram pedidas oralmente, eu peço ao Senhor Primeiro Secretário António Avelãs, que conduza isto.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “E eu começava por confirmar, porque posso não ter registado tudo.-----

----- Tenho os pedidos da declaração de voto do PCP, do PPM, do Deputado Diogo Moura, portanto, do CDS, orais, porque escritas houve outras. São estas as orais?-----

----- Tem a palavra o PCP por favor.”-----

----- **O Grupo Municipal do PCP** apresentou, oralmente, a seguinte **Declaração de Voto**:-----

----- “O PCP votou contra esta saudação à exposição do Mundo Português pelos seguintes motivos:-----

----- Não está em causa, o facto de se querer fazer uma exposição para comemorar as datas que fazem parte do nosso património histórico, pois as efemérides fazem parte do quotidiano de qualquer povo, e em 1940 foi mais de que natural que Salazar tivesse repescado uma ideia que não era original dele, mas uma ideia surgida em 1929 da realização desta exposição.-----

----- O que está em causa é o aproveitamento político que houve na altura para no exercício de pura propaganda nacionalista salazarista, se utilizassem estas datas para promover e cimentar ideologias fascistas. É conhecida a posição do Estado fascista quanto ao ensino da História. Uma História fragmentada em atos e feitos heroicos. ----

----- O Nacionalismo e a exaltação do conceito da pátria essa alteração do conceito, de facto...” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Peço que desliguem os microfones e peço ao PCP que interrompa a sua declaração, que há muito barulho, não se percebeu nada, e faça o favor, então de usar da palavra.”-----

----- **O Grupo Municipal do PCP** continuou a sua apresentação da sua **Declaração de Voto**:-----

----- “Eu não sei o que é se percebeu, de qualquer forma não vou tornar a dizer o que o que disse, ficará depois escrito, mas espero que isto não tenha nada que ver com o teor, porque não quero mais polémica sobre isso.-----

----- É certo que houve mais-valias culturais e obras de melhoramentos ao nível de infraestruturas, mas também é verdade que a nível social também houve custos elevados, tais como esconder a pobreza e a miséria que existia em Lisboa.-----

----- Esta exposição foi acima de tudo uma exaltação, ao fascismo, não estão em causa

as questões patrimoniais ou a grande quantidade e diversidade de artistas, arquitetos e engenheiros que foram chamados a participar por António Ferro.-----

----- O que está em causa é a questão política, a forma como a exposição serviu de veículo para a propaganda fascista, mas sobretudo frisar que hoje mais do que comemorar o aniversário da exposição do Mundo Português, o que importa é mantermo-nos firmes na luta contra o fascismo, e tal luta passa sobretudo pela defesa da liberdade e pela dignificação do ser humano, passa pela defesa dos direitos dos trabalhadores.-----

----- Disse!”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada, tem a palavra, a Senhora Deputada do PPM, Aline Beuvink, por favor”-----

----- **O Grupo Municipal do PPM** apresentou, oralmente, a seguinte **Declaração de Voto**:-----

----- “Boa tarde, muito obrigada pela palavra.-----

----- Queria dizer quanto ao voto de saudação que o MPT apresentou, eu sei que o Senhor Deputado Senhor Inácio Faria do MPT é um democrata, e não tem qualquer ideia do foro fascista, também acredito que a sua intenção era louvar o património, e obviamente, não o regime, porém, a forma como está redigido o voto deu azo a outras interpretações, e eu não comungo com questões dúbias, já que sou terminantemente contra a qualquer regime totalitário e propagandístico.-----

----- Disse!”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada.-----

----- Tem a palavra o Senhor Deputado, Diogo Moura, do CDS, por favor.”-----

----- **O Grupo Municipal do CDS-PP** apresentou, oralmente, a seguinte **Declaração de Voto**:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Secretário.-----

----- Nós gostaríamos de apresentar uma declaração de voto oral relativa, à Moção nº 111/ 02 apresentada pelo PCP.-----

----- Concordámos quando o PCP diz que Lisboa necessita de mais habitação e obviamente, a habitação a custos acessíveis que é o que falta na cidade, queremos que as respostas atuais são insuficientes, mas tivemos que votar contra porque o PCP mais uma vez, acaba por minar um documento que nos apresenta pelo tipo de considerandos que redigi, e portanto, nunca poderíamos estar contra naquilo que é uma manutenção da cassete do PCP sobre a questão da habitação.-----

----- O PCP vem nos dizer novamente que a culpa do estado da habitação em 2022, oito anos depois, a culpa é do Governo PSD/CDS, mas oito anos depois tivemos cinco orçamentos de Estado sem dinheiro para habitação e nestes cinco orçamentos de Estado, o PCP não só subscreveu, como os apoiou até hoje a cem por cento, e, portanto, há alguma incoerência por parte do PCP quando apresenta estes

documentos, continua agarrado a uma cassette do passado que já não tem qualquer adesão nem aderência, em 2020, e, portanto, nós só poderíamos votar contra, novamente.-----

----- Obrigado.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.-----

----- Senhor Presidente, não tenho mais pedidos de declaração de voto orais, as outras são escritas.”-----

----- **O Grupo Municipal PSD** apresentou, a seguinte **Declaração de Voto escrita, referente ao Voto de Saudação n.º 111/06 do BE**: -----

----- “*Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa,*-----

----- *O Grupo Municipal do Partido Social Democrata vem nos termos do artigo 63.º, n.ºs 1, 2 e 4 do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, expressar a sua DECLARAÇÃO DE VOTO, relativa à Votação do Voto de Saudação n.º 111/06 (BE) – Voto de Saudação 24 de Junho – Dia Nacional da Pessoa, realizada na 111.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Lisboa –, do dia 2 de Julho de 2020 (por videoconferência), porquanto, mesmo o PSD tendo votado favoravelmente o Ponto 2 do referido voto de saudação (por a comunidade cigana sofrer problemas de habitação), entende que existem outras comunidades que sofrem, e muito, com os problemas decorrentes da falta de habitação.*-----

----- *Lisboa, 3 de Julho de 2020.*-----

----- *Grupo Municipal do Partido Social Democrata.*”-----

----- **O Deputado Municipal Rodrigo Mello Gonçalves (IND)** apresentou, a seguinte **Declaração de Voto escrita, referente ao Voto de Saudação 111/06 do BE**: -----

----- “*Voto 111/06 (BE) - Saudação 24 de Junho - Dia Nacional da Pessoa Cigana.*--

----- *Tendo votado favoravelmente este Voto, entendo dever clarificar que o fiz no pressuposto que a resolução dos problemas enunciados se faça dentro de um quadro de normalidade e universalidade de regras, e não pela criação de regras e regimes de excepção, como às vezes defende o partido proponente.*-----

----- *A resolução dos problemas habitacionais devem ter por base as condições socio-económicas das pessoas e as suas reais necessidades e nunca critérios como a raça, etnia, cor, religião ou outros.*-----

----- *Lisboa, 3 de Julho de 2020,*-----

----- *O Deputado Municipal Independente,*-----

----- *Rodrigo Mello Gonçalves.*”-----

----- **O Grupo Municipal MPT** apresentou, a seguinte **Declaração de Voto escrita, referente ao Voto de Saudação n.º 111/07 do MPT**:-----

----- “*O Grupo Municipal do Partido da Terra, eleito para a Assembleia Municipal de Lisboa, vem, nos termos e para os efeitos previstos no nº 1 do artigo 57º do Regimento da AML, fazer constar da Acta da Reunião realizada no dia 30 de Junho*

de 2020 a sua declaração de voto referente ao Voto 111/07 (MPT) - Saudação 80 anos de Exposição do Mundo Português apresentada, por este mesmo Grupo Municipal.-----

----- O Partido da Terra - MPT apresentou o Voto 111/07 (MPT) - Saudação 80 anos de Exposição do Mundo Português, não apenas para evocar o aniversário de uma Exposição que provocou uma profunda alteração arquitectónica e urbanística de Belém, dando à cidade alguns dos seus monumentos mais visitados até hoje, mas também para alertar para a necessidade de, respeitando a memória histórica de Portugal, (re)lançar um debate urgente no País e na cidade sobre o racismo e as persistentes desigualdades de direitos civis entre as comunidades aqui residentes.-----

----- O Partido da Terra-MPT, que nunca pretendeu fazer nem a apologia, nem a exaltação ou a glorificação e muito menos sofre de qualquer sintoma nostálgico de um regime autoritário e totalitário, como alguns em vão pretendem invocar, orgulha-se de preservar a génese ecologista e humanista que estiveram na base da sua fundação em 1993 pelo Arquitecto Gonçalo Ribeiro Telles, democrata de créditos formados.-----

----- A acalorada discussão em Sede de Assembleia Municipal de Lisboa suscitada pela apresentação deste Voto de Saudação, bem como os actos de vandalismo de monumentos que, à semelhança do que sucede noutras partes do mundo, se verificam hoje em Lisboa mostram-nos quão imperiosa é a reconciliação com a nossa memória histórica, mas também que num País com uma democracia madura não é mais possível adiar o debate alargado sobre o racismo e as causas profundas das persistentes desigualdades existentes na nossa sociedade.-----

----- Quando Portugal é, de forma recorrente, condenado pelo Tribunal Europeu dos Direitos do Homem por infligir tratamentos degradantes e desumanos, sobretudo no meio prisional, a indivíduos estrangeiros e de minorias étnicas, quando a mais recente edição do European Social Survey mostra que quase dois terços dos portugueses revelam alguma forma de racismo, quando apesar de aumentarem as queixas de racismo escasseiam as condenações (desde 2017 foram condenadas pelo crime de discriminação racial apenas 13 pessoas nos tribunais portugueses), quando o impacto desproporcional da Covid-19 sobre as minorias étnicas ou raciais expõe desigualdades alarmantes, quando estes mesmos grupos continuam a ser as principais vítimas de estigmatização, discriminação social e pobreza, entendemos que não é mais possível esconder a cabeça na areia, sob o manto do tão propalado (e falso) argumento do País de “brandos costumes”.-----

----- O histerismo e o fundamentalismo ideológico e a má-consciência de alguns, bem patentes durante a reunião plenária, e o silêncio cúmplice de outros, não permitirão nunca combater as causas profundas do racismo, xenofobia e discriminação étnico-racial em Portugal e foi exactamente esse alerta que pretendemos deixar, sugerindo também que sejam promovidos debates e implementadas medidas urgentes em Sede de Câmara e Assembleia Municipal de Lisboa que permitam pôr cobro à ausência de diversidade étnica no Município e que reflectam a (histórica) diversidade cultural da cidade de Lisboa.-----

----- Lisboa, 30 de Junho de 2020,-----
 ----- Pelo Grupo Municipal do Partido da Terra,-----
 ----- O Deputado Municipal José Inácio Faria.”-----
 ----- **O Deputado Municipal Raul Santos (IND)** apresentou, a seguinte
Declaração de Voto escrita, referente ao Voto de Saudação 111/07 do MPT: -----
 ----- “Voto de Saudação 111/07 (MPT) – Voto de Saudação 80 Anos de Exposição do
 Mundo Português.-----
 ----- O voto 111/07 do MPT, na sua parte deliberativa, saúda genericamente um
 evento cujos objectivos de propaganda do regime vigente na altura se destinavam a
 elevar formas de estar e fazer políticas não democráticas, pelo que nunca o poderia
 votar favoravelmente.-----
 ----- E se o evento deixou marcas arquitectónicas que devemos manter e preservar
 por representativas de uma época da nossa História, isso não significa que devemos
 elogiar um evento pelo seu todo, pois também foi uma forma de glorificar políticas
 desastrosas que isolaram Portugal.-----
 ----- Lisboa 2-07-2020,-----
 ----- DM (IND) Raul Santos.”-----
 ----- **O Grupo Municipal PCP** apresentou, a seguinte **Declaração de Voto escrita,**
referente à Recomendação n.º 111/04 do CDS-PP:-----
 ----- “Recomendação 111/04 (CDS-PP) – Pelo garante dos direitos e regular
 funcionamento da UITI.-----
 ----- O Grupo Municipal do PCP votou favoravelmente a Recomendação 111/04
 (CDS-PP) – Pelo garante dos direitos e regular funcionamento da UITI porque
 entende que se trata de uma situação que se arrasta desde 2017 e que precisa de ser
 resolvida com a maior brevidade.-----
 ----- Tanto em Câmara Municipal como na Assembleia Municipal os eleitos do PCP
 sempre defenderam que a Câmara Municipal de Lisboa deveria celebrar um contrato
 com a Universidade Internacional para a Terceira Idade (UITI), que assegurasse a
 sua continuidade e que as obras a realizar pela Câmara no imóvel da Rua das Flores,
 n.ºs 81 - 85, decorressem com celeridade, atendendo ao retomar da actividade
 regular da UITI.”-----
 ----- **O Deputado Municipal Rodrigo Mello Gonçalves (IND)** apresentou, a
 seguinte **Declaração de Voto escrita, referente à Recomendação n.º 111/11 (6 DM
 IND).**-----
 ----- “Recomendação 111/11 (6 DM IND) - Concretizar o Projeto de um Memorial da
 Escravatura na Cidade de Lisboa.-----
 ----- A Recomendação 111/11 refere-se à concretização de um memorial à
 escravatura, baseando-se os seus considerandos numa necessidade de Portugal se
 reconciliar consigo mesmo.-----
 ----- Esta Recomendação adopta aliás a tese muito em voga actualmente, da
 culpabilização permanente do branco ocidental e da necessidade de as sociedades
 ocidentais terem de pedir desculpa pelo seu passado, sendo este interpretado à luz de
 conceitos e valores de hoje. Pela minha parte rejeito totalmente este tipo de

abordagem e toda a sua linha argumentativa da qual discordo totalmente.-----
----- Acresce ainda que, dentro desta temática, o Museu dos Descobrimentos, que foi uma promessa eleitoral do PS em 2017, continua por fazer, depois de ter encontrado resistências precisamente junto daqueles que procuram interpretar o passado de uma forma muito peculiar.-----

----- Face ao exposto, não poderia apoiar a Recomendação em causa, tendo votado contra a mesma.-----

----- Lisboa, 3 de Julho de 2020,-----

----- O Deputado Municipal Independente,-----

----- Rodrigo Mello Gonçalves.”-----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Portanto, muito bem, então vamos prosseguir com a nossa ordem de trabalhos.--

----- A seguir deveria ser a Informação Escrita, mas hoje não vamos discutir a Informação Escrita, porque já tinha ficado para a continuação desta sessão, e também, não vamos discutir o documento relativo às contas, que a Comissão respetiva está a elaborar o respetivo parecer.”-----

----- **PONTO 3 - APRECIACÃO DO VOTO 111/02 (IND PM E PG) – VOTO DE CONDENAÇÃO PELA VANDALIZAÇÃO COM MENSAGENS RACISTAS DE ESCOLAS NA REGIÃO DE LISBOA E DO CENTRO DE ACOLHIMENTO PARA REFUGIADOS DA BOBADELA, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO ART.º 15º, DO REGIMENTO; GRELHA BASE - 37 MINUTOS E 30 SEGUNDOS**.-----

----- (O Voto de Condenação nº 111/02 fica anexado à presente ata como Anexo XIX e dela faz parte integrante) -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Portanto, vamos prosseguir com aqueles pontos que tinham sido apresentados na sessão anterior e que não houve oportunidade de analisar, o voto apresentado pelo Senhor Deputado Paulo Muacho e o voto apresentado pelo PCP, portanto, não sei se há inscrições para esse efeito, mas peço ao Senhor Primeiro Secretário, que conduzisse os trabalhos neste ponto.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente.-----

----- Senhor Presidente, para este ponto três, o Voto 111/02, tenho as inscrições registadas dos Deputados: Paulo Muacho, Cláudia Madeira, Maria Luísa Aldim e Manuel Lage, se possivelmente houver mais façam o favor de escrever.-----

----- Senhor Deputado Paulo Muacho, faça favor, e Cláudia Madeira.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Muacho (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Secretário.-----

----- Mais uma vez muito boa tarde a todos e obrigado também pela oportunidade, de podermos apresentar aqui este voto.-----

----- Nós vivemos hoje tempos em que alguns nos querem convencer que não há racismo em Portugal mesmo quando que, num estudo recente da *European Social Survey*, demonstra que, por exemplo, 62% dos portugueses ainda acreditam que, em algum tipo de mito racista.-----

----- O racismo é uma ideologia que já matou e continua a matar não só em Portugal como em todo o mundo, e que atinge sempre aqueles que são mais fracos e desprotegidos, minorias, imigrantes, pobres.-----

----- E é preciso ser claros, Portugal não deixará de ser uma sociedade marcada pelo racismo estrutural, enquanto as histórias que contamos acerca de nós próprios, não enfrentarem aquilo que é o nosso passado de uma forma clara, sem esconder as partes inconvenientes da História no nosso país.-----

----- Enquanto nas escolas continuar a aprender que Portugal comercializava produtos como ouro, marfim e escravos, para o Brasil, por exemplo, ou enquanto continuarmos a enaltecer figuras históricas sem aprender sobre aquilo que foi a totalidade das suas ações o racismo continuará presente na nossa sociedade.-----

----- E enquanto nós fugimos a esta reflexão se nos impõe enquanto sociedade, enquanto país, o racismo continuará sempre a levantar a sua cabeça em momentos de crise, e a banalização com mensagens racistas das Escolas Secundárias de Eça de Queirós, da Portela, de Sacavém e também do Centro de Refugiados da Bobadela são apenas uma manifestação desta forma mais cobarde, ou melhor da forma mais cobarde possível desta realidade, o racismo continua a existir na sociedade portuguesa e que deve merecer o nosso repúdio mais veemente e também o repúdio mais veemente desta Assembleia.-----

Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.-----

----- Tem a palavra a Senhora Deputada, Cláudia Madeira do PEV e prepara a Senhora Deputada Maria Luísa Aldim.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (IND)** no uso da palavra fez o seguinte pedido de esclarecimento:-----

----- “Eu tinha pedido a palavra para um pedido de esclarecimento, Senhor Presidente, ao Senhor Deputado Paulo Muacho.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Pois chegou agora, só agora é que reparei, peço imensa desculpa, faça favor.”---

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (IND)** no uso da palavra fez o seguinte pedido de esclarecimento:-----

----- “Muito obrigado.-----

----- Muito obrigado, Senhor Presidente.-----

----- Senhor Deputado Paulo Muacho, ouvi e li com atenção o voto que nos apresenta,

votarei a favor do voto, não obstante queria saber se foi por lapso que não incluiu as referências aos conteúdos programáticos do ensino.-----

----- É que Senhor Deputado Paulo Muacho, uma coisa são os considerandos tem e adiro ao seu voto, outra coisa são os considerandos que introduziu no debate e com os quais não estou integralmente de acordo, portanto, queria que esclarecesse se há alguma alteração ao texto deva ser tida em conta face à sua intervenção?”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Não sei se Senhor Deputado Paulo Muacho quer responder?-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Muacho (IND)** no uso da palavra, em resposta à questão colocada, fez a seguinte intervenção:-----

----- Quero sim, Senhor Secretário.-----

----- Senhor Deputado, efetivamente o voto não sofreu nenhuma alteração aquilo que o voto diz respeito, é uma condenação, portanto, à vandalização com mensagens racistas dessas escolas e do Centro de Acolhimento de Refugiados, não diz respeito a mais nenhuma outra questão, as referências que fiz na minha intervenção, são precisamente para tentar demonstrar como na minha opinião, não se tratam de atos isolados, não se tratam de situações anómalas, tratam sim, de questões que são recorrentes e que são muitas vezes até reforçadas pela própria cultura educativa que se instituem nas escolas portuguesas, e que ainda hoje, foi como eu aprendi e como ainda hoje os miúdos aprendem na escola, e, portanto, mas, naturalmente o voto mantém-se exatamente como foi apresentado.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado, Senhor Deputado.-----

----- Tem a palavra a Senhora Deputada Cláudia Madeira, e prepara a Deputada Maria Luísa Aldim, tem três minutos por favor.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada.-----

----- Relativamente a este voto de condenação pela vandalização com mensagens racistas em escolas e no Centro de Acolhimento para Refugiados, “Os Verdes” votarão naturalmente a favor.-----

----- Reforçamos que qualquer ato de vandalismo é condenável e a nossa sociedade não pode aceitar comportamentos racistas, xenófobos e intolerantes.-----

----- Estas atitudes e o clima que se tem vivido nos últimos tempos vieram mostrar que há ainda um longo caminho a percorrer e todos os democratas e antirracistas têm de ser unidos para, com firmeza, condenar estas atitudes deploráveis. -----

----- É preciso concretizar os direitos e as justas reivindicações das minorias, e garantir a igualdade entre todos, assim como valorizar o movimento antirracista e pela igualdade.-----

----- O tempo só pode ser de condenação de atitudes racistas, quer seja através destas mensagens ou de outros comportamentos. O tempo é também de apostar na

informação e na sensibilização para a causa da igualdade, pois esta é uma ferramenta essencial para pôr um travão nos discursos de ódio e de intolerância que têm uma base racista e xenófoba e que usam a mentira e a deturpação da realidade na sua estratégia.-

----- Por isso mesmo, deve apostar-se fortemente na educação para o combate ao racismo, que é um pilar estruturante de uma sociedade e tem um papel fundamental na formação dos indivíduos, uma vez que a desinformação e o preconceito são terrenos férteis para a discriminação.-----

----- Temos um caminho pela frente e não pode haver hesitações quando falamos de direitos humanos, porque é justamente disso que estamos a falar.-----

----- Para o Partido Ecologista, “Os Verdes”, a raça, a etnia, a religião ou qualquer outra condição nunca poderão ser motivo para nenhum tipo de discriminação ou exclusão e por tudo isto “Os Verdes” repudiam as mensagens racistas que este voto condena, assim como qualquer ato que incite à perseguição e à discriminação étnica ou racial.-----

----- Disse!”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada.-----

----- Tem a palavra a Senhora Deputada Maria Luísa Aldim, do CDS, e prepara o Senhor Deputado Manuel Lage.-----

----- A Senhora Deputada Maria Luísa Aldim, tem três minutos, por favor.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Maria Luísa Aldim (CDS-PP),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito bem, muito boa tarde a todos.-----

----- Caro Presidente de Mesa da Assembleia Municipal, Caros Senhores Vereadores, Caros Deputados e audiência presente nesta sessão.-----

----- Hoje discute-se nesta Assembleia o voto de condenação à vandalização com mensagens racistas, apresentado pelos Deputados Municipais Paulo Muacho e Patrícia Gonçalves, como já foi referido, e este voto naturalmente que merece a atenção e o apoio do CDS-PP-----

----- Em primeiro lugar porque desde sempre, nos batemos nesta Assembleia pela denúncia e combate à vandalização do património público e privado.-----

----- Para nós é inconcebível, e totalmente condenável, que organizações ou mesmo que anónimos se socorram deste método para fazer passar uma mensagem, seja ela qual for.-----

----- Em segundo lugar, e referente a pinturas e comentários racistas nos muros das escolas, que são indicados neste documento, num ato mais uma vez praticado por anónimos, no nosso entender, selvagens e cobardes, que provavelmente nunca frequentaram estas mesmas escolas. É um crime mimético que vem na sequência de outro com palco mediático, neste caso refiro a vandalização da estátua de Padre António Vieira que a todos nós aqui, acompanhamos e que de alguma forma nos chocou.-----

----- Vivemos tempos em que os grupos radicais e extremistas, à esquerda e à direita,

se alimentam e se aproveitam mutuamente, importando modelos identitários e conflitos que a História e que politicamente, e ainda bem que assim é, para nós portugueses são estranhos e não os aceitamos, nem os vemos com bons olhos. -----

----- Estes atos que aqui hoje condenamos são atos de intolerância, de quem não aceita o outro. São atos cobertos de ignorância de miopia ideológica e que espalham mensagens de ódio, de medo, de supremacias de raças, de desprezo pelas pessoas e que assim tentam promover a construção de muros neste nosso mundo.-----

----- As mensagens desta natureza extremista com a missão provocar danos na nossa história e nossa democracia, não contam com qualquer compreensão por parte do CDS e por isso são para nós condenáveis.-----

----- Apesar de não estarmos totalmente de acordo, com aquilo que foi a declaração oral do Senhor Deputado Paulo Muacho, concordamos sem dúvida alguma, com a deliberação apresentada aqui neste voto e, portanto, obviamente, que vamos votar favoravelmente.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputado.-----

----- Tem a palavra o Senhor Deputado Manuel Laje e prepara o Senhor Deputado José Inácio Faria.-----

----- Senhor Deputado Manuel Lage, o Partido Socialista, que a informação que tenho dispõe de nove minutos.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Inácio Faria (MPT),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Secretário, eu não vou falar neste ponto só na proposta 186, está bem!” -

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Senhor Secretário, era só para referir, que eu já várias vezes referi a subscrição deste voto, mas eu não me lembro de ter sido referido pela Mesa.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito bem, regista-se a subscrição pelo PAN”.-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Já registei.-----

----- O Senhor Deputado Manuel Lage, pode intervir, por favor.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Manuel Lage (PS),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Secretário, o PS naturalmente, associa-se à condenação e à vandalização com mensagens racistas de escolas e também ao Centro de Acolhimento para Refugiados da Bobadela, e nós associamo-nos aquilo que já ficou aqui expresso, nas anteriores intervenções dos colegas das outras bancadas.-----

----- E naturalmente, o PS vota favoravelmente pela questão de princípio que está associada a este voto de condenação, naturalmente, o princípio contra o racismo,

contra qualquer questão xenófoba está na matriz ideológica do PS e de qualquer democrata.-----

----- Mas este voto, também, indicia quase que estamos no verão, e quase que estamos no verão, Senhor Presidente, porque não fora a Escola Eça de Queirós, este voto poder-se-ia aplicar ao concelho de Loures.-----

----- Bem, a verdade é que estamos verdadeiramente no verão, estamos no verão e a época balnear, Senhor Presidente, já abriu, já abriu, e a praia, apesar das recomendações, está aberta, e isso nós temos verificado, temos verificado algumas ondas, alguns surfistas a tentar apanhar umas ondas, uns *sound bytes*, curiosamente esperávamos hoje aqui o maior surfista da cidade de Lisboa desde ontem. Mas não! ---

----- Nós temos visto nas diversas reuniões da Conferência de Representantes, nas diversas reuniões da Assembleia Municipal, onde o assunto, da pandemia, da covid-19, do coronavírus ter sido muito debatido, e pasme-se!-----

----- A atuação da Câmara Municipal tem sido largamente elogiada, e não é que, hoje abrimos os jornais, e lá vemos na crista da onda, o senhor líder da bancada do PPD vir pedir a demissão do Senhor Presidente da Câmara e hoje aqui não aparecer!-----

----- Bem, só pode ser por efetivamente estarmos no verão, e estamos a aproximar-nos da *silly season*.-----

----- Uma pessoa que nunca criticou a atuação da Câmara, uma pessoa que aqui sempre deu os parabéns, que aqui elogiou a ação da Câmara, que aqui apresentou propostas medidas que foram aprovadas e implementadas pela Câmara Municipal, e no entanto no dia em que fala à comunicação social demite-se de se apresentar aqui hoje! Como deu jeito certamente este *sound byte* para uma campanha eleitoral interna dentro do PPD.-----

----- Mas a verdade é que não nos esquecemos, e não nos podemos esquecer que as *roulottes* em Santos lá estão nos arraias proibidos pela Câmara de Lisboa, mas que a Freguesia da Estrela quis organizar ao arrefio daquilo que são as normas sanitárias.---

----- E portanto, Senhor Presidente dizer que, e voltando ao voto de condenação que o PS apoia, condenamos, naturalmente, tudo aquilo que são as afirmações e as atitudes racistas, xenófobas e também, naturalmente, aquilo que são as afirmações demagógicas que não podem ter outra intenção senão, aliás, aquilo que já nos habitou o PPD nesta casa em vir dizer uma coisa de manhã e fazer outra à tarde e, por isso, naturalmente, nós vamos aprovar o voto aqui apresentado pelos Senhores Deputados Independentes e repudiar todo outro tipo de atuação.-----

----- Muito obrigado, Senhor Presidente.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.-----

----- A Deputada Ana Mateus pretende interpelar a Mesa, faça favor.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Mateus (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

-----“Muito obrigada.-----

---- Eu antes de mais, eu não consegui perceber esta intervenção que eu percebi de

maneira ardilosa, que o Senhor Deputado Manuel Lage, aproveitou-se e aproveitou-se e considero inconcebível de um voto e estar a chamar à atenção de uma coisa que o líder de bancada, independentemente, de estar a favor do que quer que seja, tem todo o direito de propor aquilo que ele entender neste momento, ele não deixa de congratular aquilo está congratulado e aquilo que é para congratular, agora como é óbvio tem o direito de fazer o que quer. E eu lamento a atitude do Senhor Deputado Manuel Lage, de se estar a aproveitar de um voto, de um voto que ainda por cima tão importante como é o racismo, e estar-se a utilizar deste voto para estar a atacar o Deputado Luís Newton é só para dizer isto.-----

----- Obrigada.-----

----- E devia retirar todas as palavras que acabou de dizer! Não tem nada a ver com o voto!”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Não se trata propriamente uma interpelação à Mesa, uma vez que a Mesa não tem qualquer possibilidade de intervir nas intervenções do Senhor Deputado.-----

----- Deputado Rodrigo Mello Gonçalves, por favor.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rodrigo Mello Gonçalves (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito boa tarde a todos.-----

----- Gostaria apenas de referir que votarei favoravelmente este voto, não haja qualquer dúvida sobre o facto de o racismo ter que merecer a condenação, ainda que não me reveja na intervenção que foi feita pelo proponente e nos seus considerandos em matéria daquilo que é o ensino da História no ensino português, mas, apesar disso e porque o racismo merece ser condenado votarei favoravelmente, e remeto esta minha intervenção como declaração de voto para este ponto.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.-----

----- Senhor Presidente, não tenho mais inscrições, para este ponto.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Vamos passar à votação, então.”-----

----- Vamos passar à votação do **Voto n.º 111/02 (IND PM e PG)**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, dos Deputado (as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, Paulo Muacho, Raul Santos, Miguel Graça, Rodrigo Brito, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. O **Voto n.º 111/02 (IND PM e PG)** foi aprovado **por unanimidade**.-----

----- **(Ausência do Deputado Municipal Independente José Alberto Franco nesta votação)** -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a

seguinte intervenção:-----

----- “ Portanto, o voto foi aprovado por unanimidade, eu congratulo-me pessoalmente o facto de ter havido essa unanimidade na aprovação deste voto.”-----

----- **PONTO 4 - APRECIACÃO DO VOTO 111/03 (PCP) – VOTO DE PROTESTO - DESOCUPAÇÃO COERCIVA NA FREGUESIA DE ARROIOS, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO ART.º 15º, DO REGIMENTO; GRELHA BASE - 37 MINUTOS E 30 SEGUNDOS**-----

----- (O Voto de Protesto nº 111/03 fica anexado à presente ata como Anexo XX e dela faz parte integrante) -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Vamos passar ao voto seguinte, Voto n.º 111/03 do PCP, “Voto de Protesto – Desocupação coerciva na freguesia de Arroios”, portanto, passo ao Senhor Primeiro Secretário António Avelãs, para a condução dos trabalhos.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Tenho as inscrições para este ponto e, portanto, se faltar alguém é questão de se quiser, dos Deputados: Graziela Simões, Cláudia Madeira, Diogo Moura, Manuel Lage, Paulo Muacho e Teresa Craveiro.-----

----- Senhora Deputada Graciela Simões, e prepare a Senhora Deputada Cláudia Madeira.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Graciela Simões (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente, Secretários, Deputados, Vereadores e público que voltou após este interregno, muito boa tarde e votos da saúde para todos.-----

----- O PCP pretende apresentar um voto de protesto sobre a desocupação coerciva realizada na Freguesia de Arroios. Tratou-se de uma desocupação de um espaço em que estava a ser prestado apoio a pessoas sem-abrigo. feito de uma forma cuja legalidade muita dúvida levanta. -----

--- Poderá parecer que o assunto está ultrapassado, é verdade, mas não está ultrapassada a matéria que está na sua génese.-----

----- E aqui trata-se de uma situação em que o Pelouro dos Direitos Sociais não conseguiu dar resposta nem apoio a esta situação, quando a Câmara já tinha conhecimento da sua existência, e portanto, também ficámos a saber pelo Senhor Vereador dos Direitos Sociais que os problemas apesar de serem sistematicamente apresentados à Câmara as respostas às situações não são em função das necessidades.-

----- Por outro lado, a Câmara considera que não tem aqui responsabilidades, dado que tem gasto muitos milhões de euros, nesta problemática dos direitos sociais.-----

----- Perante esta problemática e uma certa desconexão, gostaria e um problema da profundidade como é a dos sem-abrigo, situação essa que não estamos a ver que se vá reduzir a sua amplitude dado que muitos dos desempregados e com redução drástica dos seus rendimentos irão aumentar o número dos sem-abrigo, apesar das muitas ações desenvolvidas gostaríamos de questionar, de que forma a Câmara e o Pelouro

dos Direitos Sociais tem respondido ainda em articulação a esta intervenção nesta área.-----

----- Consideramos que, para além da necessidade de uma identificação sistemática e pró-ativa dos problemas, falta uma coordenação entre as várias entidades, assim como a avaliação do tipo das respostas encontradas, porque quando se pede resultados é difícil nós encontrarmos ou então encontramos sistematicamente, sempre os mesmos, para confirmar esta situação, por exemplo, na Freguesia de Arroios, há tanta falta de comunicação, que a Presidente de Junta desta mesma Freguesia, não tinha conhecimento daquilo que se estava a passar.-----

----- Portanto, consideramos que falta reconhecer a existência de um problema de coordenação e de comunicação, e sem isto, sem este reconhecimento, as medidas continuam a ser ineficazes e insuficientes, consideramos que a ação deve ser proactiva e não reativa de forma a ser evitadas situações idênticas àquelas que temos vivenciado e que provavelmente se poderão vir a repetir.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhora Deputada.-----

----- Tem a palavra a Senhora Deputada do PEV, Cláudia Madeira e prepara o Deputado Diogo Moura.-----

----- A Senhora Deputada Cláudia Madeira, tem três minutos, por favor.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Sim, muito obrigada.-----

----- A propósito do voto de protesto apresentado pelo PCP sobre a desocupação coerciva na Freguesia de Arroios, “Os Verdes” tiveram oportunidade de, no imediato, entregar um requerimento pois considerámos fundamental que a Câmara Municipal de Lisboa esclarecesse alguns aspetos.-----

----- Desde logo, a *Seara* – Centro de Apoio Mútuo de Santa Bárbara que ocupou o infantário abandonado e o transformou num centro de apoio a pessoas carenciadas, incluindo em situação de sem-abrigo, afirmou ter dado informação sobre essa ocupação à Câmara e à PSP, entidades de onde não surgiu, aparentemente, nenhuma resposta, pelo menos até ao dia em que se concretizou essa desocupação.-----

----- Depois há também alguma informação que é tornada pública através das redes sociais, como se fosse possível empurrar as responsabilidades desta forma sem se resolver os problemas urgentes.-----

----- Em situações desta natureza “Os Verdes” sempre rejeitaram qualquer tipo de aproveitamento e continuamos a defender que é preciso dar respostas concretas aos problemas das pessoas.-----

----- Se há eventuais divergências ou mal-entendidos entre membros do executivo, isso não se pode refletir na vida das pessoas que devem poder contar com a Câmara. Se há quem não tenha qualquer tipo de responsabilidade são as pessoas que precisam de ajuda e que se viram sem alternativa.-----

----- Depois, e não ignorando as medidas que a Câmara Municipal tem vindo a

desenvolver para as pessoas em situação de sem-abrigo, nem descurando o papel das Comissões desta Assembleia Municipal e os esclarecimentos aí prestados pelo Senhor Vereador, este episódio vem evidenciar que as respostas para salvaguardar o direito à habitação e os direitos sociais ainda não são as suficientes e que há ainda muito por garantir neste campo.-----

----- É positivo que se tenham encontrado soluções, pelo menos para já, para as pessoas que se encontravam alojadas no centro, mas ninguém pode negar que é preciso uma resposta mais robusta ao problema de falta de habitação que atinge de forma muito grave a cidade de Lisboa.-----

----- Perante esta situação de ocupação e posterior desocupação, principalmente numa fase tão delicada como a que vivemos atualmente, é preciso olhar para a forma como a autarquia tem respondido e articulado a sua intervenção nesta área e nesse sentido, votaremos a favor deste voto que nos é apresentado pelo PCP.-----

----- Obrigado.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputada.-----

----- Senhor Deputado Diogo Moura do CDS tem a palavra, e prepara o Deputado Manuel Lage.-----

----- Senhor Deputado Diogo Moura tem três minutos, por favor.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Secretário.-----

----- O CDS gostaria de intervir neste voto, como já aqui foi dito ontem tivemos o a oportunidade de ouvir o Senhor Vereador em sede da Comissão de Direitos Sociais, para podermos aprofundar aquilo que tem sido as afirmações públicas, nomeadamente, por parte da Câmara através do Senhor Vereador, e queria esclarecer em primeiro lugar, o seguinte.-----

----- Independentemente de termos tido um grupo informal que tinha um objetivo social nesta ocupação, ocupação que obviamente, não é de enaltecer, mas o cariz social deste apoio até poderá ser, nunca poderemos defender aquilo que é um atentado à propriedade privada, o que ali aconteceu é ilegal e o que ali aconteceu em termos de ocupação é de resto inconstitucional.-----

----- Houve coisas que não correram bem, aliás, houve desrespeito contra as forças de segurança, houve provavelmente abusos por parte da empresa de segurança privada que estão a ser aferido pela PSP, portanto, isto diz respeito às entidades criminais e não a esta Assembleia Municipal e, portanto, temos que ir aos factos políticos e há aquilo que é a posição da Câmara, e o CDS entende que a Câmara através do Vereador Manuel Grilo, através do Pelouro dos Direitos Sociais tiveram mal neste caso. E porquê?-----

----- Ontem percebemos aquilo que já tínhamos apercebido pelas declarações do Senhor Vereador seja no *facebook* seja, aos órgãos de comunicação social.-----

----- O Senhor Vereador diz que se deve acarinhar este tipo de intervenção

comunitária, é a favor deste tipo de ocupação, independentemente de saber se é legal ou não, numa dessas intervenções diz, que não sabia que esta intervenção e esta ocupação era ilegal, e portanto, acha que a Câmara, e ele é um responsável camarário, faz parte do executivo, diz que devem ser acarinhadas e devem ser apoiadas e, portanto, ficamos a perceber também que desde o dia 9 de maio, o Senhor Vereador e a Câmara Municipal de Lisboa sabiam desta situação. Não foram ao local verificar se estas pessoas tinham o mínimo de dignidade humana e que drama social ali se estava a dar, ou seja, não sabia as condições de salubridade e de habitabilidade daquelas pessoas num edifício ocupado, e também não o quis saber.-----

----- Tanto, que não quis, que a partir do dia 8, vinte e quatro horas depois, no dia 9 de junho, conseguiu encontrar uma solução, portanto, ficou claro que a Câmara através do Vereador Manuel Grilo sabia da situação a um mês, e decidiu nada fazer e se o fez como houve um despejo, o que a nós não nos parece normal nem aceitável.-----

----- Nós concordamos com o PCP para terminar, que o Pelouro dos Direitos Sociais devia ter feito algo diferente do que fez, devia ter agido quando soube desta operação, devia ter aferido as condições e o drama social que ali estava a acontecer, mas não, preferiu relegar aquilo que é sua obrigação enquanto responsável do Pelouro dos Direitos Sociais de aplicação do plano de prevenção às pessoas em situação de sem-abrigo e esperar que um dia acontecesse alguma coisa como foi o caso da ocupação, que poderia ter sido algo muito mais grave.-----

----- Contudo, nós não vamos votar a favor deste voto, vamos votar contra porque mais uma vez, o PCP, além daquilo que nos levanta sobre a questão social e a necessidade de encontrar respostas e a verdade, a Câmara tem nesse caminho que ainda falta fazer muito, falta como ontem vimos equipamentos para dar resposta ao maior número de pessoas em situação sem-abrigo, mas, obviamente, que não podemos acompanhar porque mais uma vez, o PCP já não só aqui, mas também na comunicação social parece que concorda com o ataque à propriedade privada e ocupação de propriedade privada e, portanto, jamais poderíamos acompanhar este voto.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.-----

----- Tem a palavra o Senhor Deputado Manuel Lage, do Partido Socialista, e prepara o Senhor Deputado Paulo Mucho.-----

----- Senhor Deputado Manuel Lage, tem três minutos, por favor.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Manuel Lage (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Secretário.-----

----- De facto, este assunto, este tema, é um tema que está na ordem do dia, ainda ontem ouvimos o Senhor Vereador na 6ª Comissão, portanto, este é um tema que voltará aqui ao plenário.-----

----- A questão do PS não é para nós, não é nesta altura, apropriado, digamos, termos

esta discussão quando temos uma Comissão da Assembleia a ouvir os Vereadores, quando temos uma Comissão da Assembleia a trabalhar afincadamente sobre este trabalho, aliás, onde o PCP teve uma participação muito relevante, agora a verdade é que continuamos a ter dúvidas, e por isso, não podemos acompanhar, dúvidas sobre as posições do PCP, porque não nos fica claro como, aliás, já ficou aqui expresso, não fica claro que o PCP apoie às forças de segurança no trabalho que desenvolveram na rua naquele dia 8 de junho, não fica claro para nós se o PCP apoia ou não a ocupação da propriedade privada ou se defende por e simplesmente que, por haver um prédio devoluto, ele possa ser ocupado, porque a verdade e o que está aqui por trás, é o que é que acontece às pessoas que estão à espera de casa nas listas de espera de casa algum tempo, e este é um assunto importante que nós temos que abordar também em sede de Comissão, e não é aqui em três minutos que nenhuma força política discuta este assunto com seriedade.-----

----- Portanto, Senhores Deputados, nós continuamos a dizer e continuamos a propor que este assunto seja amplamente debatido em sede de Comissão e depois possam então as forças políticas vir a exprimir, depois de debatida em sede de Comissão trazemos aqui recomendações à Câmara Municipal, mas que não estejamos pressionados com os três minutos, dois minutos, e possamos ter um debate profícuo e não isto que aqui estamos a fazer, que é olhando o relógio dizendo quanto tempo, temos para discutir e perceber as pessoas sem-abrigo, ou as pessoas sem-abrigo.-----

----- Nós ontem vimos, e os Senhores Deputado, nós ontem vimos que dentro daquela casa, não havia pessoas efetivamente, de Lisboa, não havia pessoas sem-abrigo, porque na verdade, verificou-se que eram seis pessoas que não eram sem-abrigo eram pessoas não nacionais, eram pessoas que estavam em situação de não estarem legalizadas em Portugal, e foram alojados no dia seguinte pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, portanto, esta questão da ausência de resposta, e, portanto, ausência de resposta por parte da Câmara, nós não podemos discutir isto desta forma leviana, rapidamente, porque isto é um assunto demasiado sério para a cidade e para as pessoas na cidade, é preciso que cada pessoa, e que todos percebam as posições de cada um e aquilo que está a ser feito. Porque a Câmara já gastou milhões de euros sobre este assunto, e é preciso perceber o que é que cada um de nós e cada força política está a fazer e o que cada um defende, e por isso naturalmente, o PS votará contra como já votou na Câmara e não acompanhará o PCP, no entanto, recomendamos e sugerimos que voltemos a discutir e continuamos a discutir este assunto em sede da 6ª Comissão onde, aliás, o PCP continua a ser muito bem-vindo, e aliás, todos os partidos políticos e forças políticas com assento nesta Assembleia, para aí sim, continuarmos o trabalho em prole da cidade de Lisboa.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.-----

----- Tem a palavra o Senhor Deputado Paulo Muacho, e prepara a Deputada Teresa Craveiro.-----

----- Senhor Deputado Paulo Muacho, tem um minuto, por favor.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Muacho (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Secretário.-----

----- Bom, nós votaremos a favor deste voto de protesto, pela desocupação forçada do Seara e pela falta de respostas da Câmara às pessoas em situação de sem-abrigo, nós consideramos que esta situação é grave, vem-se juntar a um rol de outras situações que envolvem o Pelouro dos Direitos Sociais, e que nós consideramos preocupantes.--

----- A ação dos proprietários e dos seguranças na forma como se tentaram fazer a desocupação foi claramente ilegal e desproporcionada e brutal, e, portanto, nós também esperamos que daí, venham as devidas consequências judiciais, mas a verdade é que aqui o falhanço inicial é da Câmara Municipal.-----

----- Falhou nas respostas de que devia dar às pessoas em situação de sem-abrigo, o que obrigou a este grupo a recorrer a esta situação, uma situação de desespero. Falhou depois na identificação dos perigos, que este edifício trazia, por ser um edifício que se encontrava devoluto e que poderia até ter posto em causa a vida das pessoas que lá dentro se encontravam e também em dar o devido apoio a esta iniciativa da comunidade, que o Senhor Vereador manifestou esse apoio, e por fim, falhou também no nosso entender muito pessoalmente, o Senhor Vereador do Bloco de Esquerda na sua tentativa de aproveitamento político de toda esta situação, que foi rápido a acorrer ao local no dia da desocupação, mas que tem sido muito lento a dar aquilo que consideramos ser as respostas necessárias e que teriam permitido evitar toda esta situação.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.-----

----- Tem a palavra a Senhora Deputada Teresa Craveiro, e prepara o Senhor Deputado Ricardo Moreira.-----

----- Deputada Teresa Craveiro, tem três minutos, por favor.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Teresa Craveiro (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Portanto, nós queríamos clarificar que somos efetivamente contra a forma como se efetuou a desocupação coerciva desta ocupação, mas, no entanto, de todo achamos que não podem os sem-abrigo ocupar efetivamente, edifícios de propriedade privada e, portanto, algo muda a partir do dia 9 com esta situação criada, era óbvio, que teria que imediatamente encontrar-se uma solução, se são refugiados ou são ilegais, e não passado um mês, porque efetivamente, é para isso que existe um plano municipal na pessoa dos sem-abrigo, é para isso que existem o NAL (Núcleo de Apoio Local) é para isso que existem ações. E o planeamento não é efetivamente um capricho, o planeamento e para se integrar, e para se poder verificar até com criatividade, como é que se pode responder a estas situações, portanto, faltou um trabalho de campo, faltou uma articulação e, nomeadamente, penso que não basta a matéria dos centros de

acolhimento é preciso encontrar uma diversificação de algumas ações, nomeadamente, havia apartamentos partilhados, dados pelo Pelouro da Habitação para o Pelouro dos Direitos Sociais, quatro, no qual ontem soubemos que havia um ocupado, faltam três, e simultaneamente, também há todo o projeto de *Housing First* portanto, se estávamos com esta premência, era preciso trabalhar pela unidade de missão, isto também levantava a questão, não basta criar permanentemente novas estruturas na Câmara, é preciso pô-las a funcionar e vigiarem no campo e no território, o que é que vai acontecendo estas permanências, porque estávamos em plena pandemia.-----

----- Muito obrigada.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada.-----

----- Tem a palavra o Senhor Deputado Ricardo Moreira do Bloco de Esquerda, e prepara o Deputado Rui Costa.-----

----- Deputado Ricardo Moreira, tem três minutos, por favor.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Moreira (BE)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado.-----

----- Apenas assinalar que no voto do PCP era sobre a falta de resposta da Câmara Municipal de Lisboa, mas depois da audição do Vereador, ontem, a Senhora Deputada Graziela Simões hoje já vem dizer que é apenas um problema de coordenação, compreendo o embaraço devo dizer.-----

----- Devo dizer que compreendo o embaraço, porque esta associação, a Seara ocupou, de facto, um prédio, mobilizou-se para apoiar quem mais precisa, um prédio que estava devoluto, um prédio que foi vendido em 2018 por 1 milhão de euros, fazendo 700.000 em mais-valias pelos Inválidos do Comércio, à *Spark Capital*, creio que conhece bem o processo e, por isso não direi mais nada sobre isso.-----

----- E de facto, têm chegado centenas de pessoas às ruas da cidade de Lisboa nas últimas semanas, fruto da crise pandémica e o Executivo no seu todo, a rede social, os parceiros da rede social e as Juntas de Freguesia têm dado uma resposta inédita, como nunca aconteceu na cidade de Lisboa. E devo dizer que têm chegado pessoas às ruas da cidade de Lisboa que não são típicas pessoas da população sem-abrigo, mas que estão nessa situação neste momento, por causa da crise pandémica, devo dizer, aliás, que chegam pessoas de concelhos vizinhos, como Loures, como o Seixal, como Moita, aliás, já chegaram pessoas de Beja, esclareceu o Senhor Vereador e, por isso, eu porque eu gostaria de dar os parabéns à Câmara Municipal naquilo que tem feito na área social, a toda a Câmara Municipal não estou a falar do Pelouro dos Direitos Sociais a Câmara Municipal tem-se mobilizado para o combate aos problemas desta crise pandémica como não há memória na sua história, mas, de facto, o Senhor Vereador já esclareceu, mas os Senhores Deputados do PCP ainda não conhecem e, por isso, eu anotei para que soubessem.-----

----- Foram abertos quatro equipamentos de emergência onde estão 220 pessoas em

situação de sem-abrigo, mais de 500 terão passado por lá, esses equipamentos estão no Casal Vistoso, na Pousada da Juventude do Parque das Nações, no Clube Nacional de Natação, na Casa do Lago, numa resposta apenas para mulheres, há horários de apoio à empregabilidade, à alimentação, rastreio, comida, acesso a cuidados de higiene, respostas de saúde, com uma unidade de consumo assistido, rastreios tuberculose, VIH, hepatites virais, apoio aos consumos de álcool, seguimento na área da saúde mental, e programas, assembleias em que as próprias pessoas ajudam a fazer a gestão do espaço e sobre dúvidas, e sobre como é que tem sido a resposta, de novo, a Câmara Municipal de Lisboa com a ação que tem feito, com a ação conjunta que tem feito de todo o executivo, tem sido um esforço enorme para o qual o Governo, por exemplo, não tem participado por isso, a Câmara Municipal de Lisboa está a fazer as vezes do Governo, várias vezes abriu um programa de *Housing First* que tem numa primeira fase mais de cem *Housing First*, quarenta e sete pessoas já foram colocadas e foi aprovado outros duzentos *Housing First* que estão em fase de concurso público.---

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.-----

----- Tem a palavra o Senhor Deputado Rui Costa prepara de Rodrigo Mello Gonçalves.-----

----- O Senhor Deputado Rui Costa, tem trinta segundos, por favor.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado.-----

----- Sendo telegráfico, exprimir a minha preocupação pela utilização de serviços de segurança privada e pela auto tutela de direitos neste cenário, condenar igualmente a ocupação ilegal, e a apelar, ao Partido Comunista Português para que este voto seja discutido num outro momento, até porque julgo que teremos muito a ganhar em aprofundar o debate na 6ª Comissão onde não estive, mas que os conteúdos já referi, porque esta é uma matéria muito séria.-----

----- Finalmente, só esclarecer que o Senhor Deputado Manuel Lage deve ter tido um *lapsus linguae* ao referir-se às pessoas que não são de cá e que têm ou não têm direitos, a nossa Constituição aprovada em boa hora pelo PS, prevê iguais direitos até para os estrangeiros do que para os nacionais, eu que às vezes, temos estes lapsos de memória, que não dignificou muito-----

----- É só.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.-----

----- Deputado Rodrigo Mello Gonçalves, por favor.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rodrigo Mello Gonçalves (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Secretário, Senhor Presidente, Senhores Deputados. ----

----- Votarei contra este voto do PCP, porque o voto é completamente omisso na origem do problema, e na origem do problema está uma ocupação, está uma ilegalidade, está um ataque ao direito de propriedade na cidade de Lisboa, e por isso só podia votar contra, não podemos, substituir a terra a quem a trabalha dos anos 70 pelo prédio a quem ocupa nos anos dois mil.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.”-----

----- E agora tenho aqui uma questão que gostava de esclarecer, eu tenho dois pedidos de intervenção para a resposta a intervenções, do Deputado Manuel Lage e da Deputada Graziela Simões.-----

----- A Deputada Graziela Simões, uma vez que o ponto é apresentado pelo PCP terá sempre o direito para encerrar o debate, não sei, portanto se quer usar já da palavra pediu antes do Manuel Vaz ou se prefere encerrar o debate?”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Graziela Simões (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Não, pode falar o Deputado Manuel Lage.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Deputado Manuel Lage, por favor.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Manuel Lage (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Secretário.”-----

----- Senhor Deputado Rui Costa, a questão aqui foi única e exclusivamente para demonstrar que o conceito de sem-abrigo, e o facto de ter uma nova realidade com a qual nós temos cada vez mais confrontados, não se trata e, aliás, o Senhor Deputado Ricardo Moreira, que falou logo a seguir a mim, teve oportunidade de inclusivamente ir mais longe e dizer de onde é que vinham as pessoas de que estamos a falar e, portanto, há aqui uma realidade que é importante que nós também estejamos bem esclarecidos, sobre de onde é que veem estas pessoas ou seja, é claro que nós temos que dar apoio a todos aqueles que procuram Lisboa, não é isso que está em causa Senhor Deputado (...) (*impercetível*) nós aceitamos cá toda a gente, agora há uma diferença muito grande é nós percebermos que estes sem-abrigo que agora são sem-abrigo em Lisboa não são originais de Lisboa e acabaram por vir para Lisboa.-----

----- Portanto, há aqui que perceber esta realidade, que é uma nova realidade de pessoas que vieram agora para Lisboa e, portanto, não era um sem-abrigo há um ano em Lisboa, não era um sem-abrigo há um mês ou há dois meses ou há quatro meses em Lisboa, isto é uma realidade de nova na qual nós estamos confrontados, foi só nesta medida que eu citei as pessoas que não eram nacionais portuguesas, estão em situação ilegal em Portugal e não encaixam num perfil de sem-abrigo que está definido na Lei é só por aí.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.-----
----- Neste momento, penso que devo dar a palavra à Câmara Municipal se a quiser
usar para que depois a Deputada Graciela Simões encerre o debate.-----
----- A Câmara Municipal pretende usar da palavra?-----
----- Tem três minutos para isso.”-----
----- **O Senhor Vice-Presidente, João Paulo Saraiva**, no uso da palavra fez a
seguinte intervenção:-----
----- “Senhor Secretário.-----
----- Penso que, pelo que me é dado a conhecer as questões que foram levantadas hoje
foram respondidas pelo Senhor Vereador, ontem na Comissão e, portanto, eu não
tenho mais informação do que aquela que o Senhor Vereador ontem, deu aos
Senhores Deputados.-----
----- Muito obrigado.”-----
----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a
seguinte intervenção:-----
----- “Muito obrigado, Senhor Vice-Presidente.-----
----- Deputada Graziela Simões, tem a palavra para encerrar o debate e para usar o
direito de resposta que pretendeu.”-----
----- **A Senhora Deputada Municipal Graciela Simões (PCP)**, no uso da palavra fez
a seguinte intervenção:-----
----- “Mais uma vez, boa tarde.-----
----- O PCP nunca defendeu e nem nunca dissemos que apoiávamos ocupações
ilegais, nem ocupar propriedade privada, ninguém ouviu dizer que defendíamos esta
ocupação, o que nós falámos aqui foi da forma como foi feita a desocupação e não
ocupação. E se a ocupação existiu é porque houve falta das respostas para as situações
que levaram àquela ocupação, portanto, não vale a pena tentar desviar a atenção do
real problema dos sem-abrigo digam o que disserem.-----
----- Estas são pessoas, sejam eles nacionais ou não, eles são sem-abrigo na cidade de
Lisboa, também, só falta dizer que estes estrangeiros vieram dos concelhos limítrofes,
foi lamentável, provavelmente foi um esquecimento ou lapso que os Senhores
Deputados mencionaram os concelhos de onde vieram os sem-abrigo tenham incluído
Beja, esqueceram-se que Beja, portanto, está fora daquela rota que vocês queriam
incluir, portanto, repito, não somos apoiantes de ocupações ilegais, mas não podemos
também ser apoiantes da forma como foi feita a desocupação.-----
----- E aquilo que nós não referimos aqui foi uma desocupação ilegal de formas, de
formas coercivas, e que não estavam de acordo com aquilo que nós preconizamos, e
porquê? Porque na base desta ocupação está a falta de respostas tem que ser dadas,
sejam a estrangeiros, sejam nacionais, são sem-abrigo.-----
----- Diga a Câmara, o que disser que tem desenvolvido muitas ações, não dissemos o
contrário, também não dissemos o contrário que o Senhor Vereador dos Direitos
Sociais, também deu algumas indicações do muito que tinha feito, mas o muito que
está a ser feito, não é de acordo com as necessidades, é aqui que nós queremos
reforçar a nossa ação, portanto, digam o que disserem o problema existe, vai continuar

a existir, as respostas não existem e, portanto, esta situação é para discutir hoje, amanhã, e depois provavelmente, porque o problema vai-se agravar, digam o que disserem, desfaçam o desvio que quiserem da situação, mas o problema existe e foi este que nós quisemos reforçar a forma como foi feita a desocupação e não a ocupação e na base da ocupação estava um problema que é preciso resolver.-----

----- Boa tarde.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada.-----

----- Senhor Deputado Ricardo Moreira, quer me dizer qual foi o erro que a Mesa cometeu para ser interpelada?”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Moreira (BE)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Não, agradecia apenas, muito obrigado, agradecia apenas que tendo em conta que a Senhora Deputada do PCP diz, que apesar de tudo aquilo que a Câmara Municipal tem dito, diga o que disserem, repetiu várias vezes, gostaria que a Mesa pudesse enviar o relatório da Câmara Municipal, sobre as ações sociais, tudo aquilo que tem feito, para que a Senhora Deputada possa conhecer, que até agora não foi capaz.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Isso não é uma interpelação, é um pedido à Mesa, a interpelação é quando se tem que reconhecer o erro e tem que ser corrigido.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Graciela Simões (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Não é necessário, Senhor Deputado Ricardo Moreira, porque eu conheço as ações, já as li.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Senhor Presidente, não tenho mais inscrições.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito bem, vamos passar à votação.”-----

----- Vamos passar à votação do **Voto n.º 111/03 (PCP)**. Votos contra: PS, PSD, CDS-PP, BE, PPM e do Deputado Municipal Independente Rodrigo Mello Gonçalves, abstenção: PAN, MPT e dos Deputados Municipais Independentes: Raul Santos e Rui Costa, votos a favor: PCP, PEV e dos Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Paulo Muacho, Rodrigo Brito e Teresa Craveiro. **O Voto n.º 111/03 (PCP) foi rejeitado.**-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito bem, este voto n.º 111/03 do PCP, voto de protesto desocupação coerciva

da freguesia de Arroios, foi rejeitado por maioria.-----
----- Vamos passar às declarações de voto orais, se faz favor de dar a palavra.”-----
----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----
----- “Não, tenho a certeza se são escritas, se são orais.-----
----- São todas escritas?-----
----- **O Senhor Deputado Municipal Raul Santos (IND)** apresentou, posteriormente, a seguinte **Declaração de Voto**:-----
----- “*Voto 111/03 (PCP) – Voto de Protesto - Desocupação coerciva na freguesia de Arroios.*-----
----- *O PCP propõe “Repudiar a acção desenvolvida, na desocupação coerciva levada a cabo na freguesia de Arroios, no Seara - Centro de Apoio Mútuo de Santa Bárbara e a falta de respostas sociais adequadas da Câmara Municipal de Lisboa para o encaminhamento destas pessoas em situação de sem-abrigo”.*-----
----- *Repudiar a acção desenvolvida não é o mesmo que repudiar a violência, embora a inclua, e por isso me abstenho, porque não posso concordar com uma ocupação ilegal que o PCP, com esta forma subtil de escrita, parece procurar legitimar. A ocupação foi ilegítima e ilegal, a desocupação foi legítima; o que não foi correcto foi a forma como foi levada a cabo, por privados e de forma violenta.*-----
----- *Lisboa 2-07-2020*-----
----- *DM (IND) Raul Santos”*-----
----- (O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (IND) não entregou posteriormente a sua Declaração de Voto).-----
----- **PONTO 5. APRECIACÃO DA PROPOSTA 186/CM/2020 - PERMUTA DOS PRÉDIOS MUNICIPAIS SITOS NA RUA DE SANTA CRUZ DO CASTELO, 70 A 74 ("PÁTIO DA PASCÁCIA"), RUA DAS FONTAINHAS, 22, 22-A E 24 E RUA DA GUIA, 17 A 21, POR PARCELAS DE TERRENOS PARTICULARES, SITAS NA “VÁRZEA DE CIMA”, AMEIXOEIRA, DA SIMOSAN – SOCIEDADE IMOBILIÁRIA SANTOS, LDA., NECESSÁRIAS À CONCRETIZAÇÃO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA SISTEMÁTICA DE SANTA CLARA, NOS TERMOS DA PROPOSTA, E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA CCC), DO N.º 1, DO ARTIGO 33., E NA ALÍNEA I), DO N.º 1, DO ARTIGO 25.º, DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA REDAÇÃO ATUAL; GRELHA-BASE- 37 MINUTOS E 30 SEGUNDOS;**-----
----- (A Proposta nº 186/CM/2020 fica anexada à presente Ata, como Anexo XXI e dela faz parte integrante) -----
----- **PARECER DA 1ª COMISSÃO PERMANENTE;**-----

----- (O **Parecer da 1ª Comissão Permanente** relativa à **Proposta 186/CM/2020** fica anexado à presente Ata, como **Anexo XXII** e dela faz parte integrante) -----

----- **RECOMENDAÇÃO 111/01 (1ª CP)**;-----

----- (A **Recomendação nº 111/01** relativa à **Proposta 186/CM/2020** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XXIII** e dela faz parte integrante) -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Vamos passar ao ponto 5, portanto, Proposta n.º 186/CM/2020, “Permuta de prédios municipais sitos, na Rua Santa Cruz do Castelo, 70 a 74, “pátio da Pascácia”, por terrenos particulares, sitas na “Várzea de Cima”, Ameixoeira, SIMOSAN, Sociedade Imobiliária Santos, Lda, necessárias à concretização da Operação de Reabilitação Urbana Sistemática de Santa Clara, portanto, não sei se a Câmara quer apresentar e há um relatório do Senhor Deputado Manuel Lage.-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “A Câmara quer apresentar a proposta?”-----

----- **O Senhor Vice-Presidente, João Paulo Saraiva**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Penso são autoexplicativas, e, portanto, também em função das questões que forem colocadas, eu reagirei.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Vice-Presidente.-----

----- Pergunto ao Senhor Deputado Manuel Lage, relator do parecer se quer apresentar o parecer?”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Manuel Lage (PS)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente, muito obrigado.-----

----- Relativamente à apresentação de parecer, o parecer, é autoexplicativo, aliás, como a própria proposta, sucede que o parecer, traz consigo, uma recomendação.-----

----- A recomendação que nós fizemos em sede de Comissão e que foi, aliás, aprovada por unanimidade, consta da recomendação de que a Câmara proceda à publicação do regulamento o mais rapidamente possível, sucede que chegou ao meu conhecimento chegaram, aliás, dois factos ao meu conhecimento.-----

----- O primeiro, é que, é a Assembleia que proceda à publicação do documento no Boletim Municipal, o segundo é de que essa publicação será feita, já foi mandada

fazer hoje, e que salvo melhor opinião a aprovação da recomendação que feita pela 1ª Comissão quando a publicação é feita amanhã, parece-me um bocadinho extemporânea, e por isso cairíamos aqui numa, enfim, eu não queria utilizar ridículo, mas não ficaríamos bem na fotografia, propor-nos ou recomendarmos que a Câmara que não tem competência para publicar um documento no Boletim Municipal, e sendo nós a fazê-lo, e estando ele já feito quando lá chegar a recomendação, portanto, eu proporia à Câmara, isto é, ao plenário da Assembleia que pudéssemos retirar esta recomendação, tendo em conta que própria a publicação será feita amanhã.-----

----- No entanto, aproveitava para perguntar ao Senhor Presidente da Assembleia, se esta informação que obtive, se de facto se confirma, quer por âmbito, ou seja, quer porque quem pública, quer se a indicação para a publicação já foi de facto dada.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Deputado Manuel Lage, eu como tive oportunidade de esclarecer na Conferência de Representantes na passada semana, portanto, iria mandar para a publicação ontem, o que aconteceu, dentro das competências da Mesa a quem compete mandar publicar a redação final do diploma, o Regulamento do Património, portanto, assim, ontem o fiz, depois de o comunicar à Conferência de Representantes, e ele será publicado hoje em boletim especial de forma a poder ainda entrar em vigor o mais rapidamente possível, portanto, amanhã em princípio, estou convencido que neste momento, que será publicado ainda hoje.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Bom, assim sendo, eu não sei Senhor Presidente, ajude-me aqui, o que é que devo fazer à recomendação do Deputado Manuel Lage.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “O Senhor Deputado Manuel Lage, propôs a hipótese de ela, digamos ter perdido a oportunidade, digamos assim, o interesse era mais que legítimo, portanto, mas isso cabe, portanto à Mesa, tanto faz, uma coisa ou outra, naturalmente, e sendo que se essa for a votação, a Mesa, como é parte nisso, não tomará parte nessa votação.-----

----- Mas eu penso que o Senhor Deputado Manuel Lage, saberá melhor como Relator digamos, avaliar essa circunstância, mas penso que realmente o que ele diz faz algum sentido.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Manuel Lage (PS)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Eu como Relator não posso retirar uma recomendação, que não é minha, é da Comissão.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Deputado, também não vale a pena complicar, se ninguém pode retirar votasse pura e simplesmente, a Mesa é que não participará na votação, porque tem competência para a redação final e, portanto, não pode votar.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Portanto, votasse a Recomendação, para que seja retirado da ordem de trabalhos deste ponto, é isso?”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “O Relator não pode retirá-la, portanto, votasse pura e simplesmente.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Muito bem.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “A Mesa é que se abstém porque nós somos a parte...”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Muito bem, tenho quatro inscrições: Deputados Miguel Coelho, José Inácio Faria, Rodrigo Mello Gonçalves e Rui Costa.-----

----- O Deputado Miguel Coelho, por favor, tem três minutos.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Manuel Lage (PS)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Primeiro Secretário, o Deputado Miguel Coelho, prescinde.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Muito bem.-----

----- Deputado José Inácio Faria, por favor, tem três minutos.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Faria (MPT)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Secretário.-----

----- Senhor Presidente, Senhor Vice-Presidente, Caros Vereadores, Caros Colegas.---

----- A proposta em análise visa a permuta de três imóveis do universo municipal por

parcelas de terrenos particulares, necessária para a concretização da Operação de Reabilitação Urbana Sistemática de Santa Clara.-----

----- A Freguesia de Santa Clara tem sido, ao longo das últimas décadas, uma zona negligenciada da cidade de Lisboa, sendo neste momento a única do concelho de Lisboa que viu o estado de calamidade prolongado, de um total de 19 em toda a Área Metropolitana de Lisboa.-----

----- Quem lá vive diz sentir-se esquecido pelo executivo camarário que há muito prometeu a estes munícipes um centro de saúde e uma esquadra.-----

----- Mas estas não são as únicas carências patentes nesta Freguesia cujo núcleo histórico se encontra degradado e onde o quotidiano dos seus fregueses é marcado por um sentimento de isolamento devido à escassez de serviços e equipamentos desportivos e culturais, potenciado por uma fraca ligação ao resto da cidade e uma malha urbana desordenada e desconexa.-----

----- O Partido da Terra, MPT considera urgente que seja levada a cabo uma reabilitação profunda na freguesia de Santa Clara que permita acabar com as “*ilhas de pobreza*” neste território e que promova a sua valorização patrimonial e funcional e, por isso mesmo, tem apoiado sempre as iniciativas que chegam a esta Assembleia Municipal com o objetivo da sua reabilitação Urbana Sistemática.-----

----- Não podemos, contudo, deixar de elencar as dúvidas que nos suscita este processo de expropriação que hoje debatemos:-----

----- E assim, o executivo propõe que, pela expropriação de uma parcela de 7.540 metros quadrados, formada por três prédios rústicos sitos na “Várzea de Cima”, Ameixoeira, a entidade proprietária, a SIMOSAN – Sociedade Imobiliária Santos, Lda., seja indemnizada através da cedência de três prédios municipais situados na zona histórica de Lisboa.-----

----- Atento ao diferencial de valorização patrimonial dos prédios a permutar, a proposta prevê ainda o pagamento de um milhão e oitenta mil euros à SIMOSAN no ato de Escritura de Expropriação Amigável.-----

----- A alínea x) refere que os prédios municipais a permutar, e cito “*não reúnem condições para utilização no âmbito das necessidades próprias do Município, designadamente para o programa público de renda acessível*”.-----

----- E a questão que coloco é: porque não?-----

----- Considerando que o surto de coronavírus, ao fazer colapsar o alojamento local e ao transformar o centro histórico de Lisboa num deserto, mostrou à evidência a necessidade imperiosa de devolver Lisboa aos lisboetas, será legítimo questionar por que motivo prefere o executivo abdicar de três prédios que poderiam ajudar a colmatar a carência de habitação com rendas acessíveis neste local.-----

----- A alínea y) da proposta, por outro lado, pretende demonstrar que estes critérios de indemnização visam “*reduzir o esforço financeiro que o Município teria de suportar se tivesse de pagar a totalidade da verba estimada pelo perito da lista oficial*”, isto é, cerca de 3 milhões e 197 mil euros.-----

----- Ou seja, para poupar este montante de indemnização o executivo propõe ceder três prédios municipais que poderiam ser estratégicos para colmatar os problemas habitacionais da cidade e ainda pagar o diferencial de valorização patrimonial no valor de um milhão e oitenta mil euros.-----

----- Estamos conscientes do grave impacto da pandemia da perda de receitas para os cofres camarários, mas entendemos que este tipo de alienações não salvaguardam os interesses dos lisboetas e, por estes motivos, não poderemos acompanhar a proposta em apreciação.-----

----- Muito obrigado!”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.-----

----- O Senhor Deputado Sobreda Antunes, chamou a atenção para uma gralha existente, quanto à data de parecer, portanto fica aqui a chamada de atenção, para quem de direito.-----

----- Tem a palavra o Senhor Deputado Rodrigo Mello Gonçalves, que dispõe também da cedência de tempo do PPM, portanto, três minutos e meio.-----

----- Deputado Rodrigo Mello Gonçalves, por favor, e prepara o Deputado Rui Costa.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rodrigo Mello Gonçalves (IND)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente.-----

----- Senhores Deputados, relativamente a esta proposta eu gostaria de pedir um esclarecimento à Câmara, porque, aquando da audição do Senhor Vice- Presidente e do Senhor Diretor Municipal do Património, em momento, algum foi referido que um destes prédios, designadamente o prédio na Rua de Santa Cruz pertencia a uma coletividade neste caso, o Grupo Excursionista do Castelo, que ia ter que abandonar em 94, supostamente sob a promessa da Câmara, e teve que abandonar o edifício estava degradado, sob compromisso da Câmara de voltar para lá uma vez reabilitado o edifício.-----

----- Ora passados estes anos, todo o edifício continua devoluto e toda esta matéria foi omissa na apresentação feita na 1ª Comissão e, portanto, eu gostaria de ouvir a Câmara sobre esta questão desta coletividade centenária do Castelo e da sua sede

também.-----
----- Muito obrigado.”-----
----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----
----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.-----
----- Tem a palavra o Senhor Deputado Rui Costa, trinta segundos, e prepara o Deputado Diogo Moura.”-----
----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (IND)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----
----- “Muito obrigado, Senhor Presidente.-----
----- Sinteticamente, para anunciar que votarei contra a proposta, por entender que, no âmbito de um processo expropriativo, este tipo de soluções de composição, com trocas e de permutas, não é para mim, a melhor forma de defender o interesse público, a melhor forma de defender os primeiros interesses públicos, seria ou a preservação do património municipal, ou havendo necessidade colocar no mercado, a sua colocação em mercado aberto, a exemplo do que aconteceu recentemente a crítica que fiz recentemente sobre uma proposta de idêntica natureza, e portanto, serve já de declaração de voto, a intervenção oral que faço sobre a matéria.-----
----- Muito obrigado.”-----
----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----
----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.-----
----- Tem a palavra Senhor Deputado Diogo Moura, três minutos por favor.”-----
----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----
----- “Senhor Secretário, eu não me inscrevi, era um pedido de palavra à Mesa por causa da votação da recomendação, mas já escrevi aqui na conversa, portanto, não é para intervenção.-----
----- Obrigado.”-----
----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----
----- “Peço desculpa, pensava que era para uma intervenção.-----
----- Bom então aqui, mas temos que tomar uma decisão, porque o que o Senhor Deputado Diogo Moura propõe, é que a Mesa pode colocar e estou a ler “à votação do plenário a não votação da mesma.”-----
----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----
----- “Senhores Deputados, eu penso que é mais prático votar a recomendação pura e simplesmente, e portanto, os Senhores Deputados votarão como acharem o que é

melhor, a recomendação, acho que ninguém tem competência para retirar a recomendação, e portanto, mas é melhor se entenderem a Mesa nesta matéria deve-se abster, não deve ter muita opinião.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “De qualquer modo, neste momento, daria a palavra à Câmara Municipal de Lisboa, se a quiser usar?”-----

----- **O Senhor Vice-Presidente, João Paulo Saraiva**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Sim, Senhor Secretário, muito obrigado.-----

----- Só para dizer, duas coisas.-----

----- Uma que a questão do Grupo Excursionista do Castelo, eu penso que estará resolvida, é uma questão que vem e 94 não apareceu a que não seja agora, nem sei se esta entidade ainda existe, e já agora o património não era da entidade o património era da Câmara Municipal de Lisboa, e certamente no património municipal encontraremos outras carreiras, se já não está encontrado outras localizações para esta mesma entidade, mas a resposta ao Deputado José Inácio Faria, que aliás, eu penso que vale para aqui para muitas outras circunstâncias.-----

----- Quando nós estamos a fazer uma permuta, bem já agora também sobre a permuta, deixem-me dizer que para fazer esta permuta, seguiu-se exatamente aquilo que são os critérios que estão definidos no regulamento há pouco aprovado, que, aliás, eram prática do Município sobre avaliações de imóveis há bastante tempo e, portanto, estamos a seguir exatamente aquilo que são as regras que este Município aprovou por proposta da Câmara e por deliberação da Assembleia Municipal.-----

----- Mas dizia eu, porque é que neste caso, porque é que se optou por estes edifícios, não são edifícios rentabilizáveis do ponto de vista daquilo que é política, nomeadamente e, por exemplo, da habitação do Município.-----

----- Senhores Deputados, a mim parece-me evidente, que cada momento tem que se olhar para o património e para as situações, de cada uma das frações que estão em causa do imobiliário municipal e fazer uma avaliação entre o que é que custa intervir naquele espaço, versus, as habitações que vão ser construídas com essa intervenção e com esse custo.-----

----- E avaliar quais são as soluções alternativas com custos idênticos versus aquilo que é a o resultado final, eu atrevia-me a dizer que é evidente, que pelo menos para mim é evidente, que o Município de Lisboa tem que fazer uma gestão do seu património, que olhando para ele verifica que, de facto, aquela venda é uma mais-valia relativamente, àquilo que é o objetivo final, que é ter mais fogos para entregar a munícipes de Lisboa e, portanto, se for essa, e se for uma abordagem vantajosa, como, aliás, deve ter sido esse o raciocínio digo eu, que fez com que uma parte significativa dos Senhores Deputados tenha votado a favor da alienação dos terrenos de Entrecampos. Porquê? Porque com aquela alienação, o Município tinha um conjunto de mais-valias, e teve um conjunto de mais-valias, que lhe permitem fazer um conjunto de intervenções que se fosse ele a construir naquele espaço, certamente, teria

o resultado final muito inferior naquilo que é o objetivo de ter o máximo de habitações possíveis para entregar os munícipes, em vez de fazer naquele local uma qualquer construção, a custos metro quadrado completamente desequilibrados.-----

----- E esta avaliação que tem que ser feita em cada momento, esta lógica, não chega, só por se ter um determinado espaço, não é naquele espaço que se vai construir, muitas vezes é melhor para os munícipes, e a esmagadora maioria das vezes alienar alguns dos espaço, para depois construir noutra sítio, a custos de metro quadrado bastante inferiores, mas conseguindo construir, em vez de cinco, cinquenta fogos, é essa a lógica.-----

----- Muito obrigada.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Vice-Presidente.-----

----- Embora de uma forma extemporânea, o Senhor Deputado Manuel Laje, pediu a palavra.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Manuel Laje (PS)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Sim, muito obrigado, Senhor Secretário.-----

----- Eu pedi a palavra, porque eu concordo neste caso com a sugestão do Senhor Deputado Diogo Moura, e portanto, eu creio que ninguém está em desacordo com o retirarmos a recomendação da 1ª Comissão, e portanto, Senhor Presidente, eu acho que nos poupava a todos de pôr a Assembleia a votar contra a si mesma, ou a abster-se ou a aprovarmos uma recomendação que é inócua, não fará qualquer sentido e, portanto, nenhum de nós, Senhor Presidente quer votar uma recomendação que não faz sentido, e, portanto, Senhor Presidente se colocasse à votação, em vez da recomendação, se colocar à votação a retirada ou não da votação da recomendação.”--

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Assim, se fará Senhor Deputado, tendo sido requerido, assim se fará.-----

----- Muito bem, vamos primeiro votar a proposta e depois votaremos essa questão, de qualquer forma será votada depois.”-----

----- Vamos passar à votação da **Proposta n.º 186/CM/2020**. Votos contra: PSD, CDS-PP, BE, PPM e dos Deputados Municipais Independentes Rodrigo Mello Gonçalves e Rui Costa, abstenção: PCP, PAN, PEV, MPT e dos Deputados Municipais Independentes Paulo Muacho, Raul Santos e Rodrigo Brito, votos a favor: PS e dos Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, e Teresa Craveiro. **A Proposta n.º 186/CM/2020 foi aprovada por maioria**.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito bem, portanto, a Proposta nº 186/CM/2020 foi aprovada por maioria. -----

----- Vamos agora votar a proposta, de não se votar a Recomendação.”-----

----- Neste ponto, e na sequência do requerido por alguns deputados municipais, a Mesa submeteu a votação do Plenário uma proposta oral no sentido de ser retirada da ordem de trabalhos a Recomendação nº 111/01 (1ª CP) resultante do Relatório da 1ª Comissão Permanente relativo à Proposta 186/CM/2020, pelo facto da mesma carecer de oportunidade. A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Portanto, a Assembleia, por unanimidade, já não se justificava estar a votar a recomendação, portanto não está sujeita a votação.”-----

----- **O Grupo Municipal do CDS-PP** apresentou, oralmente, a seguinte **Declaração de Voto**:-----

----- “Senhor Presidente, porque não tivemos oportunidade de fazer a intervenção, dizer que o CDS votou contra, por muito daquilo que foram algumas intervenções de outros Deputados Municipais, ou seja, a aprovação de uma ORU (Operação de Reabilitação Urbana) constituí uma causa de utilidade pública para expropriação urgente de imóveis, o que a Câmara fez neste processo, foi a vez de existir este ato de expropriação de terrenos contidos na ORU de Santa Clara fez um acordo com uma empresa para plantar três prédios no centro histórico, na antiga Freguesia do Castelo, agora Santa Maria Maior e na proposta, além daquilo que foi dito hoje pelo Senhor Vice-Presidente, na proposta, nada é dito porque é que estes imóveis não servem para a renda acessível, e portanto, não foi dada qualquer justificação de plausível.-----

----- A questão de que os poucos metros quadrados que existem desde imóvel, dos números, 70 a 74 para que não haja renda acessível no centro histórico, contraria aquilo que o Senhor Presidente da Câmara tem vindo a dizer ao longo dos anos, é preciso repovoar o centro, e que é preciso aproveitar todas as oportunidades, prioritariamente daquilo que são imóveis do património e do universo municipal, para efetivamente, criar oferta de renda acessível no centro da cidade de Lisboa.-----

----- Nós estamos a falar de zonas muito consolidadas a morfologia não nos deixa que haja uma construção de várias frações, mas para se fazer cumprir este desígnio que haja população que aceda a custos acessíveis e que possa viver no histórico da cidade, efetivamente, nós consideramos que devem ser aproveitadas todas as oportunidades, nomeadamente, naquilo que diz respeito ao património municipal e daí que nós temos votado contra.-----

----- Muito obrigado”-----

----- **7. APRECIACÃO DA PROPOSTA 362/CM/2020 - CONTRATO DE DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE LISBOA E A FREGUESIA DA AJUDA - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO SOCIO-TERRITORIAL INTEGRADO DA AJUDA, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ARTIGO 23.º, NA ALÍNEA K) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º, DO ARTIGO 116.º E SEQUINTE, TODOS DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA REDACÇÃO ATUAL; GRELHA BASE - 37 MINUTOS E 30**

SEGUNDOS-----

----- (A **Proposta n.º 362/CM/2020** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XXIV** e dela faz parte integrante) -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado.-----

----- Portanto, não vamos passar, ao ponto 6, porque foi pedido o adiamento pela Câmara, vamos passar ao ponto 7, Proposta n.º 362/CM/2020, “Contrato de delegação de competências, celebrado entre o Município de Lisboa e a Freguesia da Ajuda-Programa de Desenvolvimento Socio-Territorial Integrado da Ajuda.-----

----- Portanto, peço ao Senhor Primeiro Secretário, que conduza os trabalhos, de qualquer forma, eu queria também desde já, chamar a atenção dos Senhores Deputado, que conforme foi comunicado, nesta proposta tem alguns erros materiais, que já foram comunicados aos Senhores Deputados.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente.-----

----- Pergunto à Câmara Municipal se quer apresentar a proposta?”-----

----- **O Senhor Vice-Presidente, João Paulo Saraiva**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente, dado o adiantado da hora, eu penso que ela é autoexplicativa, podemos somente responder às perguntas colocadas.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Vice-Presidente.-----

----- Senhor Presidente, não tenho inscrições.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Nesse caso, passaremos à votação.”-----

----- Vamos passar à votação da **Proposta n.º 362/CM/2020**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, dos Deputado (as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco, Paulo Muacho, Raul Santos, Miguel Graça, Rodrigo Brito, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. A **Proposta n.º 362/CM/2020** foi aprovada **por unanimidade**.-----

----- **Com as necessárias correções dos erros materiais abaixo transcritos:** -----

----- **Na proposta 362/CM/2020** -----

----- **No corpo introdutório da parte deliberativa:** -----

----- **Onde consta:** -----

----- (...) "*artigo 23.º, da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º, da alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º, do artigo 116.º e seguintes da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e publicados em anexo I à mesma lei:*"(...); -----

----- **Deve constar:** -----

----- (...) "artigo 23.º, da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º, da alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º, do artigo 116.º e seguintes do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:" (...). -----

----- **Na parte deliberativa, último parágrafo:** -----

----- **Onde consta:** -----

----- (...) "Rubrica Económica 04.05.01.01.02 "(...); -----

----- **Deve constar:** -----

----- (...) "Rubrica Económica D04.05.01.01.02 "(...).-----

----- **Onde consta:** -----

----- (...) "Os cabimentos encontram-se em anexo "(...); -----

----- **Deve constar:** -----

----- (...) "O cabimento encontra-se em anexo "(...); -----

----- **Na segunda página do Anexo IV:** -----

----- **Onde consta:** -----

----- (...) "Rubrica Económica 04.05.01.01.02 "(...);-----

----- **Deve constar:** (...) "Rubrica Económica D04.05.01.01.02 "(...).-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Não vamos passar ao ponto 8, não, porque hoje não temos as condições para fazer ainda a votação por voto secreto, estamos a diligenciar no sentido na próxima sessão haver possibilidade de fazer a votação, digamos, utilizando estes meios, mas por voto secreto, portanto, hoje não podemos proceder à eleição do fiscal único da EGEAC, não foi possível montar isso para hoje.”-----

----- **PONTO 9. APRECIACÃO CONJUNTA DAS SEGUINTE PROPOSTAS DE ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL, COM A CONSEQUENTE REPARTIÇÃO DE ENCARGOS; 2 X GRELHA BASE – 1 HORA E 15 MINUTOS**-----

----- **PONTO 9.1. APRECIACÃO DO PONTO 6 DA PARTE DELIBERATIVA DA PROPOSTA 309/CM/2020 – ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS, COM A CONSEQUENTE REPARTIÇÃO DE ENCARGOS, PARA OS ANOS DE 2021, 2022 E 2023, NO ÂMBITO DA “AQUISIÇÃO DO SERVIÇO MÓVEL TERRESTRE”, AUTORIZAÇÃO PARA QUE, SEM ULTRAPASSAR O MONTANTE GLOBAL INDICADO NEM O ANO DO TERMO DO CONTRATO, SE POSSAM FAZER AJUSTAMENTOS AOS VALORES ANUAIS PREVISTOS EM FUNÇÃO DOS CONSUMOS QUE EFETIVAMENTE OCORRAM OU DOS SERVIÇOS QUE EFETIVAMENTE SEJAM PRESTADOS, E AINDA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA CONSEQUENTES E FUTURAS ASSUNÇÕES DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS, EM RELAÇÃO AOS MESMOS ANOS ECONÓMICOS, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO Nº 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO E NO ARTIGO 22.º DO DECRETO-LEI N.º 197/99, DE 8 DE JUNHO**-----

----- (O Ponto 6 da Parte Deliberativa da Proposta nº 309/CM/2020 fica anexado à

presente Ata, como Anexo XXV e dela faz parte integrante) -----

----- PONTO 9.2. APRECIACÃO DA PROPOSTA 310/CM/2020 - ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL, COM A CONSEQUENTE REPARTIÇÃO DE ENCARGOS, PARA OS ANOS DE 2020 E 2021, NO ÂMBITO DA “AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA DIVERSOS EDIFÍCIOS DO MUNICÍPIO DE LISBOA” E AUTORIZAÇÃO PARA QUE, SEM ULTRAPASSAR O MONTANTE GLOBAL INDICADO OU O ANO DO TERMO DOS CONTRATOS, SE POSSAM FAZER ALTERAÇÕES AOS VALORES ANUAIS PREVISTOS, EM FUNÇÃO DA EFETIVA EXECUÇÃO FINANCEIRA, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO E NO ARTIGO 22.º DO DECRETO-LEI N.º 197/99, DE 8 DE JUNHO-----

----- (A Proposta nº 310/CM/2020 fica anexado à presente Ata, como Anexo XXVI e dela faz parte integrante) -----

----- PONTO 9.3. APRECIACÃO DA PROPOSTA 315/CM/2020 - ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL, COM A CONSEQUENTE REPARTIÇÃO DE ENCARGOS, PARA OS ANOS DE 2020 A 2023, NO ÂMBITO DA “AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE INSPEÇÃO PERIÓDICA E REINSPECCÃO DE ASCENSORES, MONTA-CARGAS, ESCADAS MECÂNICAS E TAPETES ROLANTES”, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO COM O ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO E NO ARTIGO 12.º DO DECRETO-LEI N.º 127/2012, DE 21 DE JUNHO-----

----- (A Proposta nº 315/CM/2020 fica anexado à presente Ata, como Anexo XXVII e dela faz parte integrante) -----

----- PONTO 9.4. APRECIACÃO DOS PONTOS 6 E 7 DA PARTE DELIBERATIVA DA PROPOSTA 316/CM/2020 - ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL, COM A CONSEQUENTE REPARTIÇÃO DE ENCARGOS, PARA OS ANOS 2020, 2021 E 2022, NO ÂMBITO DA EMPREITADA DE “REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO E EDIFICADO DA VILA ROMÃO, RUA PROFESSOR SOUSA DA CÂMARA, 1-10 E 140-148, CAMPOLIDE” E AUTORIZAÇÃO PARA QUE, SEM ULTRAPASSAR O MONTANTE GLOBAL INDICADO DA PRESENTE PRESTAÇÃO, SE POSSA PROCEDER A AJUSTAMENTOS AOS VALORES ANUAIS PREVISTOS, SEMPRE QUE TAL SE REVELE ADEQUADO, EM FACE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA QUE SE VIER A VERIFICAR, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO E NO ARTIGO 12.º DO DECRETO-LEI N.º 127/2012, DE 21 DE JUNHO;-----

----- (Os Pontos 6 e 7 da parte deliberativa da Proposta nº 316/CM/2020 fica anexado à presente Ata, como Anexo XXVIII e dela faz parte integrante) -----

----- **PONTO 9.5. APRECIACÃO DA PROPOSTA 319/CM/2020 – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL E DA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS PARA OS ANOS DE 2020, 2021 E 2022 E 2023, NO ÂMBITO DO PROCEDIMENTO PARA “AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE DADOS PARA A MONITORIZAÇÃO DE PARÂMETROS AMBIENTAIS DE LISBOA”, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ARTIGO 24.º, DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA REDAÇÃO ATUAL, NOS N.ºS 1 E 6 DO ARTIGO 22.º DO DECRETO-LEI N.º 197/99, DE 8 DE JUNHO, E NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º, DA LEI Nº 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, NA REDAÇÃO ATUAL;** -----

----- (A Proposta nº 319/CM/2020 fica anexado à presente Ata, como Anexo XXIX e dela faz parte integrante).-----

----- **PONTO 9.6. APRECIACÃO DA PROPOSTA 321/CM/2020 - ALTERAÇÃO À REPARTIÇÃO DE ENCARGOS, PARA OS ANOS DE 2019 A 2022, E AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ALTERAÇÃO DA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PARA O ANO DE 2023, NO ÂMBITO DA ADJUDICAÇÃO DO PROCEDIMENTO POR CONCURSO PARA “AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE REPARAÇÃO DE SUSPENSÕES EM VIATURAS DA FROTA MUNICIPAL”, AUTORIZANDO AINDA A QUE, SEM ULTRAPASSAR OS LIMITES DO MONTANTE GLOBAL INDICADO NEM O ANO DO TERMO DO CONTRATO, SE POSSAM FAZER AJUSTAMENTOS AOS VALORES ANUAIS PREVISTOS, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ARTIGO 24.º DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL, NOS N.ºS 1 E 6 DO ARTIGO 22.º DO DECRETO-LEI N.º 197/99, DE 8 DE JUNHO, E DA ALÍNEA C) DO Nº1 DO ARTIGO 6º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL;**-----

----- (A Proposta nº 321/CM/2020 fica anexado à presente Ata, como Anexo XXX e dela faz parte integrante) -----

----- **PONTO 9.7. APRECIACÃO DO PONTO 1 DA PARTE DELIBERATIVA DA PROPOSTA 331/CM/2020 - ALTERAÇÃO DA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS, PARA OS ANOS ECONÓMICOS DE 2020, 2021 E 2022, REFERENTE AO CONCURSO PARA APOIO A PROJETOS DE PROMOÇÃO DO SUCESSO EDUCATIVO - “FAZER**

ACONTECER”, NO ÂMBITO DO PROGRAMA MUNICIPAL “SECUNDÁRIO PARA TODOS”, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ARTIGO 24.º DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA REDAÇÃO ATUAL, E NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, NA REDAÇÃO ATUAL;

----- (A apreciação do ponto 1 da parte deliberativa da Proposta nº 331/CM/2020 fica anexado à presente Ata, como Anexo XXXI e dela faz parte integrante) -----

PONTO 9.8. APRECIACÃO DA PROPOSTA 357/CM/2020 – ALTERAÇÃO À REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E À AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS, PARA OS ANOS ECONÓMICOS 2020, 2021, 2022 E 2023, RELATIVOS AO PROCEDIMENTO PARA “AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E TRABALHOS DE REABILITAÇÃO DOS ESPAÇOS VERDES DE AJUDA-ALCÂNTARA, AO ABRIGO DO ACORDO-QUADRO”, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ARTIGO 24.º E NO N.º 1, DO ARTIGO 6.º, DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NOS N.ºS 1 E 6, DO ARTIGO 22.º, DO DECRETO-LEI N.º 197/99, DE 8 DE JUNHO, E NA ALÍNEA C), DO N.º 1, DO ARTIGO 6.º, DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, NA REDAÇÃO ATUAL;-----

----- (A Proposta nº 357/CM/2020 fica anexado à presente Ata, como Anexo XXXII e dela faz parte integrante) -----

PONTO 9.9. APRECIACÃO DOS PONTOS 4 E 5 DA PARTE DELIBERATIVA DA PROPOSTA 358/CM/2020 – ALTERAÇÃO À ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL, COM A CONSEQUENTE REPARTIÇÃO DE ENCARGOS, PARA OS ANOS DE 2020 A 2022, NO ÂMBITO DA ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA DE “REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO DE UTILIZAÇÃO PÚBLICA DO BAIRRO SÃO JOÃO DE BRITO, ALVALADE” E AUTORIZAÇÃO PARA QUE, SEM ULTRAPASSAR O MONTANTE GLOBAL INDICADO DA PRESENTE PRESTAÇÃO, SE POSSA PROCEDER A AJUSTAMENTOS AOS VALORES ANUAIS PREVISTOS, SEMPRE QUE TAL SE REVELE ADEQUADO, EM FACE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA QUE SE VIER A VERIFICAR, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, NA REDAÇÃO ATUAL, E NO ARTIGO 12.º DO DECRETO-LEI N.º 127/2012, DE 21 DE JUNHO.-----

----- (A apreciação dos pontos 4 e 5 da parte deliberativa da Proposta nº

358/CM/2020 fica anexado à presente Ata, como **Anexo XXXIII** e dela faz parte integrante)-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Vamos passar ao ponto 9, apreciação conjunta das seguintes propostas de assunção de compromisso plurianual, com a conseqüente repartição de encargos, somos as propostas constantes, no ponto 9.1. ponto 6 da parte deliberativa da proposta de 309/CM/2020, o ponto 9.2, proposta 310/CM/2020, ponto 9.3, proposta 315/CM/2020, ponto 9.4, ponto 6 e 7 da parte deliberativa da proposta 316/CM/2020.

----- São este conjunto de propostas, de assunção de compromisso plurianual que estamos a neste momento a discutir. -----

----- Portanto, peço, ao Senhor Primeiro Secretário António Avelãs, para continuar os trabalhos.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário António Avelãs**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Pergunto à Câmara, se quer apresentar estas propostas ou algumas destas propostas, ou todas as propostas?” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente, João Paulo Saraiva**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Secretário, pois elas são autoexplicativas, e dado o avançado da hora, depois terei todo o gosto em responder a alguma dúvida que ainda subsista.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário António Avelãs**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Vice-Presidente.-----

----- Senhor Presidente, não tenho inscrições para nenhuma destas questões.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Então passaremos à votação, uma a uma.-----

----- Chamava a atenção, que elas têm erros materiais que já foram comunicados, e portanto, tendo em conta essas correções desses erros materiais.-----

----- Vamos passar à votação **do ponto 6 da parte deliberativa da Proposta n.º 309/CM/2020**. Não há votos contra, abstenção do PSD, PAN, votos a favor: PS, CDS-PP, PCP, BE, PEV, MPT, PPM e dos Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Paulo Muacho, Raul Santos, Rodrigo Brito, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. **O ponto 6 da parte deliberativa da Proposta n.º 309/CM/2020 foi aprovado por maioria.** -----

----- **Com a necessária correção dos erros materiais abaixo transcritos:** -----

----- **Na proposta 309/CM/2020** -----

----- **No considerando XVII:** -----

----- **Onde consta:** -----
 ----- (...) " *Cabimento n.º 5320011006*; "(...);-----
 ----- **Deve constar:** -----
 ----- (...) "*Cabimento n.º 5320011006, em anexo à presente proposta e que dela faz parte integrante (código do plano: extraplano; orgânica: 10008; económica: D.02.02.09)*";"(...). -----
 ----- **No considerando XXI:** -----
 ----- **Onde consta:** -----
 ----- (...) "*conforme o disposto nas alíneas f) e dd) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013*, "(...);-----
 ----- **Deve constar:** -----
 ----- (...) "*conforme o disposto nas alíneas f) e dd) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013*, "(...). -----
 ----- **Na parte deliberativa:** -----
 ----- **Ponto 1:** -----
 ----- **Onde consta:** -----
 ----- (...) "*no valor de € 474.972,99 (quatrocentos e setenta e quatro mil, novecentos e setenta e dois euros e noventa e nove cêntimos)*, "(...); -----
 ----- **Deve constar:** -----
 ----- (...) "*no valor de € 474.973,00 (quatrocentos e setenta e quatro mil, novecentos e setenta e três euros)*, "(...). -----
 ----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
 ----- “Vamos passar à votação da **Proposta n.º 310/CM/2020**. Não há votos contra, abstenção do PSD, BE, PAN, votos a favor: PS, CDS-PP, PCP, PEV, MPT, PPM e dos Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Paulo Muacho, Raul Santos, Rodrigo Brito, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. A **Proposta n.º 310/CM/2020** foi **aprovada por maioria**. -----
 ----- Vamos passar à votação da **Proposta n.º 315/CM/2020**. Não há votos contra, abstenção do PSD, votos a favor: PS, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM e dos Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Paulo Muacho, Raul Santos, Rodrigo Brito, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. A **Proposta n.º 315/CM/2020** foi **aprovada por maioria**. -----
 ----- **Com as necessárias correções dos erros materiais abaixo transcritos:** -----
 ----- **Na proposta 315/CM/2020** -----
 ----- **No considerando III:** -----
 ----- **Onde consta:** -----
 ----- (...) "*a assegurar nos seguintes montantes*: "(...); -----
 ----- **Deve constar:** -----
 ----- (...) "*a assegurar nos seguintes montantes (cfr. documento de cabimento plurianual n.º 5320009835, em anexo à presente proposta, considerado nos seguintes*

códigos: Ação do Plano: 40717; Orgânica 10035; Económica: D.02.02.20): "(...) ----
 ---- **No considerando V.** -----
 ---- **Onde consta:** -----
 ---- (...) "e, ainda, da alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013," (...); -----
 ---- **Deve constar:** -----
 ---- (...) "e, ainda, da alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I Lei n.º 75/2013," (...).-----
 ---- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----
 ---- "Vamos passar à votação dos **pontos 6 e 7 da parte deliberativa da Proposta n.º 316/CM/2020**. Não há votos contra, abstenção do PSD, PAN, votos a favor: PS, CDS-PP, PCP, BE, PEV, MPT, PPM e dos Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Paulo Muacho, Raul Santos, Rodrigo Brito, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. Os **pontos 6 e 7 da parte deliberativa da Proposta n.º 316/CM/2020** foram **aprovados por maioria**. -----
 ---- **Com a necessária correção do erro material abaixo transcrito:** -----
 ---- **Na proposta 316/CM/2020** -----
 ---- **No considerando XVII:** -----
 ---- **Onde consta:** -----
 ---- (...) "e da alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013," (...); -----
 ---- **Deve constar:** -----
 ---- (...) "e da alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013," (...). --
 ---- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----
 ---- Vamos passar à votação da **Proposta n.º 319/CM/2020**. Não há votos contra, abstenção do PSD, PAN, votos a favor: PS, CDS-PP, PCP, BE, PEV, MPT, PPM e dos Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Paulo Muacho, Raul Santos, Rodrigo Brito, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. A **Proposta n.º 319/CM/2020** foi **aprovada por maioria**. -----
 ---- **Com as necessárias correções dos erros materiais abaixo transcritos:** -----
 ---- **Na proposta 319/CM/2020** -----
 ---- **Na alínea d):** -----
 ---- **Onde consta:** -----
 ---- (...) " EUR 349.500,00 (trezentos e quarenta e nove mil e novecentos euros) " (...);-----
 ---- **Deve constar:** -----
 ---- (...) "EUR 349.500,00 (trezentos e quarenta e nove mil e quinhentos euros)" (...).-----
 ---- **Na parte deliberativa:** -----
 ---- **No primeiro parágrafo:** -----
 ---- **Onde consta:** -----
 ---- (...) "ambos da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e dos n.ºs 1 e 6, do artigo 22.º

do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, bem como a emissão da autorização prévia a da assunção de compromisso em relação aos mesmos anos económicos, nos termos da alínea c) do"(...); -----

----- **Deve constar:** -----

----- (...) "ambos do Anexo I da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e dos n.ºs 1 e 6, do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, na sua redação atual, bem como a emissão da autorização prévia a da assunção de compromisso em relação aos mesmos anos económicos, nos termos da alínea b) do artigo 3º e alínea c) do"(...). ----

----- **No último parágrafo:** -----

----- **Onde consta:** -----

----- (...) "do Plano Plurianual de Investimentos 2019-2022, cumprindo com a Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro relativa à "(...); -----

----- **Deve constar:** -----

----- (...) "do Plano Plurianual de Investimentos 2019-2022, cumprindo com a Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação actual, relativa à " (...).-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- "A Proposta n.º 319/CM/2020, com a devida correção dos erros materiais está aprovada por maioria.-----

----- Vamos passar à Proposta n.º 321, também, houve correção dos erros materiais."--

----- Vamos passar à votação da **Proposta n.º 321/CM/2020**. Não há votos contra, abstenção do PAN, votos a favor PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PEV, MPT, PPM e dos Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Paulo Muacho, Raul Santos, Rodrigo Brito, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. A **Proposta n.º 321/CM/2020** foi **aprovada por maioria**.-----

----- **Com a necessária correção do erro material abaixo transcrito:** -----

----- **Na proposta 321/CM/2020** -----

----- **Na parte deliberativa:** -----

----- **Onde consta:** -----

----- (...) "nos termos da alínea c) do nº1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, (...) "; -----

----- **Deve constar:** -----

----- (...) " nos termos da alínea b) do artigo 3º e da alínea c) do nº1 do artigo 6º ambos da Lei n.º 8/2012, (...)".-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- "Vamos passar à seguinte proposta."-----

----- Vamos passar à votação **do ponto 1 da parte deliberativa da Proposta n.º 331/CM/2020**. Não há votos contra, abstenção do PSD, CDS-PP, MPT, votos a favor: PS, PCP, BE, PAN, PEV, PPM e dos Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Paulo Muacho, Raul Santos, Rodrigo Brito, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. O **ponto 1 da parte deliberativa da Proposta n.º 331/CM/2020** foi

aprovado por maioria.-----

----- **Com a necessária correção dos erros materiais abaixo transcritos:** -----

----- **Na proposta 331/CM/2020** -----

----- **No segundo considerando:** -----

----- **Onde consta:** -----

----- (...) " no âmbito do Programa Municipal “ Secundário para todos”; "(...); -----

----- **Deve constar:**-----

----- (...) " no âmbito do Programa Municipal “ Secundário para todos, através da Deliberação n.º 365/AML/2019; ”(...). -----

----- **No último considerando:** -----

----- **Onde consta:** -----

----- (...) "aprovada pela Assembleia Municipal, em reunião de 10 de setembro de 2019, de modo "(...); -----

----- **Deve constar:** -----

----- (...) "aprovada pela Assembleia Municipal, em reunião de 10 de setembro de 2019, através da Deliberação n.º 365/AML/2019, de modo "(...). -----

----- **Na parte deliberativa:** -----

----- **No ponto 1:** -----

----- **Onde consta:** -----

----- (...) "através da 409/CM/2019, de 25 de julho, de 05 de dezembro, no valor total de 747.200,00 €, (...) n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e para os efeitos previstos alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, com os seguintes "(...);-----

----- **Deve constar:** -----

----- (...) " através da Deliberação n.º 365/AML/2019, no valor total de 747.200,00 €, (...) n.º 1 do artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e para os efeitos previstos alínea b) do artigo 3º e na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º ambos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação atual, com os seguintes "(...).-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Vamos passar à próxima Proposta n.º 357/CM/2020.-----

----- Vamos passar à votação da **Proposta n.º 357/CM/2020**. Votos contra: CDS-PP, PCP, BE, PEV, PPM e do Deputado Municipal Independente Rui Costa, abstenção: PSD, PAN, MPT e dos Deputados Municipais Independentes: Raul Santos e Rodrigo Mello Gonçalves, votos favor: PS, Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Paulo Muacho, Rodrigo Brito e Teresa Craveiro. A **Proposta n.º 357/CM/2020** foi **aprovada por maioria**.-----

----- **Com a necessária correção dos erros materiais abaixo transcritos:** -----

----- **Na proposta 357/CM/2020** -----

----- **No considerando 2:** -----

----- **Onde consta:** -----

----- (...) " do artigo 22º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, alínea c) do n.º 1 do artigo 6º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação atual; "(...); -----

----- **Deve constar:** -----

----- (...) "do artigo 22º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, alínea b) do artigo 3º e alínea c) do n.º 1 do artigo 6º, ambos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação atual; "(...). -----

----- **Na parte deliberativa:** -----

----- **Onde consta:** -----

----- (...) "artigo 6.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e nos números 1 e 6, do artigo 22.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, bem como alteração da autorização prévia da assunção de compromissos plurianuais, nos termos da alínea c), do número 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, "(...); -----

----- **Deve constar:** -----

----- (...) "artigo 6.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e nos números 1 e 6, do artigo 22.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, bem como alteração da autorização prévia da assunção de compromissos plurianuais, nos termos da alínea b) do artigo 3º e da alínea c), do número 1, do artigo 6.º, ambos da Lei n.º 8/2012, "(...).-----

----- **No último parágrafo:** -----

----- **Onde consta:** -----

----- (...) " orçamental 02.02.25. da orgânica S18.02 com " (...); -----

----- **Deve constar:**-----

----- (...) " orçamental D02.02.25. da orgânica 10019 com "(...).-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Vamos passar à votação da Proposta n.º 358/CM/2020, também há a correção de erros materiais.”-----

----- Vamos passar à votação dos **pontos 4 e 5 da parte deliberativa da Proposta n.º 358/CM/2020**. Não há votos contra, abstenção do PAN, votos a favor: PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PEV, MPT, PPM e dos Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Paulo Muacho, Raul Santos, Rodrigo Brito, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. **Os pontos 4 e 5 da parte deliberativa da Proposta n.º 358/CM/2020 foram aprovados por maioria.**-----

----- **Com a necessária correção do erro material abaixo transcrito:** -----

----- **Na proposta 358/CM/2020** -----

----- **No considerando XXI:** -----

----- **Onde consta:**-----

----- (...) "da alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, "(...); -----

----- **Deve constar:** -----

----- (...) "da alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, "(...).-----

----- **O Grupo Municipal do PEV** apresentou, posteriormente a seguinte **Declaração de Voto referente à Proposta n.º 357/CM/2020**:-----

----- “Na 111ª reunião plenária da Assembleia Municipal de Lisboa realizada no dia 30 de Junho de 2020, o Grupo Municipal do Partido Ecologista Os Verdes votou contra a Proposta nº 357/2020, por considerar o seguinte:-----

----- A proposta hoje em apreço resulta de uma alteração que foi necessário fazer, à primeira repartição de encargos constante na Proposta 481/2018, dado que uma das empresas concorrentes intentou um processo relativamente ao concurso aberto na altura, o que impossibilitou à autarquia a celebração do contrato em 2019 com a empresa que ganhou esse mesmo concurso.-----

----- Não obstante esta situação que vem justificar a apresentação desta proposta, a posição de fundo do PEV mantém-se, uma vez que estamos perante uma actualização de mais uma dispendiosa externalização de serviços que poderia e deveria recorrer a meios e recursos próprios do Município.-----

----- Deparamo-nos, também, com a continuidade da não adopção de uma política interna de gestão pública para a manutenção e reabilitação dos espaços verdes da cidade, quando, e por diversas vezes, opções alternativas foram já favoravelmente deliberadas pela AML. A título exemplificativo, o PEV recorda que a AML já aprovou, sem votos contra, em 27 de Fevereiro de 2018, uma recomendação do seu GM, onde se incentivava o Município a pugnar pela prestação do serviço público na manutenção e gestão dos jardins e espaços verdes da cidade, invertendo a tendência do recurso a empresas privadas e dotando a autarquia de meios humanos próprios.---

----- O plenário da AML também aprovou, entre outras medidas, a reactivação da Escola de Jardinagem, enquanto principal campo de formação e qualificação de jardineiros, para o desempenho destas funções na autarquia, bem como, em consequência, proceder à abertura de concursos de admissão destes trabalhadores, em número suficiente, tendo em conta as reais necessidades destes profissionais para a cidade.-----

---- Continuando o executivo a não cumprir algumas das suas promessas, já expressas em plenário, de vir a agilizar este procedimento, a não apresentar um balanço da qualidade do serviço prestado perante os elevados custos destes contratos de externalizações, sem caminhar no sentido de inverter estas dispendiosas privatizações, nem a não reforçar o seu Mapa de Pessoal, em conformidade, Os Verdes sentiram-se na obrigação de manter o mesmo sentido de voto contra, já anteriormente expresso em anteriores propostas congéneres.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, com isto concluímos a aprovação desta proposta, portanto, aquilo que nos é hoje possível aprovar da ordem de trabalhos.-----

----- Eu comuniquei na Conferência de Representantes, tínhamos concluído, na impossibilidade de fazer reunião para a próxima semana, dado ainda não haver condições para o fazer e condições consideradas razoáveis para fazer sessões presenciais e de ainda não haver Lei que permitisse o prolongamento das sessões por videoconferência e, portanto, em princípio assim se fará, mas de qualquer forma, tenho conhecimento, e amanhã dar-vos-ei conta, tive conhecimento que foi

apresentado à Assembleia da República, está em discussão uma proposta, apresentada nomeadamente, pelo Grupo Municipal do PS, que visa permitir a continuação das sessões por videoconferências, e que é aplicável a partir de 1 de julho, portanto, cobrindo inclusive as sessões que se fizesse durante a próxima semana.-----

----- De qualquer maneira, darei conhecimento ao Senhores Deputados, perguntando se havendo condições, para que essa proposta venha a ser aprovada, se podemos fazer por videoconferência, para a semana ou se é mais prudente fazer apenas após a aprovação da proposta, que não poderá ser aprovada entretanto, mas tem efeitos retroativos a 1 de julho, que é o período em que nós estamos.-----

----- Não é para decidir aqui, será comunicada aos Representantes, e depois em função das respostas, assim faremos a comunicação, para a semana ou para a semana a oito dias para um prolongamento desta sessão.-----

----- Muito obrigado aos Senhores Deputados, e foi uma sessão muito bem participada, com muitas votações e realmente com muitos documentos políticos votados, portanto, até à próxima sessão.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- A sessão terminou, eram vinte horas. -----

----- **Nota:** As propostas votadas na presente reunião foram aprovadas, em minuta, nos termos da deliberação n.º 353/AML/2017 tomada pela Assembleia, por unanimidade, na reunião realizada no dia 21 de Novembro de 2017. -----

----- Eu _____, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da então Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 6 de Novembro de 2017 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2017. -----

----- O PRESIDENTE-----